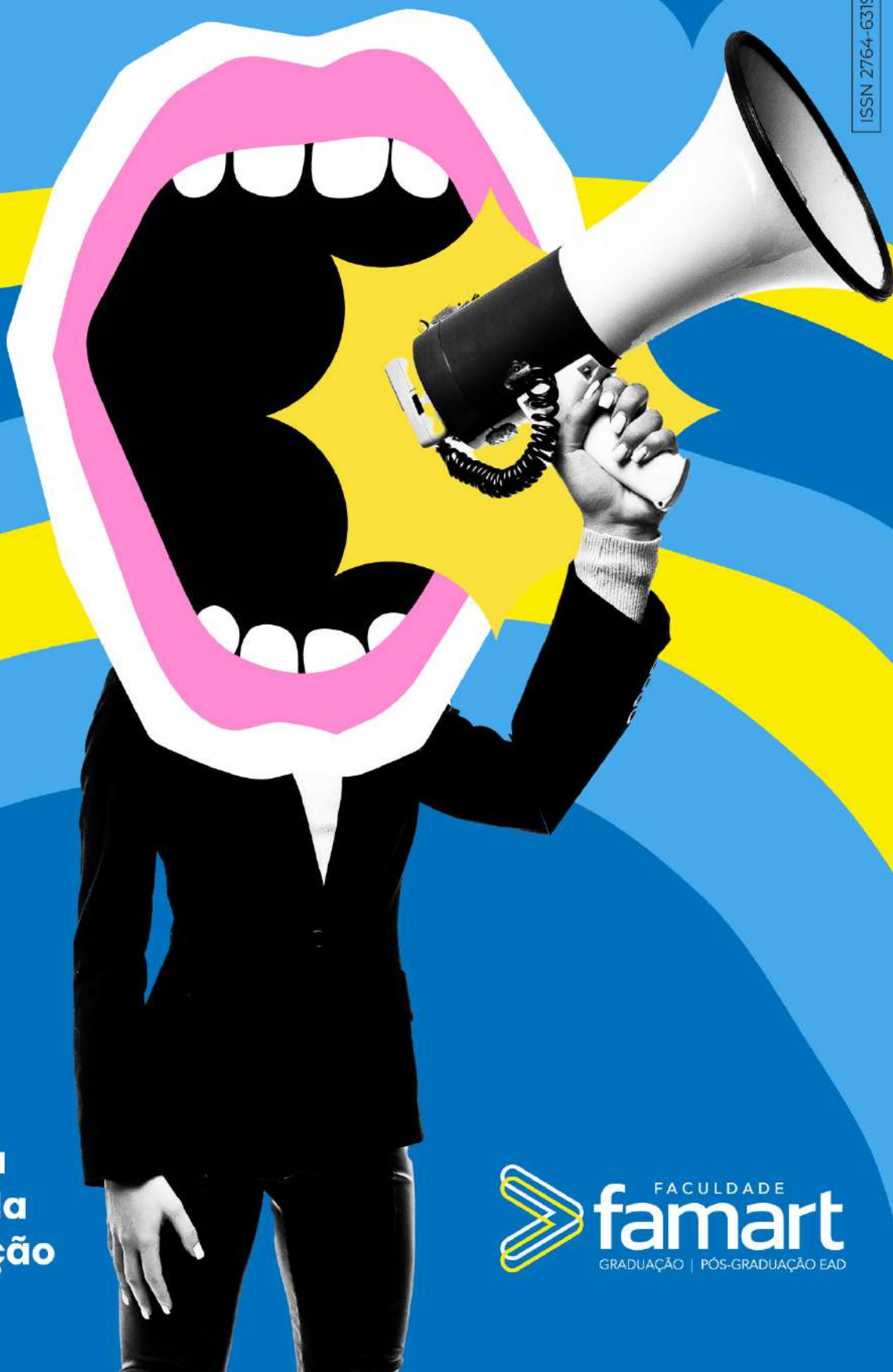


# caderno de diálogos

VOLUME 08  
AGO/2024

ISSN 2764-6319



A sua Revista  
acadêmica da  
pós-graduação

FACULDADE  
**famart**  
GRADUAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO EAD

REVISTA ACADÊMICA CADERNO DE DIÁLOGOS  
Volume 08 - Número 01 - Agosto/2024  
Periodicidade: Quadrimestral

*As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.*

## **FACULDADE FAMART**

### **DIRETOR EXECUTIVO**

Wanderson Clayton Fontella Francisco

### **DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Paulo Henrique da Silva Junior

### **ACADÊMICO**

Andrezza de Cássia Soares Torres  
Dara Cristina Fernandes Gonçalves  
Douglas dos Santos Borges  
Raissa Fernandes Parreira  
Maria Paula Santos da Cunha Porto  
Tábata Fernanda Gomes  
Guilherme de Castro Martins de Carvalho  
Lucas Eustáquio de Paiva Silva  
Luciano Borges Muniz

### **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Thainan Rodrigues Ribeiro

### **CONSULTORIA E PROJEÇÃO EM MARKETING**

Camila Aparecida Marques de Almeida  
Marcelo Henrique Guimarães

### **CONSELHO EDITORIAL**

Guilherme de Castro Martins de Carvalho  
Lucas Eustáquio de Paiva Silva  
Luciano Borges Muniz

### **ASSESSORIA EDITORIAL**

Andrezza de Cássia Soares Torres  
Dara Cristina Fernandes Gonçalves  
Raissa Fernandes Parreira

### **ASSESSORIA CIENTÍFICA**

Aracele Maria de Souza  
Karina Leão de Mello  
Lucas Eustáquio de Paiva Silva  
Luciano Borges Muniz  
Mailson Santos de Queiroz

## EDITORIAL

É com imenso prazer e uma profunda sensação de satisfação que apresentamos a oitava edição da Revista Acadêmica Caderno de Diálogos. Este projeto é o resultado de um esforço coletivo, onde dedicação, empenho e colaboração foram os pilares fundamentais para o seu sucesso.

A jornada para a construção desta edição foi marcada por desafios que, ao serem superados, trouxeram um sentimento de realização. Agradeço profundamente a toda a equipe pedagógica que esteve ao meu lado, especialmente ao Dr. Prof<sup>o</sup> Lucas Paiva, nosso estimado diretor. Sua humildade e bom humor são qualidades que fazem dele uma pessoa muito querida por todos, capaz de alegrar qualquer ambiente. Sua visão e liderança têm sido uma fonte de inspiração constante.

Gostaria também de fazer uma homenagem especial a Guilherme Carvalho, coordenador pedagógico e nosso supervisor, que está partindo para um novo e empolgante desafio. Guilherme sempre foi uma liderança exemplar, cuja calma e tranquilidade na tomada de decisões serviram de inspiração para todos nós. Sua presença fará falta, e sua contribuição para este projeto, e para minha própria formação profissional, é algo que nunca esquecerei.

Agradeço também às minhas queridas colegas de cargo, Andrezza Torres, Raissa Parreira, Dara Gonçalves, Tábata Gomes e Maria Porto, que, cada uma a seu modo, contribuíram para que esta edição refletisse a excelência acadêmica que buscamos. Suas sugestões e ideias foram essenciais para a construção desta revista.

Nesta edição, apresentamos uma seleção de artigos que abrangem áreas de grande relevância e atualidade. Os temas discutidos são diversos, incluindo Neuropsicologia com Ênfase em Reabilitação Cognitiva, Direito Previdenciário, Gestão de Finanças e Controladoria, Gestão de Segurança contra Incêndio e Pânico, e Gestão de Agronegócio. Além disso, exploramos áreas como Enfermagem em Nefrologia, Gestão do Esporte, Gestão Escolar, Biblioteconomia e Arteterapia. A seguir, oferecemos breves resumos de cada um dos artigos selecionados, destacando as significativas contribuições que eles trazem para suas respectivas áreas de estudo.

A começar pelo trabalho de Ana Carvalho, que explora como a prática de mindfulness pode reduzir o estresse e melhorar a qualidade de vida dos profissionais de saúde. Romilda Santos destaca a parceria entre serviço social e direito previdenciário,

essencial para garantir os direitos sociais, especialmente dos mais vulneráveis. Sônia Dias Faria enfatiza a importância da educação financeira nas escolas, propondo-a como fundamental para formar cidadãos financeiramente conscientes.

Matheus Marques ressalta a necessidade de rigor no cumprimento das normas técnicas em equipamentos de combate a incêndios para garantir segurança e eficácia. Wilson Scherpinski investiga os desafios da sucessão familiar no agronegócio, abordando a preparação das futuras gerações para manter o sucesso dos negócios.

Rosilene Miranda foca na relação entre COVID-19 e lesão renal, destacando a importância da detecção precoce para evitar complicações. Diana Alexandre discute a influência da gestão esportiva no desempenho dos profissionais de educação física, ressaltando a importância de práticas eficazes de gestão.

Ana Pereira analisa a contribuição da formação continuada de professores para melhorar o ensino-aprendizagem, beneficiando docentes e estudantes. Bernardo Soares aborda a adaptação das bibliotecas públicas na era digital para continuar promovendo conhecimento e cultura. Por fim, Glaucon Possati explora a arteterapia como ferramenta para o autocontrole emocional em pacientes com depressão, destacando seus benefícios para o autoconhecimento.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que contribuíram para que esta revista se tornasse realidade, desde os autores dos artigos, que compartilharam suas pesquisas e ideias, até os revisores e todos os envolvidos na produção final. Que esta edição inspire e enriqueça o conhecimento de todos os leitores.

Editor responsável  
Douglas Borges

## SUMÁRIO

### **ESTRESSE E OS EFEITOS DO MINDFULNESS EM PROFISSIONAIS DA SAÚDE: revisão integrativa da literatura**

Ana Paula Menezes Carvalho  
Pauliane Aparecida de Moraes

..... PÁG. 08

### **BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL COMO ALIADO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO NO ACESSO A DIGNIDADE HUMANA**

Romilda Silva Vieira Santos  
Luciano Borges Muniz

..... PÁG. 16

### **FINANÇAS NAS ESCOLAS: uma pesquisa bibliográfica sobre a ausência de ensinamentos financeiros nas escolas e o reflexo na vida adulta dos indivíduos.**

Sônia Dias Faria  
Welliton Glayco da Fonseca

..... PÁG. 32

### **A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS TÉCNICAS DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIOS: uma revisão bibliográfica**

Matheus Augusto Marques  
Michele Faria de Oliveira

..... PÁG. 40

### **PESQUISA TEÓRICA: sucessão familiar no agronegócio**

Vilson Scherpinski  
Welliton Glayco da Fonseca

..... PÁG. 52

### **COVID-19 E LESÃO RENAL: uma revisão da literatura**

Rosilene da Silva Miranda  
Aracele Maria de Souza

..... PÁG. 61

---

**A INFLUÊNCIA DA GESTÃO ESPORTIVA NO DESEMPENHO DO  
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: uma análise sistemática**

Diana Chaves Alexandre  
Aracele Maria de Souza

..... PÁG. 73

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: uma análise bibliográfica sobre o  
fazer reflexivo no trabalho docente**

Ana Carolina Lopes Pereira  
Lucas Eustáquio de Paiva Silva

..... PÁG. 83

**OS DESAFIOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL EM MEIO A ERA DA  
TECNOLOGIA: uma revisão da literatura**

Bernardo Luiz Gonçalves Soares  
Mailson Santos de Queiroz

..... PÁG. 91

**ARTETERAPIA E O AUTOCONTROLE DAS EMOÇÕES: um estudo bibliográfico  
sobre a ajuda da arteterapia no paciente com depressão.**

Glaucon Tomaz Possati  
Daniela Moreno de Camargo

..... PÁG. 106

---

## **ESTRESSE E OS EFEITOS DO MINDFULNESS EM PROFISSIONAIS DA SAÚDE: revisão integrativa da literatura**

Ana Paula Menezes Carvalho<sup>1</sup>  
Pauliane Aparecida de Moraes<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Nos últimos anos tem se observado um alto índice de estresse populacional, especialmente entre os profissionais da saúde. Para a diminuição do estresse e promoção à qualidade de vida, existe como uma das soluções, o mindfulness. O presente estudo tem por objetivo descrever os efeitos do mindfulness na diminuição do estresse em profissionais da saúde. A partir do modelo de revisão integrativa da literatura, foram usados artigos científicos que responderam à questão norteadora deste estudo, publicados em periódicos nacionais, com acesso online que abordam a temática. Foi analisado que o profissional de saúde vivencia no cotidiano a influência direta da pressão de seu objetivo, o cuidado, bem como sofre com decisões a serem tomadas em situações adversas. Cerca de 86% sofrem com Síndrome de Burnout e 81% com estresse. Também apresentam má qualidade de sono, sintomas depressivos e dores pelo corpo. Para prevenção, há a possibilidade do uso de mindfulness, que é explicada como um meio para a busca do autoconhecimento mediante a prática da meditação, alcançando a consciência em níveis cada vez mais elevados, trazendo o praticante para o momento presente, estimulando o estar aqui e agora. Essa técnica contribui no manejo de situações com alto teor de estresse, melhora da qualidade de vida e da autoeficácia em saúde e promoção da saúde. É importante que essa técnica seja acessível, sendo necessário fortalecer políticas públicas de saúde e organização das práticas integrativas nos âmbitos da saúde.

**Palavras-chave:** Mindfulness. Estresse. Profissionais de saúde.

### **1 INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos tem se observado um alto índice de estresse populacional, especialmente nos ambientes de trabalho, onde há demandas e atividades corriqueiras que influenciam na disposição do indivíduo podendo ocasionar sintomas físicos e psicológicos por conta de pressões trabalhistas (COSTA, MAYNART, OLIVEIRA, ALBUQUERQUE & CORREIA, 2018).

---

<sup>1</sup> Pós-graduada em Neuropsicologia com Ênfase em Reabilitação Cognitiva pela Faculdade Famart. E-mail: menezescarvalho85@gmail.com

<sup>2</sup> Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestre em Educação.



Observado como um dos males do mundo moderno, o estresse é visível entre profissionais da área da saúde, que estão em contato com o cuidado ao próximo e frente à tomada de decisões urgentes, surgindo a ansiedade e insegurança (COSTA et al., 2018). Para a diminuição do nível de estresse e promoção à qualidade de vida, existe como uma das soluções, o *mindfulness*.

Como prática meditativa, *mindfulness* “é um treino sistemático da regulação intencional e emocional”, que ressalta a capacidade de sustentar processos de atenção na consciência do presente e a não reação efetiva aos conteúdos e experiências internas através do treino mencionado (DAHL, LUTZ & DAVIDSON, 2015).

Levar a vida sem atenção para o presente e sem contato intencional com o momento, torna a pessoa mais vulnerável ao estresse. Considerando que profissionais da saúde são um grupo que é considerado tipicamente sujeito a altas cargas de estresse, o presente estudo tem por objetivo descrever os efeitos do *mindfulness* na diminuição do estresse em profissionais que atuam na área da saúde.

Seguiu-se o modelo de revisão integrativa da literatura, em que esta pesquisa foi realizada com a reunião de estudos já publicados que fundamentam o objeto de estudo. As palavras chave utilizadas foram: “Profissionais da Saúde”, “Estresse”, “*Mindfulness*” e “Trabalho”. Foram usados artigos científicos que responderam à questão norteadora deste estudo, publicados em periódicos nacionais, com acesso online que abordam a temática dos efeitos de *mindfulness* em profissionais da saúde. Considera-se que este estudo seja significativo para maior compreensão dos efeitos do uso de *mindfulness* para a diminuição do estresse, sobretudo dado a carências de evidências em profissionais da saúde.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

No âmbito da saúde, o cuidado com o “outro” seria uma finalidade primordial do trabalho, tendo como foco tecnologias relacionais, como acolhimento do usuário, de suas queixas e o estabelecimento de vínculo com este (BARRETO, FERREIRA & CORREIA, 2017). Todavia, o caráter relacional poderá trazer consequências nem sempre positivas e por esta razão os envolvidos neste processo de trabalho não estão livres de complicações, resultando em custos, sobretudo em sua qualidade de vida e podendo ocasionar estresse (BARRETO, FERREIRA & CORREIA, 2017). Estresse significa “pressão”, onde numa determinada situação o indivíduo sob pressão irá reagir de uma

forma corporal ao estímulo estressor resultando no comprometimento de seu bem-estar (SARAIVA, MACHADO, LELIS & LACERDA, 2015).

Outrossim, o profissional de saúde vivencia no cotidiano a influência direta da pressão de seu objetivo, o cuidado, bem como sofre com decisões a serem tomadas em situações adversas, por exemplo, com materiais e recursos físicos reduzidos ou ineficientes, escassez de pessoal, falta de autonomia e reconhecimento da sociedade e do governo (BARRETO, FERREIRA & CORREIA, 2017).

Segundo estudos sobre o estresse na classe da saúde, pesquisas revelam que:

“Profissionais de Saúde lidam com demandas físicas e psicossociais no trabalho devido a longas jornadas de trabalho, aspectos relacionados ao gerenciamento de pacientes, alto nível de atenção e trabalho em turnos. Os trabalhadores em turnos também podem apresentar desequilíbrios no sono. Tais aspectos significam que os profissionais de saúde são comumente afetados por problemas de saúde, como sintomas musculoesqueléticos e transtornos mentais, que podem comprometer sua qualidade de vida e a qualidade do serviço prestado” (SATO et al., 2022, p. 1).

Tais parâmetros influenciam no âmbito espiritual, biológico e emocional, este profissional da saúde é considerado entre as categorias profissionais juntamente com professores, uma das mais expostas à cronificação do estresse associado ao mundo do trabalho (BARRETO, FERREIRA & CORREIA, 2017).

Um estudo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) mostra que 86% sofrem com *Síndrome de Burnout* e 81% com estresse. Também apresentam má qualidade de sono, sintomas depressivos e dores pelo corpo (SATO et al., 2022).

Dentre as estratégias de enfrentamento nesse contexto, o *mindfulness* é uma possibilidade eficaz para reduzir o estresse. Traduzido do inglês para o português, *mindfulness* significa ‘atenção plena’. Pode ser conceituado pela “consciência que emerge através de prestar atenção, com propósito, e sem julgamento, do desenrolar da experiência no momento presente” (MOUZINHO, COSTA, ALVES, SILVA & LIMA, 2018, p. 183).

De origem budista e estudada há 2500 anos, *mindfulness* trata-se de um meio para a busca do autoconhecimento mediante a prática da meditação, alcançando a consciência em níveis cada vez mais elevados, trazendo o praticante para o momento presente, estimulando que ele esteja atento ao aqui e agora (ANDRADE; ANDRADE; ANDRADE; CIRINO; KESTENBERG, 2020). Por meio dessa meditação o praticante aprende a observar sem julgar, seus próprios pensamentos e emoções (ANDRADE; ANDRADE; ANDRADE; CIRINO; KESTENBERG, 2020).

Essa técnica de *mindfulness* não é recente, advinda de práticas orientais, esse construto tem sido objeto de estudo por muitos pesquisadores. Apontam-se três correntes principais para compreensão de *mindfulness* (PIRES, NUNES, DEMARZO & NUNES, 2015), a primeira provém da filosofia oriental, que aponta que a prática meditativa intensifica a capacidade de estar atento com as experiências do momento presente (KABAT-ZINN, 2003). Na segunda, é um construto de traço humano, “capaz de promover bem-estar e autorregulação”, utilizando da atenção podendo ser aperfeiçoado por prática, como a meditação (BROWN & RYAN, 2003). E a terceira perspectiva concerne agir de maneira intencional e levando em conta o contexto, para sair do controle do piloto automático de funcionamento universal (LANGER, 2014).

Na década de 70, John Kabat-Zinn iniciou seus estudos a respeito da implantação do programa de redução de estresse baseado em *mindfulness* que consiste em um curso de 8 semanas, tendo um encontro semanal de mais ou menos duas a três horas, com o objetivo de auxiliar pessoas a lidar melhor com as situações geradoras de estresse ou impactos negativos em grau psíquico (KABAT-ZINN, 2003; citado em ANDRADE; ANDRADE; ANDRADE; CIRINO; KESTENBERG, 2020). Essa estratégia alia foco mental a movimento respiratório e corporal, dirigido e adaptado a diferentes contextos: psicoterapêuticos, bem-estar pessoal, empresarial, escolar e acadêmico, bem-estar e saúde gerais (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021).

Tabela 1. Práticas de atenção plena no *Mindfulness*

Práticas Mindful	Descrição
Meditação sentada	Sentado, relaxado e alerta, por vários minutos, apenas “sendo” e experimentando a quietude. Exercitar ter consciência de pensamentos, emoções e sensações com uma mente curiosa, aberta, compassiva e sem julgamentos.
Consciência da respiração	Direcionar suavemente o foco de atenção para a respiração enquanto inspira e expira naturalmente.
Meditação a andar	Notar a atenção dos pés ao contactar com a superfície a cada passo e percebendo as sensações no corpo.

Agradável / Desagradável	Perceber com interesse, abertura e curiosidade as sensações físicas e emocionais ao nosso redor.
Meditações guiadas pelos sentidos	Ter atenção de maneira intencional ao que ouvimos, tocamos, cheiramos, saboreamos e/ou observando de uma forma aberta, sem julgamentos.
Body Scan	Notar lenta e intencionalmente o corpo. O foco está em estar relaxado e consciente enquanto cria uma conexão com o corpo e as diversas sensações nele presente.
MindBody exercises Movimento consciente: Yoga (origem indiana); Qi Gong e Tai Ji (Origem Chinesa)	A integração da mente e corpo por meio da respiração, posturas, fluxo, movimento e atenção plena.

Fonte: Elaboração própria adaptado de KEBAT-ZINN, 2013; SONG, et al., 2017; citado em PINHEIRO; RODRIGUES, 2021).

A prática de *mindfulness* consiste assim na prática de técnicas ou movimento “mindful”, também designados de “Mind-body exercises” (SONG, GRABOWSKA, PARK, OSYPIUK, et al., 2017; citado em PINHEIRO; RODRIGUES, 2021) e podem incluir: desde exercícios isolados tais como a meditação, atenção consciente e plena à respiração, às sensações corporais, emoções ou exercícios que são propostos de forma guiada e integrada (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021).

A respiração consciente é uma das técnicas utilizadas no *mindfulness* que está sempre presente a todo o momento (PINHEIRO; RODRIGUES, 2021). É o processo fisiológico transversal a todas as outras técnicas e sistemas mindful, que quando realizado de forma mais lenta e profunda, acarreta a obtenção de benefícios na saúde ao nível respiratório, cardiovascular, cardiorrespiratório e nervoso (Russo, Santarelli & Rourke, 2017; citado em PINHEIRO; RODRIGUES, 2021).

É comprovado muitos efeitos benéficos dos programas baseados em *mindfulness* (SHIMMA, 2022). Observou-se melhora no manejo de situações com alto teor de estresse, melhora da qualidade de vida e da autoeficácia em saúde e promoção da saúde (SHIMMA, 2022). Sendo assim, são vários os benefícios de *mindfulness* para quem consegue manter uma prática regular: atenção e concentração, aceitação (sem apego ou aversão), ampliação da capacidade de escuta e de memória, consciência alimentar, corporal e dos próprios processos mentais, estado de presença (consciência do momento presente),

empatia e compaixão, melhor qualidade do sono, prevenção de recaída (dependência química), promoção de autocuidado, redução do diálogo interno, redução de dores crônicas, regulação da atenção e emoção, reconhecimento dos conteúdos mentais e emocionais, sem identificação com os mesmos, redução de estresse, ansiedade e depressão (SHIMMA, 2022).

E que de acordo com BARRETO, FERREIRA & CORREIA (2017, p. 42), “*Mindfulness* é efetivo para reduzir o estresse, ansiedade, depressão e outras emoções negativas, com a prática regular. A prática pode mudar o cérebro, fortalecendo áreas associadas à alegria e relaxamento e enfraquecendo as envolvidas em emoções negativas e estresse”. Esses efeitos são positivos para profissionais da saúde, pois contribui para a saúde mental e física do mesmo.

### **3 CONCLUSÃO**

O estresse entre os profissionais de saúde não é novidade, uma vez que o contexto laboral de saúde detém especificidades que podem causar sintomas de estresse e ansiedade. Entre elas, pode-se citar a comunicação de estados graves de saúde, manejo de pacientes revoltosos, longas jornadas de trabalho, falecimentos frequentes (ZENKNER, et al., 2020; citado em FIGUEIROA; ESCOREL; JESUS; SANTIAGO; BARBOSA, 2022).

Com alta taxa de estresse e podendo ocasionar uma Síndrome de Burnout, os profissionais da área da saúde necessitam de uma atenção especializada. E dentre as estratégias de enfrentamento, está o *mindfulness*. Traduzida como atenção plena, *mindfulness* é o treino da habilidade de consciência no que se pensa, sente e faz no momento presente, no aqui e agora, em qualquer situação, de forma aberta, curiosa e autêntica, antes de fazer um julgamento sobre a situação (ALMEIDA; ROCHA; SILVA, 2021; citado em FIGUEIROA; ESCOREL; JESUS; SANTIAGO; BARBOSA, 2022).

A partir dos resultados da pesquisa, foi possível analisar os efeitos de uma prática regular de *mindfulness*, em que os profissionais conseguem ter maior consciência de si mesmos e aproveitar o momento presente. Promove empatia e favorece a compaixão consigo próprio, como também melhora a qualidade do sono. Ainda contribui na redução de dores crônicas, regulação da atenção e emoção, reconhecimento dos conteúdos mentais e emocionais, redução de estresse, ansiedade e depressão (SHIMMA, 2022).

Com isso, é importante que essa estratégia seja acessível e trabalhada na saúde pública. Para isso, se faz necessário fortalecer políticas públicas de saúde e organização das práticas integrativas em todos os âmbitos da saúde pública no território brasileiro. Assim como também aumentar as pesquisas sobre o uso de *mindfulness* e seus efeitos para prevenção e promoção com objetivo da diminuição de estresse.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, CAROLINA; ANDRADE, PRISCILA CRISTINA DA SILVA THIENGO; ANDRADE, CRISTINA DA SILVA THIENGO; CIRINO, HOSANA PEREIRA; KESTENBERG, CÉLIA CALDEIRA FONSECA. Mindfulness: utilização no manejo do estresse para profissionais de enfermagem. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. e294997449, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.7449. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7449>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BARRETO, VALÉRIA PAES DE CASTRO; FERREIRA, SIMONE CRUZ MACHADO; CORREIA, DAYSE MARY DA SILVA. Estresse ocupacional na enfermagem e mindfulness: o que há de novo? Occupational stress in nursing and mindfulness: what's new?. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 80, n. 18, 2019. DOI: 10.31011/reaid-2017-v.80-n.18-art.346. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/346>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BROWN, KIRK WARREN; RYAN, RICHARD M. The benefits of being present: Mindfulness and its role in psychological well-being. **Journal of Personality and Social Psychology**, 84(4), 822-48. 2003. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-3514.84.4.822>.

COSTA, CHRISTEFANY RÉGIA BRAZ; MAYNART, WILLAMS HENRIQUE DA COSTA; OLIVEIRA, LAYZE BRAZ; ALBUQUERQUE, MARIA CÍCERA DOS SANTOS; CORREIA, DIVANISE SURUAGY. Estresse entre estudantes de graduação em enfermagem: associação de características sociodemográficas e acadêmicas. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 11, n.3, p. 475-482. 2018. DOI: <https://doi.org/10.17765/1983-1870.2018v11n3p475-482>.

DAHL, CORTLAND J.; LUTZ, ANTOINE; DAVIDSON, RICHARD J. Reconstructing and deconstructing the self: Cognitive mechanisms in meditation practice. **Trends in Cognitive Sciences**, 19(9), 515-523. 2015. DOI: [10.1016/j.tics.2015.07.001](https://doi.org/10.1016/j.tics.2015.07.001).

FIGUEIROA, MARIANA OLIVEIRA; ESCOREL, BIANCA FACCENDA; DE JESUS, LAÍS COUTINHO; SANTIAGO, VITÓRIA CHRISTINI GUERRA; BARBOSA, RUBENILDA MARIA ROSINHA. Uso de Mindfulness no Cuidado com Profissionais de Saúde na Pandemia de Covid-19: Uma Revisão de Literatura. **Revista Eletrônica do Estácio Recife**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2022. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/682>. Acesso em: 27 dez. 2023.

KABAT-ZINN, JOHN. Mindfulness-based interventions in context: Past, present, and future. **Clinical Psychology: Science and Practice**, 10, 144-156. 2003. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1093/clipsy.bpg016>.

LANGER, ELLEN J. Mindfulness forward and back. In A. Le, T. N. Christelle, & E. J. Langer (Eds.), *Wiley Blackwell Handbook of Mindfulness* (pp. 7- 20). 2014. Chichester, UK: **John Wiley & Sons, Ltd.**

MOUZINHO, LEANDRO; COSTA, NAZARÉ; ALVES, THALLYSSA; SILVA, STEPHANIE; LIMA, LUCAS. Contribuições do mindfulness às condições médicas: uma revisão de literatura. **Psicologia, Saúde & Doenças**, 19(2), p. 182-196. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.15309/18psd190202>.

PINHEIRO, DIANA; RODRIGUES, MANUELA. Os Benefícios do Mindfulness para um envelhecimento saudável e sustentável. **JIM — Jornal de Investigação Médica**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 036–052, 2021. DOI: 10.29073/jim.v2i2.426. Disponível em: <https://revistas.ponteditora.org/index.php/jim/article/view/426>. Acesso em: 27 dez. 2023.

PIRES, JEFERSON GERVASIO; NUNES, MAIANA FARIAS OLIVEIRA; DEMARZO, MARCELO MARCOS PIVA; NUNES, CARLOS HENRIQUE SANCINETO DA SILVA. Instrumentos para avaliar o construto mindfulness: uma revisão. **Avaliação psicológica**, 14(3), pp. 329-338. 2015. DOI: [10.15689/ap.2015.1403.04](https://doi.org/10.15689/ap.2015.1403.04).

SARAIVA, L. H. G., MACHADO, J. P., LELIS, W. B., LACERDA, D. G. Mecanismos de resposta ao estresse crônico - revisão de literatura. **Revista Científica Univiçosa** - volume 7 - n.1 - Viçosa - MG - Jan, p. 525-531. 2015.

SATO, TATIANA DE OLIVEIRA et al. Poor Health Conditions among Brazilian Healthcare Workers: The Study Design and Baseline Characteristics of the HEROES Cohort". **Healthcare** 10, no. 10: 2096. 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/healthcare10102096>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SHIMMA, Emi. Práticas baseadas em Mindfulness (on-line) para profissionais de unidades de saúde do Estado de São Paulo no contexto da pandemia COVID-19. **BEPA. Boletim Epidemiológico Paulista**, v. 19, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/BEPA182/article/download/37342/35460>.

---

## BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL COMO ALIADO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO NO ACESSO A DIGNIDADE HUMANA

Romilda Silva Vieira Santos<sup>3</sup>  
Luciano Borges Muniz<sup>4</sup>

### RESUMO

A dignidade humana, muito mais do que um princípio constitucional, trata-se de uma necessidade inerente ao ser humano. Analisando o contexto social pode-se perceber que este princípio da dignidade humana está diretamente atrelado à garantia dos direitos sociais diante disso o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições do serviço social dentro do campo do direito previdenciário para o acesso à dignidade humana. Para desenvolver esta análise, foi feita uma pesquisa bibliográfica de perfil qualitativo, o qual buscou em materiais digitais e impressos a compreensão da temática investigada, buscando evidenciar o quanto o serviço social contribui para o campo do direito previdenciário segmentos que caminham lado a lado, principalmente depois da década de 1990. Através das pesquisas realizadas foi possível perceber que o desenvolvimento da política previdenciária no Brasil esteve relacionado a cada momento histórico, econômico e social vivido pelo país. Esteve articulada a cada política econômica implantada, tendo como característica constitutiva a contradição entre a reprodução da força de trabalho e a incorporação de direitos sociais, e que somente com o trabalho incansável dos assistentes sociais é que as pessoas em situação de vulnerabilidade social podem ter os seus direitos garantidos, pois este profissional atua realizando o meio de campo que possibilita que essas pessoas tenham orientação e auxílio para reivindicar os seus direitos previdenciários. Fica evidente portanto, através da construção do artigo o quanto o serviço social é fundamental em todos os setores da sociedade, não se limitando meramente a um assistencialismo, mas sim promovendo a dignidade humana e assegurando a efetivação de direitos fundamentais para a sobrevivência.

**Palavras-chave:** Previdência Social. Serviço Social. Seguridade Social. Dignidade Humana. Acesso.

### ABSTRACT

Human dignity, much more than a constitutional principle, is an inherent need of the human being. Analyzing the social context, it can be seen that this principle of human dignity is directly linked to the guarantee of social rights. Therefore, this article aims to analyze the contributions of social services within the field of social security law for access to human dignity. To develop this analysis, a bibliographical research with a qualitative

---

<sup>3</sup> Pós-graduada em Direito Previdenciário pela Faculdade Famart. E-mail: romilda.svsantos@live.com

<sup>4</sup> Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduado em História e Mestre em Ciências Sociais.



profile was carried out, which sought in digital and printed materials the understanding of the theme investigated, seeking to highlight how much social service contributes to the field of social security law segments that go hand in hand, mainly after the 1990s. Through the research carried out, it was possible to see that the development of social security policy in Brazil was related to each historical, economic and social moment experienced by the country. It was linked to each economic policy implemented, having as its constitutive characteristic the contradiction between the reproduction of the workforce and the incorporation of social rights, and that only with the tireless work of social workers can people in situations of social vulnerability have their rights guaranteed, as this professional works as a means of providing guidance and assistance to these people in claiming their social security rights. It is therefore evident, through the construction of the article, how fundamental social service is in all sectors of society, not merely limited to assistance but promoting human dignity and ensuring the realization of fundamental rights for survival.

**Keywords:** Social Security. Social service. Social Security. Human dignity. Access.

## 1 INTRODUÇÃO

O sentido fundamental da Previdência Social é a proteção social do cidadão diante de riscos previsíveis durante a sua vida, como incapacidade por doença ou acidente do trabalho, idade avançada, tempo de serviço, prisão ou morte, extensivos a seus dependentes, assegurando-lhes meios indispensáveis de manutenção. O sistema previdenciário no Brasil, ao longo de sua história, sofreu mudanças para adaptar-se às condições econômicas e sociais de cada momento, assinalando a relação direta com a luta dos trabalhadores por maior segurança e proteção social.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições do serviço social dentro do campo do direito previdenciário para o acesso à dignidade humana. Para isso foi preciso reconhecer os componentes legais para intervenção profissional e os direcionamentos propostos pelo projeto ético-político do Serviço Social para um atendimento digno que vise proporcionar o acesso justo e igualitário dos usuários da política aos direitos previdenciários.

Para nortear a construção e desenvolvimento da pesquisa, buscou-se responder a seguinte pergunta problema: Qual papel do Serviço Social na promoção da dignidade humana? A ação prioritária do Serviço Social está voltada para assegurar o direito, quer pelo acesso aos benefícios e serviços previdenciários, quer na contribuição para a formação de uma consciência de proteção social ao trabalho com a responsabilidade do Poder Público (BRASIL, 1997, p. 11).

Realizar essas reflexões se faz necessário para que a Assistência Social cumpra com seu objetivo e se torne um aliado no acesso à dignidade humana, onde os cidadãos poderão ter acesso a condições de sobrevivência e sustento, e através destes ter mais dignidade em seu cotidiano. Não se trata meramente de promover um assistencialismo, mas sim de assistir e apoiar integralmente a população em situação de vulnerabilidade desde o nascimento até o final da vida garantindo que todos os direitos sejam respeitados e que as políticas públicas irão chegar a quem de fato necessita.

A questão previdenciária, evidencia mais uma vez a importância do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, que atua de forma incansável para efetivação de direitos, se caracterizando como um verdadeiro suporte para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, que necessitam de amparo, orientação e auxílio na busca por seus direitos.

Dessa maneira, a realização do estudo se justifica pela necessidade de apresentar e refletir um tema tão pertinente à questão social, em especial ao acesso à dignidade humana, tendo em vista sua relevância para o alcance da cidadania plena por parte dos usuários. Dentro desta perspectiva, o estudo se destaca por uma percepção ampla acerca dos limites e possibilidades que o serviço realizado pela assistência social dentro da questão previdenciária, possibilitando o surgimento de novas reflexões acerca do tema proposto.

O artigo foi construído através de uma pesquisa exploratória e descritiva, de perfil qualitativo, o qual contempla análise de documentos impressos e digitais, com o intuito de obter referências e subsídios para as discussões acerca do tema proposto, bem como contribuir para a compreensão do papel do Assistente Social dentro da Previdência Social como um mecanismo de acesso à dignidade humana. Através da metodologia empregada foi possível construir e compreender como funciona a Previdência Social e como este pode ser utilizado como um importante mecanismo que assegura que a população em estado de vulnerabilidade possa ter acesso a renda para subsidiar seus gastos e manter sua sobrevivência.

Para fins de organização e para facilitar a leitura e compreensão, o artigo está estruturado em tópicos e subtópicos que conversam entre si e buscam formar a compreensão acerca do que se trata o Sistema de Seguridade Social e como este pode contribuir para efetivamente para o acesso a dignidade humana através do trabalho

desenvolvido pelo Assistente Social. Através da metodologia empregada foi possível levantar conceitos e articulados levando assim a corroborar e alcançar os objetivos propostos.

Ao final do Trabalho são apresentadas as considerações finais e também as referências, onde consta todos os materiais pesquisados investigados para a construção da pesquisa, evidenciando assim que trata-se de um trabalho sério, criterioso e desenvolvido pautado em todas as normas técnicas e instruções necessárias a fim de que a discussão acerca do tema proposto aconteça de maneira séria, responsável e agregue valor temática proposta.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O Serviço Social faz parte ativa do funcionamento da sociedade e de suas questões cotidianas, diante disso o seu trabalho possui uma série de atribuições que estão diretamente ligadas ao acesso da dignidade da pessoa humana. Dentre os vários fatores e elementos que contribuem para que as pessoas em situação de vulnerabilidade social tenham condições dignas de sobrevivência está a Previdência Social. É preciso afirmar a relevância da profissão do Assistente Social dentro da política previdenciária e estabelecer estratégias éticas e legais que garantam a efetivação dos direitos previdenciários.

A Previdência Social tem como eixo central a beneficência, assistência pública e a previdência, o que marcou o início de algumas medidas que começaram a ser adotadas para proporcionar alguma forma de proteção aos cidadãos. O objetivo principal é que essas pessoas tenham renda para manter os seus direitos básicos tais como alimentação, saúde e moradia.

Embora seja um direito constitucional, devidamente regulamentado pela Constituição Federal, o que se observa na realidade prática é que muitas pessoas não conseguem reivindicar este direito por falta de orientação, instrução e acesso. É neste momento que se faz necessário o trabalho de um profissional do Serviço Social, que irá auxiliar essas pessoas a buscarem por seus direitos.

Dessa maneira, observa-se que mais uma vez o trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais e pelas instituições de Serviço Social são indispensáveis para garantir a seguridade do cidadão, pois foi através de um longo processo histórico de reivindicação de direitos que a Previdência Social passou a ter um caráter mais humano e personalizado

buscando garantir o mínimo existencial para o trabalhador e seus dependentes, resguardando uma vida digna.

Para que isso funcione na prática é preciso compreender como funciona o Serviço Social dentro da Previdência Social e buscar uma articulação coletiva dos Assistentes Sociais, de maneira que esses busquem espaços e condições de trabalho que viabilizem o rompimento das desigualdades econômicas e sociais. E embora não se trate de uma tarefa fácil, este processo necessita ser reforçado todos os dias a fim de que melhores condições de vida para os cidadãos possam ser alcançadas.

## **2.1 O Serviço Social dentro da Previdência Social**

A Constituição Federal de 1988 foi um importante marco na consolidação de direitos, principalmente no que tange a questão da seguridade social. Dentro deste contexto, a seguridade social pode ser compreendida como um conjunto de práticas, regulamentações e determinações legais que visam assegurar os direitos dos cidadãos no que se refere à saúde, à Previdência e à Assistência Social. Pode-se dizer que a partir da promulgação da Constituição esses direitos passaram a ter uma abrangência muito maior.

A inclusão do conceito de Seguridade Social dentro da Constituição teve como objetivo evitar que o indivíduo excluído do processo de produção fosse duplamente excluído, uma vez que no Sistema de Seguro Social somente os contribuintes têm o direito de usufruir de seus benefícios. Como afirma Cohn:

Apesar da concepção de seguridade social instituída pela nova lei, a implementação política de seus três componentes acaba por ocorrer de forma paralela, traduzindo-se, na prática, em três políticas setoriais independentes umas das outras. A única articulação entre elas é uma dinâmica de jogo soma zero, relacionada às disponibilidades orçamentárias do momento. Ilustra bem este fenômeno o fato de que desde meados de 1993 tenham sido interrompidos os repasses de recursos da seguridade social para a saúde. (Cohn, 1995, p. 58)

Evitar a exclusão do cidadão e assegurar os seus direitos básicos, principalmente quando estes já não possuem mais condições de trabalhar e produzir o seu sustento, seja por motivos de saúde ou condições físicas, evidencia o quanto a Previdência Social é importante para assegurar a dignidade do cidadão proporcionando condições básicas de sobrevivência.

Dessa maneira, o modelo de previdência social que está vigente no Brasil funciona como um grande "sistema de solidariedade social", onde os trabalhadores ativos que geram renda para o país contribuem para gerar renda para a parcela que não tem mais

condições de trabalhar e produzir, fazendo com que a geração e distribuição de renda aconteça sempre da geração ativa para a geração passiva.

No entanto, embora pareça funcionar de uma maneira muito prática e orgânica, o que se percebe na prática é a disparidade existente na sociedade em que vivemos, onde nem sempre a geração passiva consegue ser acesso à seguridade Social a intervenção do serviço social como forma de garantia e efetivação dos direitos sociais.

A partir de então, em meados da década de 1980, o serviço social assume o compromisso com a classe trabalhadora, se utilizando da teoria social crítica de Marx para reiterar as intervenções e direcionar o trabalho profissional. A partir de 1990 os Assistentes Sociais são impulsionados a discutir um projeto ético político profissional que aguçaram o posicionamento crítico e reflexivo da categoria diante das questões voltadas à seguridade Social.

Em 1990 a atuação do Serviço Social previdenciário avança devido a Constituição Federal de 1988, a qual passa a garantir direitos sociais e a participação dos usuários na gestão das políticas públicas, rompendo assim com o modelo tradicional (SILVA, 2008).

No ambiente previdenciário, isso foi materializado a partir da elaboração da Matriz Teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social, guia norteador para as ações profissionais orientadas na perspectiva do direito. A ação prioritária do Serviço Social está voltada para assegurar o direito, quer pelo acesso aos benefícios e serviços previdenciários, quer na contribuição para a formação de uma consciência de proteção social ao trabalho com a responsabilidade do Poder Público (BRASIL, 1995, p. 11).

O ingresso do Serviço Social na estrutura da Previdência Social, surgiu legalmente através da Portaria nº 52, de 06 de setembro de 1944, exigência institucional do Conselho Nacional do Trabalho-CNT. A legitimação da profissão, a partir da unificação dos IAPs em 1966 até o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social-SINPAS, os profissionais passam a atuar em todas as esferas das Instituições. Dessa forma, o Estado passa a intervir na regulamentação do mercado de trabalho e em ações socioassistenciais para responder a pressão da questão social, buscando assim legitimar-se, como aponta Yazbek (2008, p.120)

Trata-se de um contexto em que o Estado busca legitimar-se incorporando, parte das reivindicações dos trabalhadores, e o Serviço Social rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e

legitimada pelo Estado, ampliando seu processo de profissionalização junto a setores do proletariado, pela mediação de políticas sociais e assistências.

Foram implantadas muitas políticas assistencialistas para amenizar os impactos das grandes transformações decorrentes do desenvolvimento, porém, as situações problema eram vistas como problemas individuais, sendo assim o trabalho dos assistentes sociais nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) eram um trabalho complementar, educativo e individualizante e esta forma de trabalho durou 30 anos (SILVA, 2008).

Diante disso, o assistente social passa a trabalhar diretamente junto aos beneficiários e também seus dependentes e demais usuários da Previdência Social dentre as principais funções estão a de esclarecer junto a esses beneficiários sobre os seus direitos sociais e os meios de acessá-los, reivindicá-los vírgulas e exercê-los, estabelecendo um processo de resolução de problemas que podem acontecer dentro do âmbito da Previdência Social.

Atualmente o Serviço Social na Previdência desenvolve suas ações através da Matriz Teórica Metodológica do Serviço Social. A Matriz destaca os seguintes instrumentos: o parecer social e a pesquisa.

O Parecer social – consiste na opinião profissional após o estudo de uma dada situação visando possibilitar uma maior inclusão do usuário nos serviços e benefícios previdenciários. Na previdência social, o parecer era utilizado para caracterizar dependência econômica, dos pais em relação aos filhos e de união estável para fins de pensão por morte e auxílio reclusão. Também é emitido visando identificar intercorrências sociais no agravamento da patologia na incapacidade laborativa, para fins de concessão de benefícios por incapacidade.

A Pesquisa social – entendida como um movimento de articulação teoria prática, sendo um recurso imprescindível na superação do imediato e aparente, buscando o conhecimento da realidade em sua totalidade. É baseada no senso comum, por uma prática consciente e reflexiva.

Para isso foi desenvolvida uma nova proposta de trabalho do Serviço Social do INSS onde são definidos posicionamentos dos assistentes sociais na defesa dos direitos sociais e da cidadania ponto final esse novo paradigma busca entender a Previdência Social como um direito social, compondo a seguridade Social pública e buscando atender as demandas via controle social dos trabalhadores através de mecanismos que assegurem a dignidade da pessoa humana.

Conhecer a forma de atuação do serviço social dentro da Previdência Social torna-se, portanto, relevante para que se compreenda como este se torna um importante mecanismo de promoção da dignidade da pessoa humana colaborando para o acesso à cidadania plena e contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária.

## **2.2 Atribuições do profissional do Serviço Social dentro do setor previdenciário**

As atribuições e competências da categoria estão previstas na Lei que Regulamenta a Profissão (nº 8.662/93) e no Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993. Ambos os documentos determinam direitos e deveres dos profissionais e precisam estar presentes constantemente no cotidiano de intervenção dos mesmos. Com essas normatizações busca-se assegurar a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados expressando a renovação e o amadurecimento do Serviço Social, em consonância com o projeto ético-político assumido pela categoria a partir da década de 1990.

A formação sócio-histórica da política previdenciária, somada às atribuições referidas aos Assistentes Sociais, demandou a necessidade de construção de subsídios que fundamentassem legalmente o trabalho dos profissionais, bem como dimensões éticas e metodológicas que garantisse um direcionamento da intervenção. Tal perspectiva concretiza-se com a promulgação da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que em seu artigo 88, redefine a prática profissional no âmbito dos direitos sociais, passando de complementar para a prestação de serviço.

Art. 88 - Compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

Após a promulgação da Lei nº 8.213/91, foi desencadeado um processo de discussão interna pela categoria profissional, em relação à prática do assistente social mediante a conjuntura do país e do INSS, resultando na elaboração do “Novo Modelo Conceitual do Serviço Social”, em 1991, que estabeleceu a competência do Serviço Social na Previdência no campo do “esclarecimento dos direitos sociais e meios de exercê-los.” (BRASIL, 1991, p. 40).

Portanto, o Serviço Social vive um novo marco, cuja dimensão política posiciona-se a favor da equidade e justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços sociais tais como ampliação e consolidação como condição para garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. A nova Matriz expressa um posicionamento profissional pautado nos princípios do direito e do exercício da cidadania, como também reflete o desejo de grande parte dos profissionais do Serviço Social do INSS de romper com a linha teórico metodológica funcionalista, adotada anteriormente, e de construir um novo fazer profissional.

Compreendido dentro da concepção histórica - dialética, expressa-se na realização das seguintes ações profissionais do Serviço Social:

- socialização das informações previdenciárias;
- ações de fortalecimento do coletivo;
- assessoria.

Este novo fazer, esta nova opção, expressa-se pela Matriz Teórico Metodológica com a seguinte concepção:

Caracteriza-se pelo poder dialético que possui ao nascer referenciada na prática cotidiana desenvolvida por esses profissionais, alimenta-se na teoria e busca confirmar-se na direção de uma nova prática que legitima se na defesa dos interesses dos usuários. Uma nova prática que se desenvolve pautada nos fundamentos e princípios éticos - legais do compromisso profissional, liberdade, cidadania, democracia, pluralismo, equidade e justiça social - expressos nos estatutos que disciplinam o exercício da profissão dos Assistentes Sociais. (Código de Ética Profissional e Lei nº 8.662/93)

É então por meio de sua ação, que o Serviço Social tem buscado a superação de inúmeros desafios e de entraves que, via de regra, obstruem seu trabalho. “O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas”. (IAMAMOTO, 2001, p. 41)

No espaço da Política Previdenciária, o assistente social é autônomo no exercício de suas funções, respaldado legalmente pelo Código de Ética Profissional e pela sua competência teórico-metodológica e ético-política, cujo âmbito da prática profissional cotidiana se torna um desafio permanente, face às condições adversas que permeiam a prática profissional, os limites e entraves institucionais, as condições do mercado de trabalho, ou seja, o atual contexto socioeconômico, político e social do país.



Os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se a direitos e deveres referentes às operações de compra e venda. Enquanto os direitos sociais são frutos de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, de saúde, de habitação, de assistência social e outras pertencem a outro circuito, o do mercado – mediação necessária à realização do valor (...). (IAMAMOTTO, 2001, p. 70)

Silva enfatiza que,

O assistente social no exercício profissional, tanto nos órgãos públicos quanto nos privados, historicamente dedica-se ao planejamento e à operacionalização dos serviços sociais, sendo chamado a atuar na mediação das relações entre o órgão que oferece o serviço e a população demandante: entre os serviços prestados e a solicitação destes serviços pelos interessados. Nessa perspectiva, informa sobre os direitos ao recebimento de benefícios e os meios de exercê-los, assessoria dirigentes de órgãos públicos e dos movimentos sociais, seleciona aqueles que podem participar de programas, viabiliza o acesso aos programas e benefícios existentes. (2008, p. 122)

Nesse contexto, cumpre citar o papel social da Previdência como de redistribuição de renda no Brasil, seja na forma de aposentadorias ou de outros benefícios previdenciários e assistenciais, buscando identificar o seu verdadeiro papel e o seu desempenho como instrumento de redução da pobreza e de distribuição de renda. O Serviço Social mantém sua atuação junto a usuários individualmente, entretanto, com a percepção de que as necessidades e os interesses individuais expressam questões de segmentos da classe trabalhadora, de forma coletiva, num contexto mais abrangente.

Considerando a relativa autonomia que o profissional de Serviço Social dispõe nos diferentes espaços sócio institucionais, coloca-se como desafio para este profissional articular os limites e possibilidades direcionando sua ação para os interesses dos usuários, buscando expandir seu campo de trabalho através de suas possibilidades e competências técnico-operativa, respondendo às demandas de forma ética e política, efetivando sua atuação na direção social e política do projeto profissional (IAMAMOTO, 2001).

Assim, o assistente social, com sua atuação direta junto à população, possibilita ao usuário um saber que o instrumentaliza na busca de alternativas possíveis de como viabilizar o acesso a seus direitos. Há que se assinalar que o Serviço Social, no contexto intra-institucional, constitui-se no principal caminho para facilitar o acesso aos benefícios e aos serviços previdenciários, considerando que o assistente social exerce o papel de defesa dos direitos sociais, estabelecendo estratégias na sua prática cotidiana.

### **2.3 A Previdência Social como mecanismos de promoção da Dignidade da Pessoa Humana**

A dignidade da pessoa humana é um princípio do Estado Democrático de Direito, que é o Estado que respeita e garante os direitos humanos e os direitos fundamentais dos seus cidadãos. Assim, ela pode ser entendida como um princípio que coloca limites às ações do Estado.

Dessa forma, a dignidade da pessoa humana deve ser usada para basear as decisões tomadas pelo Estado, sempre considerando os interesses e o bem-estar dos cidadãos. Isso significa que, além de garantir às pessoas o exercício dos seus direitos fundamentais, o Estado também deve agir com cuidado suficiente para que esses direitos não sejam desrespeitados.

A Constituição Federal em seu art. 6º, estabelece que a Previdência Social é um Direito Fundamental Social, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O princípio da dignidade humana pode ser considerado como fonte de todos os demais, e faz parte da natureza social do homem, da qual decorre a preocupação de todos com respeito à dignidade (SPLICIDO, 2014). Nesse sentido, temos a Assistência Social como instrumento público e espécie da seguridade social, completamente inserida e consubstanciada na dignidade humana, porquanto tem como objetivo a promoção do mínimo existencial para que os cidadãos desenvolvam sua personalidade com autonomia e autodeterminação.

Dessa maneira, o direito à Previdência Social busca proteger e assegurar uma melhor qualidade de vida tanto para os trabalhadores que contribuem diretamente para a Previdência Social como para os seus dependentes. Isso se trata de um conjunto de ações de iniciativa do poder público e da sociedade que tem como objetivo principal proteger todo o indivíduo dos riscos decorrentes da perda ou redução das condições de trabalho.

A Assistência Social, através da Seguridade Social, ainda é financiada com recursos da União, Estados e Municípios e das demais contribuições sociais previstas no Art. 195 da Constituição Federal, tais como percentuais sobre a folha de pagamento das empresas e empregadores, sobre a receita de concursos de prognósticos e sobre os bens ou

serviços importados do exterior, além dos recursos que compõem o Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS) (FONTENELE, 2007).

Trata-se, portanto, de uma inteligente e bem articulada maneira de assegurar a promoção da dignidade da pessoa humana, que é um dos principais pontos que um governo democrático precisa estar atento, uma vez que compete ao estado assegurar a proteção dos seus cidadãos. Para que isso aconteça, os direitos sociais tornam-se indispensáveis, uma vez que assegura a participação em um regime democrático onde as políticas públicas devem chegar com equidade para todos.

Como um valor inalienável, a dignidade humana tem profundo impacto na organização das sociedades e na elaboração das leis e políticas. Abaixo estão alguns dos pontos mais relevantes: Fundamento dos Direitos Humanos, Garantia de Respeito e Igualdade, Regulação do Estado, Diretriz para a Justiça Social e Guia para a Interpretação Jurídica.

Com isso, a previdência social caracteriza-se como um direito social, à sua concessão certifica e garante que haja igualdade nas situações sociais, permitindo, assim, que o trabalhador e seus dependentes usufruam do benefício previdenciário para que não vivam na miséria quando algum fato ocorrer que o impeça de exercer atividade laborativa.

Nesse sentido, a previdência social sendo um Direito Fundamental social, se tornou um mecanismo para assegurar que as necessidades vitais e básicas dos indivíduos sejam colocadas em prática através da concessão do benefício assim é que a Seguridade Social enquanto política de Estado, chancelada pela Constituição de 1988, ganhou lugar de proeminência enquanto política pública de garantia de direitos fundamentais, eis que assentada nos seguintes pilares:

- Direito de proteção à vida, por meio da consolidação da saúde pública e universal;
- Garantia de um mínimo existencial a todos os brasileiros, a partir da consolidação de uma política assistencial voltada à população em situação de vulnerabilidade ou risco social;
- Consolidação de uma política de previdência social, contributiva, participativa e solidária, capaz de prover benefícios que resguardem a subsistência digna a todos os seus segurados e dependentes, nos momentos de doença ou outro contingente que o deixe incapaz para o trabalho, assim como uma provisão na velhice ou em caso de morte etc.

Assim, a dignidade humana inclui o direito à vida, as prestações básicas em termos de alimentação, vestuário, abrigo, saúde ou meios indispensáveis para a sua satisfação, designado de mínimo sociocultural que se encontra fundado no princípio do Estado Social e no princípio da igualdade que no que se refere o seu conteúdo material. as lições de TAVARES, (2003, p. 49):

O respeito à dignidade não deve ser encarado somente como um dever de abstenção do Estado na invasão do espaço individual de autonomia. Isto é pouco. Cabe à organização estatal criar mecanismos de proteção do homem para que este não seja tratado como mero instrumento econômico ou político pelos órgãos do poder público ou por seus semelhantes. Os Direitos Sociais são considerados Direitos Fundamentais partindo-se da concepção de que o Estado não deve se manter.

Com o atendimento desses pressupostos, a Previdência torna-se um forte instrumento de concretização do fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e dos objetivos de erradicação da pobreza e de redução de desigualdades sociais, possibilitando o acesso às oportunidades e garantindo cidadania. Como a Previdência básica, pode ser comparada a um patamar mínimo abaixo do qual ninguém deve recuar cair, mas acima do qual podem surgir e florescer desigualdades sociais apoiadas na autonomia privada e no talento individual.

A Previdência Social, como direito fundamental, deve ter uma configuração mínima de garantia da dignidade da pessoa humana, baseada nos princípios da universalidade, da uniformidade e da solidariedade na proteção dos segurados mais desvalidos, mediante a participação do Estado; a cobertura dos riscos sociais da morte, da idade avançada, da incapacidade, da maternidade e do desemprego involuntário; e o estabelecimento de patamares mínimo e máximo de pagamento dos benefícios, com a manutenção real do valor das prestações.

Importante, ainda, deixar claro que o sucesso do Assistência Social depende completamente da sociedade como um todo: famílias, sociedade organizada, ONGs, empresas, etc. Não é possível ao Estado garantir o mínimo social sem a participação ferrenha destas classes, afinal de contas a melhoria social do país está nas mãos de todos os brasileiros, que deverão trabalhar em unidade, junto com o poder público, para conseguir o objetivo de um dia tornar o país melhor, mais justo e igualitário.

### **3 CONCLUSÃO**

O Serviço Social está presente em todos os campos da sociedade, trabalhando incansavelmente para a efetivação de direitos. Uma área de atuação que vem chamando bastante atenção é a do direito previdenciário, que busca compreender a atuação do serviço social dentro da Previdência Social. Não trata-se de um campo de atuação novo, no entanto ao longo da pesquisa fica evidente o quanto é importante que o assistente social esteja presente junto da população para orientá-los acerca dos seus direitos previdenciários.

A Previdência Social, como direito fundamental, deve ter uma configuração mínima de garantia da dignidade da pessoa humana, baseada nos princípios da universalidade, da uniformidade e da solidariedade na proteção dos segurados mais desvalidos, mediante a participação do Estado; a cobertura dos riscos sociais da morte, da idade avançada, da incapacidade, da maternidade e do desemprego involuntário; e o estabelecimento de patamares mínimo e máximo de pagamento dos benefícios, com a manutenção real do valor das prestações.

A dinâmica institucional se coloca como um verdadeiro desafio aos profissionais, com intercorrências burocráticas, administrativas e normativas, que requerem dos assistentes sociais a busca constante de conhecimentos teórico-metodológicos para uma ação e posicionamento político e profissional coerente com as bases ético-legais da categoria profissional, como também em relação à política previdenciária e de assistência social.

A luta pela efetivação dos direitos sociais de maneira conjunta fortalece o debate sobre a defesa de uma Previdência Social pública e de qualidade que interceda junto aos cidadãos de forma digna, desmistificando a fragmentação instituída pelo sistema de proteção social e promovendo intervenções para os usuários/ trabalhadores de forma singular em meio a totalidade do ser social.

Mediante tal conjuntura, verifica-se a prática profissional construída dentro dos limites impostos à profissão na sociedade capitalista, no entanto, sem perder de vista a luta política mais ampla na perspectiva das indicações do atual projeto ético-político do Serviço Social. Assim, o assistente social, com sua atuação direta junto à população, possibilita ao usuário um saber que o instrumentaliza na busca de alternativas possíveis de como viabilizar o acesso a seus direitos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**Análise Da Efetividade Da Lei Orgânica Da Assistência Social (Loas) Como Instrumento De Proteção Social Para Pessoas Em Situação De Vulnerabilidade No Brasil.** Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/analise-da-efetividade-da-lei-organica-da-assistencia-social-loas-como-instrumento-de-protecao-social-para-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade-no-brasil/1798251767> Acesso em 24 de fevereiro de 2024.

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Aprovado em 13/03/93. Brasília: CFESS, 1997.

BRASIL. **Lei nº 8213 de 24/07/1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.** 6. ed. Brasília. MPAS, ACS, 1997.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Matriz Teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social.** Brasília, MPAS, 1995.

**Breves linhas sobre o histórico do direito previdenciário no Brasil.** Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8160/Breves-linhas-sobre-o-historico-do-direito-previdenciario-no-Brasil>. Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

COHN, A. **A Reforma da Previdência Social: virando a página da história?** Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, v. 9, n. 4, p. 54-59, out./dez. 1995.

IAMAMOTO, M. V. T. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

**Mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana.** Disponível em: <https://juristas.com.br/revistajuristas/minimo-existencial-e-dignidade-da-pessoa-humana/A> cesso em 26 de fevereiro de 2024.

**Dignidade da pessoa humana: o que significa este princípio.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/dignidade-da-pessoa-humana/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024.

FONTENELE, I. C. **A Política de Assistência Social no Brasil: O foco na família e a questão dos mínimos sociais.** Artigo publicado na Sociedade em Debate. Pelotas. 2007. Disponível em: <[www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/download/406/360](http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/download/406/360)>. Acesso em 24 de fevereiro de 2024.

**O princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o papel da Assistência Social no Brasil.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana-e-o-papel-da-assistencia-social-no-brasil/710509826>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

**O princípio da dignidade humana no direito previdenciário.** Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-previdenciario/o-principio-da-dignidade-humana-no-direito-previdenciario/> . Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

**O princípio da dignidade humana no ordenamento jurídico.** Disponível em: . Acesso em <https://www.aurum.com.br/blog/principio-da-dignidade-da-pessoa-humana/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

**Previdência Social como mecanismo de consolidação de direitos sociais.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jan-26/previdencia-social-como-mecanismo-de-consolidacao-dos-direitos-sociais/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2024.

**Princípios da Seguridade Social.** Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1032/Principios-da-Seguridade-Social> . Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

SILVA, A. A. da. **O Serviço Social na Previdência Social: entre a necessidade social e o benefício.** In: BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPLICIDO, C. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o direito à prova em face à Lei Orgânica da Assistência Social.** 2014. Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9662&revista\\_caderno=20](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9662&revista_caderno=20)>. Acesso em 27 de fevereiro de 2024.

TAVARES, A. R. **Curso de Direito Constitucional.** 18ª ed. São Paulo. Saraiva, 2020.

YASBECK, M. C. **Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social. Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 56, abr., 1998.

---

## **FINANÇAS NAS ESCOLAS: uma pesquisa bibliográfica sobre a ausência de ensinamentos financeiros nas escolas e o reflexo na vida adulta dos indivíduos.**

Sônia Dias Faria<sup>5</sup>  
Welliton Glayco da Fonseca<sup>6</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo mostrar que a consciência financeira precisa estar presente nas escolas como proposta transdisciplinar. A ideia central do artigo é trazer a luz à educação financeira como necessária nas escolas, principalmente entre o público adolescente, referente ao Ensino Fundamental, uma vez que carecem de limites e podem atuar de forma reversa, ou seja, de forma consciente em seus projetos de vida, suas famílias e em sociedade. Demonstrando que pequenas ações planejadas de economia possibilitam poupar, investir e gastar de forma assertiva. E o principal a prática da cidadania que é a autonomia de tomar decisões coerentes em colaboração para mudanças de hábitos familiares. A pesquisa será científica para fundamentar teoricamente a ideia futura do projeto de extensão.

**Palavras-chave:** Educação. Finanças. Aprendizado. Consciência.

### **1 INTRODUÇÃO**

O propósito deste trabalho consiste em expor a necessidade de ter conhecimento financeiro nas escolas brasileiras, estabelecendo um conhecimento de como gastar o dinheiro, no qual uma vida financeira controlada é saudável para o indivíduo.

A escola é sede de várias temáticas transversais. A educação financeira não pode ser posta de lado. À medida que o foco educativo é transformar o aluno para a prática da cidadania, receber uma formação consciente relacionado às finanças colabora para mais uma intervenção social.

A educação financeira não é apenas para classes favorecidas financeiramente sobre perspectiva de investimentos e poupança. Ao oposto, uma necessidade para aqueles que precisam ter ciência de seus gastos e como bem distribuir.

A escola, por vezes, não enfatiza o ensino financeiro, perdendo a oportunidade de contextualizar o próprio ensino da matemática e usar desse assunto como elemento transdisciplinar. O recorte da presente pesquisa refere-se

---

<sup>5</sup> Pós-graduada em Gestão de Finanças e Controladoria pela Faculdade Famart. E-mail: soniadiasfaria82@gmail.com

<sup>6</sup> Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itáúna-MG. Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Administração.



ao público adolescente (Ensino Fundamental) devido o lugar de diálogo mais maduro e atuante.

Uma vez que o aluno se apropria do funcionamento das finanças, cria-se o hábito de ator social, seja consumindo, investindo ou poupando. A fase da adolescência é marcada pelo ter através do apelo das mídias e pressão dos grupos. Apresentar ao adolescente a concepção de que para ter é preciso planejamento, demonstra valorização das coisas e desvia da futilidade.

Mais do que levar a educação financeira para sala de aula, provocar uma consciência financeira nos adolescentes para que possam agir com autonomia em suas vidas, familiar e social. A proposta é atuar diretamente com o Serviço de Orientação Educacional e com o professor responsável pela disciplina e criar palestras, bate-papos, ações e estabelecer um vínculo de entendimento com as práticas financeiras.

Existe fórmula para seguir uma boa educação financeira? Precisamos estudar todos os mecanismos que a estrutura financeira nos oferece, conhecer o mercado, o valor do dinheiro e o principal, traçar metas para atingir este objetivo, que é uma vida financeira tranquila.

Esta pesquisa é para mostrar que o conhecimento financeiro é fundamental para controlar e administrar seus ganhos. A falta de consciência financeira leva o ser humano a ficar na mesmice da cultura que foi condicionada quando era criança, no qual ao decorrer da vida torna-se um tormento por não conseguir alcançar seus objetivos. Aplicando o conhecimento financeiro nas escolas é a prova de que a educação financeira e sua aplicabilidade em ambiente escolar faz total diferença no percurso da vida e o aprendizado é usado como instrumento de conscientização social.

A principal motivação para essa pesquisa constitui-se na importância que o conhecimento trás para a vida do indivíduo. O aprendizado sobre finanças promove o desenvolvimento do comportamento crítico em relação ao controle financeiro de cada pessoa, conduzindo assim a pessoa a planejar sua vida financeira. Em tempos que o marketing tem grande exposição na mídia fazendo com pessoas compre sem ao menos precisar, o conhecimento e controle financeiro é a grande mola para garantir assim mudanças de hábitos, trazendo o controle de suas finanças e o bem estar próprio.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O tema sobre educação financeira já é tratado há mais de 15 anos como prioridade pelos órgãos internacionais. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no qual define sobre o tema:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

A educação financeira tem como sua base principal, a conscientização do indivíduo em tomar decisões sensatas e corretas em todas as situações que envolvam dinheiro, sabendo de todas as oportunidades e quais os riscos que corre, pois com este conhecimento, fica cada vez mais difícil perder tudo e alcançar o objetivo de forma saudável.

Quando a pessoa consegue enxergar o controle financeiro em sua vida, tudo fica mais leve, otimizar os ganhos é empregar e investir bem os recursos de uma maneira na qual possa garantir uma segurança e somente com a educação financeira poderemos obter esse benefício.

E muito além disso, a qualidade de vida para hoje e o futuro, vale de um determinado sacrifício, pois com ele, atingimos uma determinada segurança financeira com o intuito de aproveitar as coisas boas da vida e suprir a necessidade de um momento de dificuldade.

No Brasil existe um Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) que estabeleceu um projeto piloto no período entre 2008 a 2010 para abordar educação financeira nas escolas públicas para o público de Ensino Médio. A proposta é levar também para o Ensino Fundamental.

Percebe-se uma formação de atuação e estratégias de intervenção da temática nas escolas públicas. O momento é favorável para propagação no ambiente escolar e especificamente ao Ensino Fundamental.

Em dezembro de 2010 foi estabelecido o Decreto Nº 7.397: “A estratégia foi criada para promover a educação financeira e previdenciária em razão do impulso às políticas de inclusão social no país” (MEC, 2010).

Além dessa promoção nas escolas, o adolescente deve levar para casa o discurso de consciência financeira para colocar em prática.

Domingos (2012, p.8): “suas conquistas dependerão – e muito - da sua capacidade de lidar bem com o dinheiro. Isso porque, o dinheiro sempre foi, e continuará sendo, a mola que move o mundo”.

O aluno precisa perceber que economizar traz benefícios. Ajudando sua família nas decisões sobre o orçamento é uma prática aconselhável e que pode reverter a uma mesada para que ele possa administrar. Economizar na conta de água, luz, nas compras para aplicar em outros aspectos, como por exemplo, para o lazer.

O professor tem influência na formação do aluno para questões relacionadas à conscientização:

o professor apresenta uma posição privilegiada no que tange a formação de hábitos, pois trabalha com crianças e adolescentes em um estágio no qual esses estão desenvolvendo conexões entre o seu comportamento e suas experiências vivenciadas (PREGARDIER, 2015).

Essa prática consciente financeira estimula o domínio de competências e habilidades matemáticas. Precisa planejar, comparar, calcular, estimar, para além, o que desperta no adolescente limite e autonomia diante de suas ações.

O Art. 13, inciso III, da LDB (Lei 9.394/96), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirma que cabe aos docentes “zelar pela aprendizagem dos alunos” Tal dispositivo indica que o conceito de ensino encontra-se atrelado ao de aprendizagem. Os objetivos a seguir relacionam-se à Educação Financeira:

## **2.1 FORMAR PARA A CIDADANIA**

A cidadania é uma articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais (Marshall, 1967). Ser cidadão, portanto, é ter direito de usufruir várias possibilidades que a vida oferece, tais como liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho, entre outras. Ser cidadão é ter responsabilidade ativa na sociedade, protagonizando a construção da democracia. Nessa linha, Perrenoud (2002) indica que ensinar direitos e deveres sem a vivência de ações concretas e sem uma mudança de pensamento não é suficiente para se formar cidadãos. É necessário o exercício

contínuo da cidadania, ingrediente indispensável da construção de uma sociedade democrática e justa. A Educação Financeira tem como principal propósito ser um dos componentes dessa formação para a cidadania.

## **2.2 ENSINAR A CONSUMIR E A POUPAR DE MODO ÉTICO, CONSCIENTE E RESPONSÁVEL**

O consumo é tratado como um direito, e todos, indistintamente, são estimulados a consumir, independentemente de sua condição para tal. No passado, o consumo voltava-se para bens sólidos e duráveis. Atualmente, segundo Bauman (2007), verifica-se uma instabilidade dos desejos aliada a uma insaciabilidade das necessidades, pela conseqüente tendência ao consumo instantâneo, bem como a rápida obsolescência dos objetos consumidos. Esse ambiente é desfavorável ao planejamento, ao investimento e ao armazenamento de longo prazo. Consumo e poupança configuram-se como “atitudes responsáveis” ao levar em conta os impactos sociais e ambientais. Deve-se procurar, assim, não transbordar problemas financeiros para o outro, não comprar produtos advindos de relações de exploração ou de empresas sem comprometimento socioambiental, reduzir o consumo desnecessário, ampliar a longevidade dos produtos possuídos, reduzir a produção de lixo e doar objetos úteis não desejados. Consumir e poupar com consciência e responsabilidade, com uma clara preocupação com o outro e com as conseqüências das decisões tomadas, traduzem o compromisso ético da cidadania.

## **2.3 OFERECER CONCEITOS E FERRAMENTAS PARA A TOMADA DE DECISÃO AUTÔNOMA BASEADA EM MUDANÇA DE ATITUDE**

À nossa volta, atualmente, circula uma quantidade excessiva de informações e de signos (inclusive financeiros), muitas vezes descontextualizados e incompreensíveis para muitas pessoas. A compreensão da linguagem do mundo financeiro, por meio de um programa educativo, possibilita ao indivíduo obter as informações necessárias para que tome suas decisões de modo autônomo, embora já se saiba que nem toda decisão é baseada em informações. Na verdade, estudos de psicologia econômica indicam a concorrência de variáveis de ordem emotiva nas decisões de ordem financeira (Ferreira, 2007).

Outro benefício advindo da Educação Financeira consiste no julgamento crítico que se pode aprender a fazer em relação à publicidade, isso porque uma sociedade marcada pelo consumo se caracteriza em estimular a depreciação e a desvalorização dos produtos depois de estes terem sido adquiridos. Essa é a cultura do excesso e da frustração, que aposta na irracionalidade dos consumidores e não nas suas estimativas sóbrias e bem informadas, ou seja, estimula emoções que levam ao consumo impetuoso, em vez de cultivar o uso da razão. O campo da publicidade procura aumentar a eficiência das mensagens de consumo e provocar o desejo de adquirir determinados produtos. Ao aprender a fazer uma leitura crítica de mensagens publicitárias a respeito de produtos de consumo, aí incluídos os bens e serviços financeiros, as pessoas se tornam equipadas para tomar decisões com mais autonomia, isto é, consciente das pressões externas e mais de acordo com suas reais necessidades.

Com a introdução da Educação Financeira nas escolas, espera-se que os indivíduos e as sociedades tenham condições de moldar seu próprio destino de modo mais confiante e seguro e que deixem de ser beneficiários passivos de programas econômicos e sociais para se tornarem agentes de seu próprio desenvolvimento.

## **2.4 FORMAR MULTIPLICADORES**

A implantação da Educação Financeira pretende colaborar para uma formação mais crítica de adolescentes possibilitando-os a ajudar suas famílias na determinação de seus objetivos de vida, bem como dos meios mais adequados para alcançá-los. Dados do final da década de 2000 (Data Popular, 2008) apontam clara associação entre o comportamento financeiro individual e o familiar. Famílias gastadoras geram filhos gastadores, da mesma forma que filhos poupadores vêm de famílias poupadoras. A tendência gastadora talvez possa ser controlada por meio de conhecimentos levados pelos alunos para suas famílias. Assim, o público beneficiário da Educação Financeira não se restringe ao público escolar, mas, por meio dele, atinge-se um número muito maior de pessoas, ampliando essa disseminação de conhecimentos extremamente útil para a vida na sociedade atual. Dessa forma, promove-se o trânsito de informações pelos distintos níveis espaciais, dos mais próximos aos mais distantes, num ótimo exemplo de que boas práticas e ideias devem transgredir os limites espaciais e circular livremente.

## **2.5 ENSINAR A PLANEJAR A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS**

A falta de planejamento e a sensação de que o presente não se relaciona com o passado nem com o futuro fazem com que o tempo seja pulverizado numa multiplicação de “eternos instantes” acidentais e episódicos.

A Educação Financeira intenciona conectar os distintos tempos, conferindo às ações do presente uma responsabilidade pelas consequências do futuro. Para se alcançar determinada situação, é necessário um planejamento que contemple distintas etapas de execução, envolvendo priorizações e renúncias que não seriam cogitadas pelo pensamento exclusivo do presente. No caso dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os alunos experimentam majoritariamente o planejamento de situações de curto prazo, mas são também estimulados a imaginar ações e suas respectivas repercussões no médio e longo prazos mesmo que só o façam qualitativamente, ou seja, sem uma quantificação precisa dos tempos futuros.

## **2.6 DESENVOLVER A CULTURA DA PREVENÇÃO**

A expectativa de vida aumentou, e o ser humano passa, hoje, mais tempo na condição de aposentado do que no passado recente. Esse aumento, em termos nacionais, constitui um quadro financeiro delicado, uma vez que a pessoa deverá sobreviver com os recursos da aposentadoria por um período mais longo, o que requer um planejamento desde cedo. Além desse quadro, é prudente planejar pensando nas intempéries da vida. Ninguém está isento de enfrentar situações adversas e inesperadas que, por vezes, exigem o dispêndio de uma quantidade de dinheiro não prevista no orçamento. Para garantir maior tranquilidade diante de tais situações é preciso conhecer progressivamente, conforme a idade o permita, o leque de opções disponíveis, tais como evitar desperdícios, guardar dinheiro, fazer seguros ou investimentos ou dispor de planos de previdência (pública ou privada).

Contudo, não só é importante, como é até mesmo possível plantar as bases da prevenção, e isso pode ser feito por meio de um trabalho sistemático de construção do cuidar do que é valioso para si próprio e para a sociedade.

## **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não precisamos entender completamente todo contexto que envolve finanças, precisamos ter conhecimento básico para saber controlar o que ganhamos, ter consciência e como gastamos o dinheiro para ter um controle financeiro adequado para vivermos bem.

Nos dias atuais, não existe perspectiva sobre um mundo que todos têm consciência de quanto ganha, quanto pode gastar e a projeção para a realização de um sonho com o início de uma economia daquilo que se ganha. Para os brasileiros isto não acontece.

Não existe ainda uma cultura de estudar a vida financeira e qual melhor atitude tomar diante desta realidade. Isso reflete na vida de grande parte dos brasileiros, pois o descontrole financeiro gera o endividamento crescente, mesmo com aqueles que têm uma boa renda, pois não adianta ganhar muito se não souber aplicar as premissas básicas de poupar.

A educação financeira está relacionada à forma que entendemos sobre dinheiro e todas as formas de utilização deste recurso para que tenhamos uma vida mais equilibrada, pois ao contrário disso pode afetar diretamente o convívio social, familiar e até o psicológico do indivíduo.

O tema pode e deve ser iniciado/trabalhado nas escolas, desde a educação básica, para facilitar o aprendizado e o conhecimento sobre o assunto para toda a vida, possibilitando ser passado de geração para geração e, também, ensinado para outras pessoas que não tiveram a oportunidade de aprender sobre o tema. Ter a noção de como o dinheiro pode e deve ser gasto de forma planejada, muda a vida de qualquer indivíduo, ainda mais de quem está em fase de desenvolvimento. Os estudantes se sentirão mais motivados durante esse processo, podendo abrir um leque de possibilidades para conseguir atingir seus objetivos e realizar seus sonhos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAVARESCO, Joel. **Educação financeira na escola**. 1. ed. Jundiaí (SP): PACO, 2021.

CONEF, Comitê Nacional de Educação Financeira. **Educação Financeira nas Escolas: Ensino Fundamental**, 1. ed. Brasília: COLOR, 2014.

DOMINGOS, Reinaldo. **Ter dinheiro não tem segredo**. 2 ed. São Paulo: DSOP, 2012.

PREGARDIER, Ana. **Educação Financeira: Jogos para sala de aula**. Porto Alegre: AGE, 2015.

---

# **A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS TÉCNICAS DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIOS: uma revisão bibliográfica**

Matheus Augusto Marques<sup>7</sup>  
Michele Faria de Oliveira<sup>8</sup>

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso aborda a relevância crítica do cumprimento rigoroso das normas técnicas aplicáveis aos equipamentos de combate a incêndios. A segurança contra incêndios é uma preocupação central em diversos contextos, desde ambientes residenciais até grandes instalações industriais. O estudo começa explorando os riscos associados a incêndios e os impactos potenciais na vida humana, meio ambiente e propriedade. Destaca-se a importância de um sistema de prevenção e combate eficaz para minimizar danos e proteger vidas. Uma análise detalhada das normas técnicas, com ênfase nas regulamentações nacionais e internacionais pertinentes, é apresentada. Isso inclui normas relacionadas a extintores, hidrantes, sistemas de alarme e outros dispositivos essenciais. A conformidade estrita com essas normas é fundamental para assegurar a eficácia e confiabilidade dos equipamentos. O estudo também examina casos de não conformidade e suas consequências, destacando incidentes que poderiam ter sido evitados com a aderência rigorosa às normas. Questões como a manutenção adequada, treinamento de pessoal e certificações são abordadas como elementos cruciais na garantia da eficácia contínua dos equipamentos. Além disso, são discutidos os avanços tecnológicos e inovações no campo dos equipamentos de combate a incêndios, ressaltando como a conformidade com as normas pode ser um catalisador para a adoção bem-sucedida dessas inovações. O trabalho conclui reforçando a importância do cumprimento contínuo das normas técnicas como um pilar fundamental para a segurança contra incêndios. Propõe-se que a implementação efetiva dessas normas não apenas salva vidas, mas também preserva propriedades e promove ambientes mais seguros e resilientes contra incêndios.

**Palavras-chave:** Combate a Incêndios. Normas Técnicas. Segurança.

## **ABSTRACT**

This undergraduate thesis addresses the critical relevance of strict compliance with technical standards applicable to firefighting equipment. Fire safety is a central concern in

---

<sup>7</sup> Pós-graduado em Gestão de Segurança contra Incêndio e Pânico pela Faculdade Famart. E-mail: matheusaugusto\_01@hotmail.com

<sup>8</sup> Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Engenharia Química e Mestranda em Engenharia Elétrica e Computação.



various contexts, ranging from residential environments to large industrial facilities. The study begins by exploring the risks associated with fires and their potential impacts on human life, the environment, and property. Emphasis is placed on the importance of an effective prevention and firefighting system to minimize damages and protect lives. A detailed analysis of technical standards is provided, with a focus on relevant national and international regulations. This includes standards related to extinguishers, hydrants, alarm systems, and other essential devices. Strict compliance with these standards is fundamental to ensuring the effectiveness and reliability of firefighting equipment. The study also examines cases of non-compliance and their consequences, highlighting incidents that could have been avoided with strict adherence to standards. Issues such as proper maintenance, personnel training, and certifications are discussed as crucial elements in ensuring the continuous effectiveness of equipment. Furthermore, technological advancements and innovations in firefighting equipment are discussed, emphasizing how compliance with standards can serve as a catalyst for the successful adoption of these innovations. The paper concludes by reinforcing the ongoing importance of compliance with technical standards as a fundamental pillar for fire safety. It is proposed that the effective implementation of these standards not only saves lives but also preserves properties and promotes safer and more resilient environments against fires.

**Keywords:** Firefighting. Technical Standards. Safety.

## 1 INTRODUÇÃO

A eficácia no enfrentamento de incêndios é uma questão crucial para a segurança pública e patrimonial. No entanto, essa eficácia está diretamente ligada ao cumprimento rigoroso das normas técnicas estabelecidas para os equipamentos de combate a incêndios. Este trabalho visa analisar a importância do estrito cumprimento dessas normas, identificando seus impactos na eficiência operacional e, conseqüentemente, na preservação de vidas e bens.

As normas técnicas, desenvolvidas por instituições reguladoras como a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como a NBR 14276 (2006), estabelecem parâmetros indispensáveis para garantir a qualidade e o desempenho adequado dos equipamentos de combate a incêndios. Tais normas refletem as melhores práticas reconhecidas internacionalmente e incorporam lições aprendidas em incidentes passados.

A negligência em seguir essas normas pode resultar em falhas operacionais dos equipamentos, comprometendo sua efetividade e colocando em risco a integridade física das pessoas e do patrimônio. Por isso, é crucial investigar as normas técnicas vigentes, como a NBR 13714 (2000), que aborda aspectos específicos do sistema de hidrantes, para

garantir a regularidade nas inspeções, manutenções e testes dos equipamentos.

A revisão constante das normas técnicas é vital, à medida que incorpora inovações tecnológicas e lições aprendidas, aprimorando continuamente as diretrizes existentes. Assim, este estudo buscará analisar a importância do estrito cumprimento das normas técnicas relacionadas aos equipamentos de combate a incêndios, visando garantir a segurança e eficácia desses dispositivos em diferentes ambientes, mas também os impactos diretos na eficiência e na eficácia desses dispositivos cruciais para a segurança e preservação de vidas.

O objetivo geral foi analisar a importância do estrito cumprimento das normas técnicas relacionadas aos equipamentos de combate a incêndios, visando garantir a segurança e eficácia desses dispositivos em diferentes ambientes. Os objetivos específicos foram: Investigar as normas técnicas vigentes que regulamentam os equipamentos de combate a incêndios, abordando aspectos como fabricação, instalação e manutenção; Avaliar a conformidade dos equipamentos de combate a incêndios em espaços específicos, identificando possíveis desvios em relação às normas técnicas estabelecidas; Compreender o impacto da não conformidade com as normas técnicas na eficácia e segurança dos equipamentos de combate a incêndios, considerando diferentes cenários e tipos de edificações.

O presente estudo possui metodologia bibliográfica, que é aquela que tem intenções de esclarecer temas, principalmente com base em dicas teóricas publicadas em revistas, periódicos, livros, entre outros.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Segurança e Eficiência Operacional na Adesão às Normas Técnicas de Equipamentos de Combate a Incêndios**

A segurança operacional em ambientes propensos a incêndios é uma preocupação central em diversas esferas, desde instalações industriais até edifícios comerciais e residenciais. A exploração da relação direta entre o cumprimento das normas técnicas dos equipamentos de combate a incêndios e a segurança operacional revela a importância fundamental de padrões específicos na eficiência das respostas a situações de

emergência.

De acordo com Smith e Oliveira (2018), a implementação rigorosa das normas técnicas associadas aos equipamentos de combate a incêndios é essencial para garantir a funcionalidade e confiabilidade desses dispositivos. As normas estabelecem critérios precisos para a seleção, instalação e manutenção de extintores, sistemas de sprinklers, alarmes e demais recursos de combate a incêndios.

A segurança operacional, conforme defendido por Johnson (2020), é intrinsecamente ligada à conformidade com normas específicas. A aderência a padrões técnicos proporciona a garantia de que os equipamentos estejam em pleno funcionamento quando necessário, minimizando falhas e aumentando a eficácia no controle e extinção de incêndios.

Ao seguir as recomendações de órgãos reguladores, como a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os gestores e responsáveis pela segurança predial garantem não apenas a conformidade legal, mas também a otimização dos processos operacionais. A adesão a normas específicas, como a ABNT NBR 12693, que trata de sistemas de proteção por extintores de incêndio, contribui para a uniformização das práticas e a padronização dos equipamentos, simplificando procedimentos de treinamento e manutenção.

A eficiência operacional, segundo estudos de Garcia et al. (2019), é aprimorada quando os protocolos de segurança são estritamente seguidos. A resposta a situações de emergência, incluindo o combate a incêndios, requer sincronia e prontidão. Equipamentos que atendem a normas específicas não só oferecem maior confiabilidade, mas também facilitam a coordenação efetiva de ações durante uma emergência.

A relação entre segurança operacional e normas técnicas em equipamentos de combate a incêndios é essencial para garantir ambientes mais seguros e prontos para responder a emergências. Autores como Smith, Oliveira, Johnson e Garcia, enfatizam a importância da aderência a padrões específicos, destacando não apenas a conformidade legal, mas também os benefícios diretos na eficiência operacional e, em última instância, na preservação de vidas e propriedades.

## **2.2 Proteção do Patrimônio e das Vidas Humanas: A Importância do Cumprimento Rigoroso das Normas Técnicas**

A preservação de bens materiais e a proteção das vidas humanas são objetivos primordiais em qualquer sociedade. Nesse contexto, o cumprimento rigoroso das normas técnicas emerge como um elemento crucial para assegurar esses valores fundamentais.

Este texto explora com a conformidade normativa desempenha um papel central na segurança e exemplifica casos em que tal conformidade faz a diferença de maneira tangível. Segundo Smith et al. (2018), as normas técnicas são diretrizes que estabelecem critérios para o desenvolvimento e aplicação de procedimentos e produtos. No âmbito da construção civil, por exemplo, o estrito cumprimento de normas relacionadas à resistência de materiais, instalações elétricas e prevenção contra incêndios é essencial para a integridade das estruturas e, por conseguinte, para a segurança das pessoas que as ocupam.

Em um estudo conduzido por Johnson (2019), foi evidenciado que edificações que seguem rigorosamente as normas de segurança têm uma taxa significativamente menor de acidentes e falhas estruturais. Isso ressalta a importância de investir em infraestruturas que atendam ou excedam as exigências normativas, contribuindo diretamente para a proteção das vidas humanas.

Outro exemplo relevante é o setor industrial. De acordo com os estudos de Oliveira et al. (2020), operações industriais que aderem às normas específicas do setor conseguem mitigar riscos significativos, garantindo a segurança dos trabalhadores e a integridade dos processos. Incidentes como vazamentos químicos, frequentemente associados à não conformidade normativa, podem resultar em impactos devastadores para o meio ambiente e para as comunidades circunvizinhas.

A conformidade estrita com as normas técnicas não é apenas uma formalidade burocrática, mas sim um investimento na proteção do patrimônio e, acima de tudo, na preservação das vidas humanas. A implementação e fiscalização eficazes dessas normas não apenas evitam tragédias e prejuízos financeiros, mas também contribuem para o fortalecimento da cultura de segurança em diferentes setores.

### **2.3 Conformidade Legal e Responsabilidade Empresarial: Uma Perspectiva Abrangente**

A conformidade legal é um aspecto crucial para o funcionamento sustentável e

ético das organizações. Autores como Silva (2018) ressaltam que o não cumprimento das normas técnicas pode resultar em implicações legais significativas para as empresas. Nesse contexto, este texto explora as implicações legais associadas à não conformidade com normas técnicas, destacando a importância vital para as empresas estarem alinhadas com os padrões estabelecidos.

O ambiente regulatório é dinâmico, e as empresas estão sujeitas a uma variedade de regulamentações e normas específicas de cada setor. Segundo Oliveira et al. (2020), a conformidade legal não apenas evita sanções e penalidades, mas também contribui para a construção de uma reputação sólida e confiável no mercado. A não conformidade, por outro lado, pode resultar em multas substanciais, interrupção das operações e, em casos extremos, processos judiciais que podem impactar negativamente a viabilidade financeira e a credibilidade da empresa.

A conformidade legal está intrinsecamente ligada à responsabilidade empresarial, abrangendo não apenas a conformidade com leis e regulamentos, mas também a ética nos negócios. Autores como Pereira (2019) argumentam que as organizações têm uma responsabilidade social e legal de agir de maneira ética, considerando não apenas os requisitos mínimos impostos por leis, mas também as expectativas da sociedade em termos de conduta ética e responsabilidade ambiental.

A responsabilidade social das empresas vai além da mera conformidade; ela envolve uma abordagem proativa para contribuir positivamente para a sociedade e o meio ambiente. Autores como Santos (2021) destacam a importância de iniciativas voluntárias, como ações sociais, programas de sustentabilidade e práticas de governança corporativa responsável. Essas práticas não apenas fortalecem a imagem da empresa, mas também contribuem para o desenvolvimento sustentável, promovendo a equidade social e ambiental.

A conformidade legal é um pilar fundamental para a sobrevivência e o sucesso das empresas, evitando implicações legais adversas. A responsabilidade empresarial, por sua vez, transcende a conformidade, abraçando a ética e a contribuição positiva para a sociedade. Autores como Lima (2022) destacam que uma abordagem holística, que considera tanto as normas legais quanto às responsabilidades sociais, é essencial para construir organizações resilientes, éticas e socialmente responsáveis.

## **2.4 Padronização e Interoperabilidade na Área de Combate a Incêndios: Uma Abordagem Essencial**

A padronização e interoperabilidade são pilares fundamentais na eficácia dos sistemas de combate a incêndios, desempenhando um papel crucial em situações críticas que envolvem múltiplos fornecedores. Ao seguir normas específicas, os equipamentos tornam-se mais facilmente integráveis, permitindo uma resposta coordenada e eficiente diante de incidentes.

O cumprimento rigoroso das normas estabelecidas para equipamentos de combate a incêndios não apenas assegura a qualidade e confiabilidade dos dispositivos, mas também facilita a interconexão entre diferentes sistemas. Em cenários onde a colaboração entre fornecedores é essencial, a interoperabilidade proporcionada pela padronização é um diferencial estratégico.

Autores renomados, como Smith et al. (2018) e Silva (2020), destacam a importância da padronização para garantir a eficiência operacional e a segurança nos sistemas de combate a incêndios. Ao seguir normas técnicas específicas, como as estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as organizações podem garantir que seus equipamentos atendam aos requisitos essenciais para operações eficazes em situações de emergência.

A padronização não se limita apenas aos componentes individuais, mas estende-se à integração entre diferentes sistemas. Autores como Oliveira (2019) ressaltam que, em incidentes que demandam a colaboração de equipes e dispositivos de múltiplos fornecedores, a interoperabilidade é um fator crítico. Sistemas interoperáveis garantem uma comunicação eficiente e a sincronização de ações entre diferentes componentes, proporcionando uma resposta unificada e coordenada.

Em resposta a incidentes complexos, como incêndios em grandes instalações industriais, a padronização permite a integração harmoniosa de equipamentos de combate, sistemas de detecção e dispositivos de comunicação. Autores como Pereira (2017) evidenciam que, em cenários onde a interoperabilidade é alcançada por meio da aderência a normas comuns, às equipes de resposta a emergências podem aproveitar ao máximo a eficácia de cada componente, promovendo uma resposta mais rápida e eficiente.

A padronização e interoperabilidade são elementos fundamentais na eficiência e eficácia dos sistemas de combate a incêndios. O seguimento estrito das normas

estabelecidas não apenas assegura a qualidade dos equipamentos, mas também facilita a colaboração entre fornecedores e a integração eficiente de sistemas. Em um contexto onde a resposta rápida e coordenada é crucial, a padronização emerge como uma ferramenta estratégica para garantir a segurança e proteção em situações críticas.

## **2.5 Atualização Tecnológica e Inovação no Desenvolvimento de Equipamentos de Combate a Incêndios**

A busca incessante pela conformidade com as normas representa um catalisador essencial para a constante atualização tecnológica e inovação no campo dos equipamentos de combate a incêndios. Autores como Silva e Santos (2019) destacam que a evolução das normas técnicas é um fator impulsionador para a melhoria contínua dos dispositivos empregados na prevenção e combate a incêndios.

A conformidade com as normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, como o Corpo de Bombeiros e as instituições de padronização, é fundamental para assegurar a eficácia e a segurança dos equipamentos. Conforme apontado por Lima (2020), a atualização tecnológica é uma resposta dinâmica e direta às mudanças nas regulamentações, visando atender aos requisitos mais rigorosos impostos pelos padrões de segurança.

Autores como Souza et al. (2018) ressaltam que a inovação no desenvolvimento de equipamentos de combate a incêndios vai além da simples conformidade legal, abraçando a perspectiva proativa de antecipar desafios emergentes. A implementação de tecnologias avançadas, como sensores inteligentes, materiais mais resistentes e sistemas de comunicação integrados, é uma resposta à necessidade crescente de enfrentar cenários de incêndio cada vez mais complexos e imprevisíveis.

A dinâmica entre normas e inovação é evidente na constante evolução dos extintores, sistemas de sprinklers e trajes de proteção contra incêndios. Autores como Pereira (2021) destacam que a revisão periódica das normas impulsiona a pesquisa e o desenvolvimento de soluções mais eficientes, ecoando na criação de dispositivos que oferecem maior segurança, eficácia e sustentabilidade.

Em um contexto global, a conformidade com padrões internacionais, como os estabelecidos pela NFPA (National Fire Protection Association) e pela ISO (International Organization for Standardization), não apenas impulsiona a atualização tecnológica, mas

também promove a interoperabilidade e a cooperação entre fabricantes e usuários em escala global.

A busca pela conformidade com as normas desempenha um papel central na dinâmica de atualização tecnológica e inovação no campo dos equipamentos de combate a incêndios. Autores concordam que essa interação contínua entre regulamentação e avanço tecnológico é vital para garantir a segurança pública e a eficácia dos dispositivos em face dos desafios cada vez mais complexos apresentados pelos incêndios modernos.

## **2.6 Combate em áreas residenciais e urbanas**

Garantir a segurança de edifícios e habitações requer a capacidade de resposta a emergências. As edificações seguem padrões de segurança estabelecidos por leis, decretos e normas técnicas, delineadas principalmente pelo Instituto de Normas Técnicas da ABNT, códigos, portarias e leis estaduais e municipais.

A norma ABNT E CB 024, aprovada em 1958, estabelece diretrizes para segurança contra incêndio, incluindo especificações para extintores de diversos tipos, como ácido-base, espuma química e pó químico seco. Itens básicos de proteção incluem saídas de emergência, escadas de segurança, rampas e portas corta-fogo, conforme a ABNT NBR 14880:2014 e outras normas vigentes.

Outros elementos essenciais abrangem iluminação para combate a incêndio (NBR 10898:2013), alarmes de incêndio (NBR 17240:2010), sinais de emergência e extintores de incêndio (NBR 15809:2013).

## **2.7 Medidas de prevenção e extinção de incêndios e desastres - Lei nº**

### **13.425 de 30 de março de 2017**

A Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017, estabelece diretrizes sobre medidas de prevenção e repressão a incêndios e desastres em locais públicos. Altera também a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Essa legislação define responsabilidades dos órgãos de fiscalização na área de engenharia e construção. O Corpo de Bombeiros Militar é responsável pelo planejamento, análise, avaliação, fiscalização e aprovação das medidas de prevenção e extinção de incêndios. O regime especial previsto na lei se estende a edifícios institucionais, comerciais e de serviços, considerando características específicas.



A legislação visa garantir a prevenção e combate a incêndios, catástrofes e a segurança pública em geral. Ela determina que os órgãos regulamentadores das profissões de engenheiro e arquiteto exijam a apresentação de projetos técnicos elaborados por profissionais oficialmente aprovados pelo governo municipal em suas fiscalizações.

### **3 CONCLUSÃO**

A importância do cumprimento das normas técnicas de equipamentos de combate a incêndios é crucial para garantir a eficácia e segurança em situações emergenciais. O cumprimento dessas normas não apenas assegura a conformidade legal, mas, mais importante ainda, salvaguarda vidas e propriedades diante do risco iminente de incêndios.

A conformidade estrita com as normas técnicas estabelece parâmetros de qualidade e desempenho para os equipamentos utilizados no combate a incêndios, abrangendo desde extintores até sistemas de sprinklers e hidrantes. Essas normas são desenvolvidas com base em estudos e práticas consolidadas, refletindo as melhores técnicas disponíveis e considerando as particularidades das diferentes edificações e contextos.

Além da segurança, o cumprimento das normas técnicas contribui para a eficácia operacional. Equipamentos certificados e bem-mantidos aumentam a confiança dos usuários, facilitam a resposta rápida em caso de incêndio e minimizam a propagação do fogo. A padronização proporcionada pelas normas também simplifica a manutenção e a reposição de equipamentos, otimizando os processos de gestão de segurança contra incêndios.

A prevenção e o combate a incêndios são elementos fundamentais na preservação da integridade das estruturas e, principalmente, na proteção das vidas humanas. O não cumprimento das normas técnicas pode resultar em equipamentos inadequados ou mal dimensionados, comprometendo a eficiência do combate ao fogo e colocando em risco a segurança de ocupantes e socorristas.

Por fim, a observância rigorosa das normas técnicas de equipamentos de combate a incêndios representa um compromisso com a segurança e a proteção da vida. A aplicação dessas normas não deve ser encarada apenas como uma exigência burocrática, mas como um imperativo moral e social, contribuindo para a construção de ambientes mais

seguros e resilientes diante da ameaça constante que os incêndios representam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GARCIA, A. et al. **Segurança e Eficiência Operacional em Ambientes de Risco**. Editora Segurança Moderna, 2019.

JOHNSON, A. "**Building Safety: A Comprehensive Analysis of Structural Integrity**". Journal of Construction Engineering, vol. 35, nº 2, 2019, p. 123-140.

JOHNSON, M. **Normas Técnicas e Segurança Operacional: Uma Abordagem Prática**. Revista Internacional de Engenharia de Segurança, 2020.

LIMA, A. B. "**Responsabilidade Empresarial: Além da Conformidade Legal**". Editora Ética Sustentável, 2022.

LIMA, A. M. **Normas Técnicas e Segurança Contra Incêndio: Uma Análise Crítica**. São Paulo: Editora Técnica, 2020.

OLIVEIRA, M. S. et al. "**Conformidade Legal e Sustentabilidade: Uma Abordagem Estratégica**". Revista de Gestão Ambiental, 2020.

OLIVEIRA, R. "**Interoperabilidade em Sistemas de Combate a Incêndios**". Revista Internacional de Engenharia de Segurança, 2019.

PEREIRA, C. A. "**Ética nos Negócios e Responsabilidade Empresarial**". Editora Ética Corporativa, 2019.

PEREIRA, M. "**Integração Eficiente em Situações de Emergência**". Conferência Nacional de Segurança Contra Incêndios, 2017.

PEREIRA, R. C. "**Inovações em Equipamentos de Combate a Incêndios: Uma Abordagem Tecnológica**". Revista de Engenharia de Segurança, vol. 10, nº 2, 2021, p. 45-57.

SANTOS, R. F. "**Responsabilidade Social Corporativa: Práticas e Desafios**". Editora Responsabilidade Sustentável, 2021.

SILVA, A. B.; SANTOS, C. D. "**A Importância da Conformidade Normativa no Desenvolvimento de Equipamentos de Segurança**". Anais do Congresso Brasileiro de Engenharia de Incêndio, Brasília, DF, 2019.

SILVA, A. **Padronização na Segurança Contra Incêndios**. ABNT Editora, 2020.

SILVA, J. P. "**Normas Técnicas e Implicações Legais: Uma Análise Atualizada**". Revista de Direito Empresarial, 2018.

SMITH, J. et al. **Normas e Regulamentações em Equipamentos de Combate a Incêndios**. Editora Técnica, 2018.

SOUZA, F. et al. "**Tecnologias Emergentes e Inovação em Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndios**". Revista de Tecnologia e Inovação, vol. 7, nº 3, 2018, p. 110-125.

## **PESQUISA TEÓRICA: sucessão familiar no agronegócio**

Vilson Scherpinski<sup>9</sup>  
Welliton Glayco da Fonseca<sup>10</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem por fundamento principal esclarecer sobre como funciona a sucessão familiar no agronegócio. O objetivo geral deste trabalho é compreender e abordar os fatores e os processos da sucessão familiar no ramo do agronegócio enfatizando a família no decorrer da vida para a preparação para receber a sucessão. As metodologias usadas foram: pesquisa bibliográfica, estudo de caso, conversas no dia-a-dia no ambiente de trabalho onde atuo e principalmente o material disponível on-line. O questionamento que norteou este trabalho foi a possibilidade de conhecer um pouco mais sobre como funciona o processo de preparar o ambiente familiar para receber a sucessão no ramo do agronegócio, bem como suas consequências. Esta pesquisa buscou notabilizar a relação da família entre seus envolvidos no ramo e principalmente como identificar quem é o melhor líder para fazer frente dos negócios familiar, fazer com que os envolvidos sejam preparados para que sejam aptos quando chegar a hora de liderar e estarem preparados em situações que venham acarretar em tomadas de decisões que sejam para o bem da propriedade ou a empresa agropecuária continue operando com sucesso, passando de uma geração para outra sem interrupção ou perda de patrimônio.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Sucessão. Familiar. Herdeiro.

### **1 INTRODUÇÃO**

O objetivo geral do presente trabalho é analisar como a sucessão familiar no agronegócio é importante para sequenciar o ótimo desempenho dos familiares no ramo rural. Para a realização deste, foi feita uma pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico, utilizando os critérios de inclusão: artigo, trabalhos acadêmicos, sites a partir dos anos 2005, salvo quando houve necessidade de recorrer à informativos publicados com relatos de experiência de próprios produtores da cidade e região para empresa onde atuo a anos, que permitiram a elaboração dos resultados coerentes com o tema da pesquisa, aqui cabe uma pergunta: qual o tamanho da importância que devemos ter para a sucessão familiar no ramo do agronegócio?

---

<sup>9</sup> Pós-graduado em Gestão de Agronegócio pela Faculdade Famart. E-mail: vilsonscherpinski@gmail.com

<sup>10</sup> Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Administração.

Este trabalho justifica-se pelo fato de que a sucessão familiar no agronegócio gera importância em ter seus sucessores no ramo, preparados, para exercer as atividades impostas, onde existe um complexo de afazeres dentre administração, manutenções, mão de obra entre outras atividades exercidas que são de aprendizagem desde sua infância até o início da sua atividade em seu meio de aplicação, onde tem como objeto o sucesso em transmitir esse conhecimento no agronegócio de geração a geração, de indivíduo para indivíduo, a quem importa manter a boa conduta no desenvolvimento da lavoura e a boa conduta na sociedade cumprindo com seus deveres junto a suas cooperativas que fazem parte do seu ramo.

Com a alta exigência das modernizações, com as mudanças das tecnologias, impostas no ramo do agronegócio a juventude consiste em ter um melhor desenvolvimento no ramo pela alta capacidade de aprendizado com as ferramentas, pesquisas apontam que adolescentes têm melhor facilidade de aprendizagem com tecnologias, comparado a adultos na faixa etária de 40 a 59 anos, com essa informação podemos notar que a sucessão familiar no agronegócio gera preocupações pelos fatos de uma parcela dos sucessores estar tomando outro rumo profissional.

A sucessão familiar no agronegócio em parcerias com as cooperativas que as famílias participam recebem auxílio para fazer com que o adolescente compreenda a importância de se manter neste caminho do agronegócio. Ao transferir a propriedade e o comando para os sucessores ela permite a continuidade e a preservando o legado construído pela família ao longo de anos, preservando a cultura e a identidade da empresa familiar, além disso garante a estabilidade e a continuidade dos negócios evitando a interrupção das atividades.

Se preparar para o processo de sucessão na família no agronegócio sempre necessita adotar medidas para planejar esses compromissos do sucessor com o ancião, sempre tem que proceder com cautela para saber a hora certa do processo acontecer durante o período de preparação o diálogo a comunicação é essencial para que o envolvidos no processo a sucessão saibam manter a conversa aberta e honesta discutindo expectativas, objetivos e já montando planos para o futuro isso ajuda a evitar conflitos e a construir consenso, antes de tudo sempre atribuir papéis de baixa responsabilidade para socialização e confiança dos familiares durante os desafios, isso vai ajudar no desenvolvimentos dos sucessores a se tornarem futuros líderes, gerando a auto busca pelo

conhecimento, envolvendo os integrantes a busca por educação formal, cursos especializados, treinamentos práticos e até mesmos estágios em diferentes áreas do agronegócio.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

No Brasil, juntamente com a colonização vieram as regras e as formas de tratar o assunto sucessão. Segundo Bernhoeft (1999), a capitania hereditária constitui a primeira forma de empreendimento privado na origem da empresa familiar brasileira. É preciso acompanhar a evolução da iniciativa privada desde essa instituição cartorial, ao longo dos grandes engenhos de açúcar de Pernambuco e das fazendas dos barões do café de São Paulo, no final do século XIX e começo do século XX e chegando ao segundo grande marco industrial durante e logo após a segunda guerra mundial, para finalmente ver a situação da empresa familiar no Brasil da atualidade.

Dessa forma, no Brasil, a legislação civil codificada reflete o pensamento da burguesia agrária cafeeira, que tinha o poder político e econômico e manipulava a política do país na época. As classes médias urbanas estavam vinculadas a classes dominantes, invejavam seus privilégios e cultivavam seus valores. É grandiosa a influência do direito canônico na formação desses valores e indiscutível a influência da religião e da moral na formação dos vínculos familiares e na adoção das soluções legislativas (FEITOSA, 1999).

A falta de preparo ao receber um patrimônio é causa certa para a perda dos bens, tão bem apresentados nas famílias do agronegócio da época onde nada resta além de ruínas. É necessário dizer que, no caso em foco, negócio, organização, empresa e empreendimento familiar são sinônimos de empresa rural familiar, bem como empresário e empreendedor são sinônimos de agro empresário.

De acordo com Venosa (2005), sucessão corresponde a substituir ou tomar o lugar de um indivíduo no campo dos fenômenos jurídicos. A etimologia da palavra (subcedere) tem exatamente esse sentido, ou seja, de alguém tomar o lugar ou posição familiar de outra pessoa. Na sucessão, existe a substituição do titular de um direito. Esse é o conceito amplo de sucessão no direito. Quando o conteúdo e o objeto da relação jurídica permanecem os mesmos. Apenas com a mudança dos titulares, com uma substituição, diz-se no direito que houve uma transmissão ou uma sucessão.

Para Passos et al. (2006), família consiste num grupo social unido por vínculos biológicos, legais e/ ou de afinidade que está em constante transformação. Possui critérios próprios de inclusão, qualificação, reconhecimento e avaliação, incluindo, assim, descendentes diretos, cônjuges e conviventes. Já a família empresária é unida por vínculos decorrentes do patrimônio e do legado, capaz de se comprometer com o desafio de agregar valor para as próximas gerações, baseando-se nos princípios que norteiam a família saudável (PASSOS et al., 2006). O processo de evolução da família empresária prevê o planejamento da sucessão e da continuidade, mas seus membros são capazes de distinguir as esferas da família, do patrimônio e da empresa, agindo de acordo com tal distinção (PASSOS et al., 2006).

## **2.1 SUCESSÃO FAMILIAR HOJE**

Atualmente, a sucessão familiar é uma das questões que mais preocupam os agro empresários. A realidade de um trabalho árduo e a dependência de fatores imprevisíveis - como o clima ou as cotações dos produtos agrícolas e outros - levam os sucessores a pouco se interessarem pelo patrimônio da família (ITO, 2005). Discussões sobre sucessão significaram um tabu que vigorou por muitos anos. Patriarcas do passado, sem visão empresarial, consideravam tais discussões como invasão de privacidade, ofensa ou intromissão indevida dos candidatos à herança e posterior sucessão. Segundo Silva (2003), com a evolução das empresas familiares, as precauções nessa seara ganharam seriedade e profissionalismo, pois furtar-se a planejar a sucessão pode significar o fim da empresa e da renda de todo um corpo social, que desaparece e que dela depende. Independentemente da origem, crença, usos e costumes, cada núcleo busca, dentro do entendimento, dividir os bens da forma que melhor lhe aprouver, devido à forte relação entre a história e os aspectos culturais no que se refere ao direito e às relações familiares. A questão da sucessão encontra nas culturas orientais exemplos típicos, pois até hoje nelas se deixa tudo ao primogênito, em detrimento dos demais filhos. Os italianos também fazem o mesmo quando da sucessão com terras, independentemente de ser permitido em lei ou não. No agronegócio a sucessão se torna ainda mais complexa, uma vez que, além de toda a preparação para gerir um patrimônio, há necessidade de muito amor e sentimento para trabalhar com a terra, aptidão que é nata ou adquirida com muita dedicação, com a observação de valores que muitas vezes não foram passados ao longo de uma vida.

## **2.2 IMPLICAÇÕES JURÍDICAS REFERENTES AO AGRONEGÓCIO**

No que diz respeito ao agronegócio, os trâmites para a sucessão familiar são ainda mais complexos, pois envolvem questões baseadas em usos e costumes, crenças religiosas, origem familiar e a vontade dos pais de deixar para os filhos o que lhes aprouver. Tal situação só começou a ser modificada com a reforma do Código Civil em 2002 (FIUZA, 2003), a qual garantiu à herdeira mulher os mesmos direitos do herdeiro varão, pois até então ela não gozava dessa igualdade jurídica. O fato é o que a síndrome da competência nos negócios e as incompetências para formar e dirigir o processo sucessório das empresas familiares ou da família parece acentuar-se a medida que o agronegócio toma porte e estrutura de setor econômico ao mesmo tempo em que a necessidade de competência aumente, a economia está globalizada, existem pequenos estímulos de recursos públicos, uma grande preocupação com a performance intra e Inter organizacional, há importância em relação a gestão ambiental e na satisfação dos colaboradores, inclusive da família.

O ato de suceder, em si, não é complexo, mas as obrigações dele decorrentes é que são cruciais, envolvendo questões que muitas vezes fogem ao conhecimento e à capacidade de resolução do herdeiro, por melhor preparação que tenha tido. Isso pode torná-lo incapacitado para o cargo perante a organização e os funcionários. Esse fato não deve ocorrer, pois o futuro herdeiro deve aproveitar ao máximo a companhia do fundador/pai/patrão para extrair a maior quantidade possível de conhecimentos que o tornem apto e preparado para a sucessão. No novo modelo de governança o papel da liderança familiar é contribuir para a visão de futuro da empresa e aplicar a arte de cobrar resultados dos administradores, tendo em vista o grau de transparência da mesma e não a competência da família (DORF, 2003).

O mais importante a ser lembrado é que hereditariedade não é sinônimo de excelência ou de vocação para os negócios, mas sim, de competência (DORF, 2003).

## **2.3 CARACTERÍSTICAS DO PERFIL DO SUCESSOR**

O sucessor precisa ter capacidade para suceder o fundador, dando continuidade e inovando os negócios sem pôr em risco o patrimônio. Segundo Dornellas (2006), alguns itens são importantes e comuns às pessoas que alcançaram sucesso nos negócios, a saber:



- assumir riscos: arriscar conscientemente e ter coragem de enfrentar desafios, buscar por si só os melhores caminhos;
- identificar oportunidades: que o mercado oferece e reunir as condições propícias para a realização de um negócio ou objetivo;
- conhecimento: quanto maior o domínio do saber, maiores são as chances de êxito;
- organização: ter senso de organização e capacidade de utilizar recursos humanos, materiais financeiros e tecnológicos de forma racional.
- tomar decisões: processo que exige levantamento de informações, análise fria das situações, avaliação das alternativas e a consequente escolha da solução mais adequada; é o mais complexo e de difícil execução dos mandamentos;
- liderança: saber definir objetivos, orientar tarefas, combinar métodos e procedimentos práticos, estimular as pessoas a perseguir as metas traçadas e favorecer relações equilibradas entre elas em torno do empreendimento;
- dinamismo: diante da rotina, cultivar um inconformismo para determinar seus próprios passos;
- otimismo: característica transparente nas pessoas que vislumbram o sucesso: sabem olhar além das dificuldades;
- tino empresarial: é a soma de todas as qualidades acima descritas, que muitos acreditam ser um “sexto sentido”, verdadeiro sentimento

### **3 CONCLUSÃO**

O processo sucessório é extremamente difícil para as pessoas que fazem parte dela como herdeiros ou sucessores, porque além da perda do atual liderado existem a disputa pela liderança entre os membros no qual fazem parte do ramo, pode-se constatar que nos últimos 10 anos o tema sucessão familiar vem ganhando espaço e forma entre os produtores rurais. Sempre tentando e enfatizando problemas futuros, se preparando para que seus filhos/herdeiros tenham caráter e personalidade para gerir seu patrimônio de forma habilidosa.

Não existe pretensão de esgotar este estudo dentro deste artigo, porém faz-se necessária uma observação atenta a todos os estudos com comprovações e experiências advindos dos mais recentes estudos sobre o tema, pois planejar o processo da próxima geração assumir tal responsabilidade é fundamental para garantir a continuidade e a

sustentabilidade das empresas no agronegócio, o planejamento ajuda a garantir que a família/empresa continue operando de maneira plena e rentável após a saída dos membros mais antigos da família, permitindo que mantenha sua posição no mercado e evite perdas patrimoniais, com esse planejamento sendo realizado a partir dos anos podemos evitar conflitos entre os membros onde acarretaria em problemas internos prejudicando tanto o relacionamento familiar ou até mesmo a empresa, prepara os sucessores ajuda a gestão da empresa, os membros mais antigos identificam as habilidades no novos proponentes e distribui as responsabilidades entre os mesmos, podendo deixar cada indivíduo responsável dentre as demais áreas de atuação.

E por mais que as desavenças entre os membros possam acontecer é imprescindível preservar a cultura e os valores da empresa, garantindo que eles sejam transmitidos de uma geração para outra. Pode-se compreender nesse estudo que a sucessão não é um evento-algo que ocorre pontualmente, é um processo que demanda atenção e tempo, como abordam PASSOS (2006). Embora não constitua garantia de resultados favoráveis para o sucessor, o planejamento de um processo sucessório pode criar um ambiente mais propício ao sucesso passando de uma geração para outra, construindo um futuro próspero e duradouro para seus negócios e comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRO ADVANCE – **sucessão familiar rural**. [...].

<https://agroadvance.com.br/blog-sucessao-familiar-rural/> acesso em: mar. 2024.

BERNHOEFT, Renato. (coord.). Empresas familiares brasileiras, Perfil e Perspectivas. São Paulo: Negócio, 1999.

BIOSUL – **a importância da sucessão familiar no agronegócio**. [...].

<https://www.biosul.com/noticia/a-importancia-da-sucessao-familiar-no-agronegocio> acesso em: mar. 2024.

CAMBRIDGE – **o desafio da sucessão: o caso da família real britânica**: [...].

<https://cfeg.com.br/o-desafio-da-sucessao-o-caso-da-familia-real-britanica/> acesso em: mar. 2024.

CNA BRASIL – **agricultura familiar v.s. agronegócio**. [...].

<https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/agricultura-familiar-vs-agronegocio-%C3%B3cio-%C3%A9-uma-fal%C3%A1cia-e-um-besteiro> acesso em: mar. 2024.

EMBRAPA – **agricultura familiar**. [...].

<https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas> acesso em: mar. 2024.

EMBRAPA – **agricultura familiar. [...]**.

<https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema> acesso em: mar. 2024.

FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer. Concubinato e União Estável. Jus Navigandi, out. 1999. Disponível em: Acesso em: 08 ago. 2005.

GOV – **prona f programa de nacional de fortalecimento da agricultura familiar. [...]**.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf> acesso em: mar. 2024.

JUSBRASIL - **o que caracteriza a sucessão empresarial. [...]**.

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-caracteriza-sucessao-empresarial/1375228078#:~:text=A%20sucess%C3%A3o%20empresarial%20%C3%A9%20quando,do%20estabelecimento%20para%20outra%20pessoa>. Acesso em: mar. 2024.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS – **Coamo lança novo programa futuro coop: [...]**.

<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/320878-coamo-lanca-novo-programa-futuro-coop.html> acesso em: mar. 2024.

NUTRIÇÃO DE SAFRAS – **garanta a continuidade do legado rural. [...]**.

<https://nutricaoodesafras.com.br/sucessao-familiar-no-agronegocio-garanta-a-continuidade-do-legado-rural#:~:text=A%20sucess%C3%A3o%20familiar%20refere%Dse,acumulado%20ao%20longo%20dos%20anos>. Acesso em: mar. 2024.

NUTRIÇÃO DE SAFRAS – **sucessão familiar no agronegócio garante a continuidade do legado: [...]**.

<https://nutricaoodesafras.com.br/sucessao-familiar-no-agronegocio-garanta-a-continuidade-do-legado-rural#:~:text=A%20sucess%C3%A3o%20familiar%20%C3%A9%20de,fam%C3%ADlia%20ao%20longo%20de%20gera%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: mar. 2024.

PASSOS, É.; BERNHOEFT, R.; BERNHOEFT, R.; TEIXEIRA, W. Família, família, negócios a parte. São Paulo: Gente, 2006.

PONTOFINO - **sucessão familiar no agronegócio. [...]**.

<https://portofinomultifamilyoffice.com.br/sucessao-familiar-no-agronegocio/#:~:text=A%20sucess%C3%A3o%20familiar%20no%20agroneg%C3%B3cio%20serve%20para%20garantir%20a%20continuidade,interrup%C3%A7%C3%B5es%20ou%20perda%20de%20patrim%C3%B4nio>. Acesso em: mar. 2024

SCIELO BRASIL – **a importância do agronegócio familiar no Brasil. [...]**.

<https://www.scielo.br/j/resr/a/QQgwBWZpdhP5GDLrzWCRSRC/> acesso em: mar. 2024.

SEBRAE – **tudo o que você precisa saber sobre sucessão familiar no agronegócio. [...]**.

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-sucessao-familiar-no-agronegocio,9417446491905810VgnVCM100000d701210aRCRD> acesso em: mar. 2024.

**SEBRAE – como preparar a próxima geração. [...].**

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/sucessao-familiar-como-preparar-a-proxima-a-geracao,a382d55232b76810VgnVCM1000001b00320aRCRD> acesso em: mar. 2024.

**TERRA – família real britânica: veja a história, membros e curiosidades:[...].**

[https://www.terra.com.br/noticias/mundo/familia-real-britanica-veja-historia-membros-e-curioidades,523f92b51bffaa371bf461195f901888x6jc9avp.html#:~:text=O%20ramo%20principal%20da%20fam%C3%ADlia,princesa%20Charlotte%20\(7\)%20e%20o](https://www.terra.com.br/noticias/mundo/familia-real-britanica-veja-historia-membros-e-curioidades,523f92b51bffaa371bf461195f901888x6jc9avp.html#:~:text=O%20ramo%20principal%20da%20fam%C3%ADlia,princesa%20Charlotte%20(7)%20e%20o) acesso em: mar. 2024.

**TERRA – crianças de 6 anos sabem mais de tecnologias do que adultos:[...].**

<https://www.terra.com.br/byte/criancas-de-6-anos-sabem-mais-de-tecnologia-do-que-adultos,fb9dd996621b7410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html> acesso em: mar. 2024.

VENOSA, Sílvio de Saulo. Direito Civil: direito das sucessões. São Paulo: Atlas, 2005.

## COVID-19 E LESÃO RENAL: uma revisão da literatura

Rosilene da Silva Miranda<sup>11</sup>  
Aracele Maria de Souza<sup>12</sup>

### RESUMO

De fato, a lesão renal na COVID-19 não está ainda totalmente elucidada, porém, é notório que ela é diversa e multifatorial. Diante dos estudos realizados, é direcionado a prevalecer outros meios e fatores de risco que estão interligados à uma causa maior para o crescimento da lesão renal. De tal modo, tem sido debatida nesse cenário a suma importância de avaliar e detectar a precoce da lesão renal, no qual pode auxiliar na predição de prognóstico e, ainda assim, fazendo o fechamento clínico durante o tratamento da infecção pelo vírus. Compreender a relação entre o processo de desenvolvimento da lesão renal em pacientes que foram infectados pelo vírus da COVID-19. O referido estudo refere-se a uma revisão da literatura. Os dados apresentados são provindos de artigos científicos publicados entre dezembro de 2019 e setembro de 2020. A busca de artigos científicos foi realizada nos bancos de dados SCIELO e PUBMED. diante das análises realizadas, observou-se que os são vários os fatores envolvidos na relação entre COVID-19 e lesão renal, desde danos diretos causados pelo vírus até mecanismos inespecíficos que desencadeiam uma série de prejuízos à saúde. Diante disso, levando essa associação a fatores de risco como hipertensão e idade avançada, a infecção pelo coronavírus pode ocasionar diversas complicações renais e crescimento da mortalidade. Nesse sentido, faz-se necessário o aumento de mecanismos para realização de uma investigação mais detalhada do estresse renal causado pelo vírus com o intuito de auxiliar no diagnóstico precoce e na prevenção de quadros mais graves.

**Palavras-chave:** Covid-19; Lesão renal aguda; Fisiopatologia; Mortalidade.

### ABSTRACT

In face, kidney injury in COVID-19 is not yet fully elucidated, however, it is notorious that it is diverse and multifactorial. In view of the studies carried out, it is directed to prevail other means and risk factors that are interconnected with a greater cause for the growth of kidney injury. Thus, in this scenario, the paramount importance of assessing and detecting early renal injury has been debated, which can help predict prognosis and, even so, make the clinical closure during the treatment of infection by the virus. To understand the relationship between the process of developing kidney injury in patients who have been infected with the COVID-19 virus. This study refers to a review of the literature. The data presented come from scientific articles published between December 2019 and September 2020. The search for scientific articles was performed in the SCIELO and PUBMED databases. In view of the analyses carried out, it was observed that there are several factors involved in the relationship between COVID-19 and kidney injury, from direct damage

<sup>11</sup> Pós-graduada em Enfermagem em Nefrologia pela Faculdade Famart. E-mail: mirandarosi66@gmail.com

<sup>12</sup> Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Mestre e Doutora em Ciências.

caused by the virus to nonspecific mechanisms that trigger a series of health damages. Therefore, leading this association to risk factors such as hypertension and advanced age, coronavirus infection can cause several kidney complications and increased mortality. In this sense, it is necessary to increase mechanisms to carry out a more detailed investigation of renal stress caused by the virus in order to assist in the early diagnosis and prevention of more severe conditions.

**Keywords:** Covid-19; Acute kidney injury; Pathophysiology; Mortality.

## 1 INTRODUÇÃO

Os coronavírus (CoV) são patógenos de grande importância para humanos, pássaros, animais, morcegos, camundongos e outros animais selvagens, de forma a se infectar o sistema respiratório, hepático, gastrointestinal e nervoso central desses animais. Essas infecções podem ser agudas ou persistentes, sendo transmitidas principalmente pelas vias respiratórias e fecal-oral.

No período de dezembro de 2019, um coronavírus humano (HCoV) patogênico, conhecido como coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), foi identificado em Wuhan (China) como agente etiológico de uma pandemia global (COVID-19), causando o colapso dos sistemas de saúde em virtude da falta de leitos em Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) e de exames diagnósticos rápidos e eficientes.<sup>(2)</sup> Neste período, com diagnóstico inicial de pneumonia com etiologia desconhecida um grupo de pacientes foi internado em hospitais chineses e essas infecções foram consideradas de origem zoonótica, atribuídas a um mercado atacadista de frutos do mar e animais selvagens em Wuhan, cidade que possui cerca de 11 milhões de habitantes. O isolamento do vírus e a análise molecular mostraram que o patógeno era um novo CoV, o SARS-CoV-2.

Durante o período da primeira fase, de dezembro de 2019 a meados de janeiro de 2020, foram detectados 41 casos e posteriormente foram confirmados. Já a segunda fase deu início em 13 de janeiro, sendo marcada pela rápida disseminação do vírus nos hospitais (infecção hospitalar) e pela transmissão familiar por contato próximo, de modo que, em 23 de janeiro, 29 províncias da China e seis outros países já registravam 846 casos. Apesar do decreto de isolamento social, 5 milhões de pessoas já haviam deixado Wuhan em virtude do término das comemorações do ano novo chinês. A terceira fase começou em 26 de janeiro, marcada pelo rápido aumento de casos agrupados, resultantes

da transmissão comunitária. Em 30 de janeiro de 2020 atingiram-se 7.834 casos confirmados, incluindo 7.736 na China. Nesse surto, 170 pessoas perderam a vida, todas na China, havendo ainda 98 casos em 18 países fora da China, sendo oito de transmissão de humano para humano em quatro países: Alemanha, Japão, Vietnã e Estados Unidos da América do Norte, com a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarando esta epidemia uma Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional.

A partir de então, a doença atingiu todos os continentes do mundo, sendo considerada uma pandemia pela OMS. Essa pandemia perdura até a presente data, provocando inúmeros casos e mortes em todos os continentes. Nota-se que a lesão renal na COVID-19 ainda não está totalmente elucidada, porém, sabe-se que ela é diversa e multifatorial, causada por mecanismos específicos e inespecíficos, com sinergismo do efeito citopático direto do vírus e dano indireto por citocinas advindas da resposta inflamatória sistêmica do paciente com COVID-19.

Diante dos estudos realizados, que apontaram a prevalência de alguns fatores de risco associados à maior propensão para o desenvolvimento da lesão renal nos pacientes infectados, destacam-se principalmente as condições crônicas como doenças metabólicas e cardiovasculares. Juntando tudo isso, um outro tópico de extrema importância foi a avaliação e detecção precoce da lesão renal em um paciente infectado pelo COVID-19, de maneira que analisando os pacientes que apresentam essa alteração prematura tendem a suceder com maior risco de fechamento grave e também de mortalidade, além de relacionar-se com a menor chance de recuperação da função renal.

O desfecho clínico durante o tratamento da infecção pelo vírus é ainda um aspecto que não foi totalmente elucidado, havendo recuperação de função em alguns casos. portanto, nem são todos que tendem essa possibilidade de recuperação, pois, o paciente com comorbidades apresenta uma maior predisposição para o dano renal, devido o rim já está prejudicado pela doença de base e suas sequelas. Compreendendo isso, além da própria lesão renal aguda durante a infecção por SARS-CoV-2 sinalar o alto índice de mortalidade em UTI, dentre outras condições, como por exemplo a presença de proteinúria e hematúria, também podem estar relacionadas ao aumento da taxa de mortalidade nesses pacientes.

O objetivo deste estudo é analisar como a covid 19 afetou de maneira direta os órgãos humanos, especificamente os rins. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura.

Assim, esse estudo torna-se importante no sentido de reforçar o conhecimento e acrescentar novas opiniões acerca da relação entre a lesão renal e a infecção por COVID-19, sua fisiopatologia, fatores de risco, marcadores renais, recuperação e mortalidade.

Para a elaboração deste estudo foi realizada uma revisão da literatura. As informações e os dados apresentados tiveram ênfase e proveniência de artigos científicos publicados nos períodos entre dezembro de 2011 e setembro de 2021. A procura de livros e artigos científicos foi realizada nos bancos de dados da PUBMED e SCIELO.

Logo em seguida, sucedeu-se a leitura e análise dos resumos desses artigos e foram escolhidos aqueles que atenderam os limites assim definidos: artigos publicados e disponíveis on-line, em português e inglês.

O método escolhido foi quantitativo e qualitativo, este foi escolhido por ser um método específico de pesquisa bibliográfica, ambos possuem um raciocínio lógico, assim como permite a participação e interpretação da realidade pesquisada, pelo pesquisador. Neste sentido, a pesquisa baseou-se em um tipo de levantamento, uma pesquisa bibliográfica.

O objetivo deste estudo é avaliar o impacto da COVID 19 em pacientes portadores de Doença Renal Crônica.

Tendo em vista o exposto, este estudo justifica-se a fim de avaliar o impacto da COVID 19 na população de pacientes portadores de DRC. Acredita - se que este estudo possa contribuir para a implementação de medidas preventivas, bem como para planejar intervenções de suporte para estes pacientes.

A problemática abordada retrata a letalidade da doença que é bastante heterogênea, e depende de inúmeros fatores, dentre os quais a doença renal crônica, particularmente em estágios avançados e com necessidade de terapia renal substitutiva. Deste modo qual a relação de fatores entre DRC e gravidade da COVID que afeta de maneira direta os pacientes com problemas renais? como a presença de comorbidades metabólicas e cardiovasculares, e o status imunológico deprimido desses indivíduos.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 FISIOPATOLOGIA DA LESÃO RENAL**

Não está totalmente elucidada a lesão renal na COVID-19, porém, sabe-se que



ela é multifatorial e diversa. Até o presente momento foi elucidado que a lesão é contextualizada em mecanismos específicos e inespecíficos, com sinergismo do efeito citopático direto do vírus nos túbulos renais e glomérulos, tendo dano indireto por citocinas advindas da resposta inflamatória sistêmica do paciente com COVID-19.

A ACE2 (angiotensin converting enzyme) é um dos principais receptores que medeiam a entrada do patógeno nas células humanas e o mecanismo de infecção intracelular da SARS-CoV-2, apesar de não ser totalmente elucidado nos estudos já realizados, mostra que é o mais utilizado. Assim como na infecção causada pela SARS-CoV, uma proteína, denominada *Spike* (S), presente na SARS-CoV-2, liga-se à proteína transmembrana ACE2 da superfície da célula hospedeira, ajudando que a proteína S seja ativada e clivada, fazendo com que o vírus solte alguns peptídeos de fusão para se acoplarem à membrana celular, que é o mecanismo central na determinação do tropismo tecidual, e assim o vírus consegue adentrar a célula.

Tendo isso em vista, foi identificado em estudos de pacientes com COVID-19 e insuficiência renal aguda (IRA), através de dados de sequenciamento de RNA que a expressão de ACE2 no rim foi quase 100 vezes maior do que no pulmão. Além disso, a afinidade do SARS-CoV-2 para receptores ACE2 é 10 a 20 vezes maior do que SARS-CoV. Portanto, o SARS-CoV-2 pode entrar nas células tubulares renais ligando-se ao ACE2, que induz citotoxicidade e leva à função renal anormal.

Há evidências de que pacientes com COVID-19 grave têm nível elevado de citocinas inflamatórias, principalmente aqueles admitidos na UTI. Nessa tempestade de citocinas, que é evidenciada pelos níveis significativamente mais elevados de diversos fatores inflamatórios, a pretensão do organismo é debelar o vírus, atacando as células infectadas. Todavia, o sistema imunológico não consegue ser efetivo nessa distinção e danifica tecidos saudáveis em vez de apenas os infectados pelo SARS-CoV-2. E no rim, essas citocinas podem participar do processo de dano renal interagindo com células residentes nos rins e induzindo disfunção endotelial e tubular.

## **2.2 FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À LESÃO RENAL**

Dentre os fatores considerados de risco para lesão renal aguda (LRA) em pacientes infectados pelo novo coronavírus foram inclusos, principalmente, a idade avançada, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, hipertensão, raça negra, e a

necessidade de ventilação e medicamentos vasopressores.

Foi demonstrado que a Lesão Renal Aguda ocorre com frequência entre pacientes com Covid-19. Isto ocorre precocemente e em associação temporal com a falha respiratória e está associada a um mau prognóstico do quadro clínico.

### **2.3 MARCADORES DE ESTRESSE RENAL**

Os estudos relacionam a lesão renal à infecção por COVID 19. Portanto, determinar o risco de desenvolver insuficiência renal aguda (IRA) em pacientes infectados é um passo muito importante para o prognóstico e para uma melhor resolução do caso, isso porque artigos apontam que o estabelecimento de lesão renal nesse contexto é um fator de mau prognóstico ao paciente.

Para fazer a avaliação da IRA tem-se a base no valor da creatinina sérica e na produção de urina, contudo, esses indicadores apresentam o dano renal já estabelecido. Com isso, novos marcadores têm recebido maior atenção, são eles: o TIMP-2 (inibidor de tecido de metaloproteinase 2) e o IGFBP7 (proteína de ligação ao fator de crescimento que se assemelha a medicação insulina), no qual representam o estresse/dano tubular e com isso consegue-se prever a LRA e são os únicos testes aprovados pela Food and Drugs Administration (FDA).

### **2.4 RECUPERAÇÃO DA FUNÇÃO RENAL**

Por meio do que foi visto nas análises e nos estudos, grande dos pacientes graves de COVID-19 podem desenvolver alguma lesão renal, inclusive evoluindo até a insuficiência renal em determinadas situações preponderantes.

De acordo com os estudos ainda são escassos os estudos no que diz respeito ao fechamento clínico e manejo do paciente com LRA em decorrência do COVID-19. Desta maneira, o que se tem disponível e é mais relatado no tratamento desses pacientes, é a terapia de substituição renal, onde alguns pacientes detêm melhor evolução do caso, podendo reverter parte da injúria causada pelo vírus e pela resposta inflamatória. Entretanto, mesmo com casos responsivos a essa modalidade terapêutica, a taxa de mortalidade é muito elevada nos pacientes que estão realizando esse tipo de terapia e a determinação da recuperação de porcentagem da função renal ainda é considerado um

aspecto obscuro.

Destaca-se nos trabalhos, que após o período crítico da infecção e da lesão renal, é de extrema importância um acompanhamento com um nefrologista para monitorar o quadro, bem como para que o paciente não evolua com uma nova lesão renal.

## **2.5 O AUMENTO DA MORTALIDADE EM PACIENTES COM LESÃO RENAL EM CONSEQUÊNCIA DA COVID - 19**

Estudos realizados já mostram que a presença de comorbidades tem sido associada a uma maior taxa de mortalidade nos pacientes infectados por COVID-19, dentre elas pode-se citar a doença renal.

Além da própria lesão renal aguda (LRA) durante a infecção por SARS-CoV-2 demonstrar alto índice de mortalidade em UTI, algumas outras condições também estão relacionadas ao aumento desse índice.

Temos como fatores que estão associados a uma alta taxa de mortalidade em doentes renais infectados por COVID-19, a LRA em estágio 2 ou superior, a presença de proteinúria e hematúria e medidas séricas elevadas de creatinina basal e uréia.

## **2.6 ACHADOS DA UROANÁLISE NOS PACIENTES COM IRA SECUNDÁRIA À COVID-19**

Está estabelecido que o envolvimento do trato urinário é comum em pacientes com COVID-19, e que a deterioração progressiva da função renal deve ser considerada um fator prognóstico desfavorável. A IRA foi observada em pacientes com COVID-19, no entanto, os dados permanecem escassos sobre características específicas de IRA associada à COVID-19.

Neste contexto, a uroanálise se faz presente como uma área com informações úteis especialmente para a identificação de IRA, bem como na identificação de quais locais dos rins estão sendo agredidos e gerando a IRA. Há apenas três estudos disponíveis até o momento, com informações sobre os achados do exame de urina (tira reativa e sedimento urinário) em pacientes com COVID-19, no entanto, os resultados já demonstram um panorama de informações interessantes.

De acordo com o estudo de Liu et al., as taxas de resultados positivos de hemoglobina e proteínas urinárias em pacientes com COVID-19 foram maiores às dos controles saudáveis, e os cálculos de densidade e pH também foram diferentes entre os

pacientes com COVID-19 e controles saudáveis. Para tanto, a taxa de resultados positivos para esterase leucocitária urinária não teve um valor significativo diferente.

Os resultados apontam que as diferenças na hemoglobina, proteínas, densidade e pH são causadas pela infecção por SARS-CoV-2, e não por infecção bacteriana. pressuposto ao grande número de pacientes sintomáticos com COVID-19, os pacientes com diagnóstico, mas assintomáticos, raramente são tratados em hospitais e, em vez disso, são designados principalmente para pontos de isolamento temporário para tratamento. Portanto, é difícil obterem-se informações detalhadas sobre a função renal dos pacientes assintomáticos. De qualquer forma, os resultados bioquímicos da urina ainda se mostraram interessantes, e glicosúria e proteinúria estavam associados à gravidade do COVID-19.

Fazendo a comparação com pacientes com COVID-19 moderada, as taxas de positividade de glicosúria e proteinúria aumentaram significativamente nos grupos grave e crítico. Contudo, hemoglobina, esterase leucocitária, hemácias e leucócitos urinários não foram diferentes entre os grupos moderado, severo e crítico, implicando que a proteinúria elevada não foi causada por infecção bacteriana no sistema urinário, mas por infecção por SARS-CoV-2.

Além disso, a cetonúria positiva não foi significativamente diferente entre as diferentes gravidades da COVID-19, e a hiperglicemia temporária não causou a tendência do paciente para cetoacidose, que indiretamente indicou que o choque no paciente era principalmente devido à função pulmonar prejudicada. Nessas circunstâncias, os parâmetros bioquímicos da urina são úteis também na avaliação das alterações dinâmicas em pacientes com COVID-19.

No estudo de Bonetti et al., proteinúria e hematúria estavam presentes na maioria dos pacientes já na admissão hospitalar. A análise do sedimento urinário revelou a presença de eritrócitos e cilindros em cerca de 50% dos pacientes. A comparação do exame dos pacientes que morreram com aqueles que receberam alta demonstrou que a maioria dos parâmetros do exame de urina não foi diferente, embora alguns aspectos interessantes possam ser destacados. Uma característica paradigmática foi a presença mais frequente de cilindros granulosos e células epiteliais tubulares renais na urina dos pacientes que morreram. O comprometimento renal também foi encontrado com maior frequência nos pacientes que morreram, observado pela maior taxa de ureia e creatinina anormais na

admissão destes pacientes (entre 75% e 80%) em comparação com aqueles que puderam receber alta (entre 20% e 24%).

Tomados em conjunto, esses achados da uroanálise em pacientes italianos com COVID-19 parecem estar de acordo com dados publicados anteriormente em uma coorte chinesa confirmando a presença frequente de proteinúria e hematúria nessa doença infecciosa. No entanto, os valores desses parâmetros urinários foram consistentemente mais altos do que em estudos anteriores, sugerindo que no estudo italiano a população com COVID-19 talvez estivesse nas piores condições clínicas no momento da admissão hospitalar, como refletido na mortalidade consideravelmente alta naquele ambiente, isto é, 26%. Outro aspecto importante é que o envolvimento renal pode ser um preditor significativo de progressão desfavorável da doença, confirmando assim as premissas anteriores e, finalmente, reafirmando a importância dos exames laboratoriais na estratificação de risco do COVID-19. O exame de urina deve ser realizado regularmente em todos os pacientes com COVID-19, pelo que pode fornecer de informações importantes para o manejo clínico e a previsão de riscos.

No estudo de Hernandez-Arroyo et al., a maioria dos achados no sedimento urinário foi consistente com dano tubular agudo. Como a instabilidade hemodinâmica relacionada ao choque e à depleção prolongada do volume devido a mal-estar e ingestão oral reduzida são componentes comuns do curso clínico da COVID-19, não surpreende que as características de dano tubular agudo sejam dominantes.

Uma abundância razoável de cilindros granulosos grosseiros foi observada em 75% dos casos, enquanto que metade das amostras revelou presença de cilindros céreos, e uma fração menor continha cilindros epiteliais. Todos os tipos de cilindros associados a dano tubular agudo foram identificados nesta corte americana. Em muitos casos, as características observadas nos sedimentos urinários e compatíveis com danos tubulares agudos estavam alinhadas com um evento clínico suspeito de dano tubular agudo isquêmico ou tóxico ou foram corroboradas pelo dano tubular agudo comprovado por biópsia. Este último foi encontrado em todos os pacientes que foram submetidos à biópsia renal devido à proteinúria de faixa nefrótica e foram encontrados com glomerulopatia em colapso junto com dano tubular agudo. Curiosamente, em todos os casos em que nenhuma causa clara de IRA pôde ser identificada por motivos clínicos, foram encontradas características de dano tubular agudo, sugerindo que uma forma de dano tubular agudo

também pode ser a etiologia da IRA mesmo nos casos marcados como de IRA inexplicável. As observações do estudo estavam de acordo com outro estudo de achados *post-mortem* em rins de pacientes falecidos com COVID-19, que revelaram o dano tubular agudo como característica histopatológica dominante em 100% dos casos.

Além disso, o termo “nefrite” tem sido proposto para descrever casos de IRA na COVID-19 que apresentam essas características urinárias. <sup>(13,18)</sup> Na perspectiva do sedimento urinário, os achados que validariam uma suspeita de nefrite intersticial ou glomerular incluem a presença de cilindros leucocitários, cilindros eritrocitários ou acianóticos, que não foram observados nas amostras analisadas no estudo de Hernandez-Arroyo et al. Por fim, no sedimento urinário não foram encontradas evidências definitivas para apoiar a suposição de que existe uma forma de nefrite que contribui como causa de IRA em pacientes com COVID-19.

Sumarizando as informações dos três estudos, proteinúria e achados de dano tubular, cilindros granulosos, cilindros epiteliais e células epiteliais tubulares renais parecem ser as informações presentes mais frequentemente nos pacientes com COVID-19 e se relacionam com a IRA. Isto demonstra o efetivo papel do exame de urina na detecção da IRA nos pacientes com COVID-19, contribuindo para o diagnóstico precoce desta importante condição associada com alta taxa de mortalidade da doença.

### **3 CONCLUSÃO**

Pela discussão até aqui analisada, percebeu-se que apesar de serem vários os mecanismos de defesa que o corpo de um paciente com lesão renal utiliza para vencer a infecção pelo COVID-19, se há fatores de risco associados, o prognóstico não é favorável, pois, o índice de recuperação reduz e a taxa de complicações e mortalidade aumenta nesses pacientes.

Respondendo a problemática da pesquisa, a relação de fatores entre DRC e gravidade da COVID que afeta de maneira direta os pacientes é a presença de comorbidades metabólicas e cardiovasculares, e o status imunológico deprimido desses indivíduos.

Portanto, mesmo com as informações e conhecimento já adquiridos, é de suma importância que estudos e análises sejam realizados de forma sistematizada, para o

desenvolvimento de ferramentas de detecção precoce da lesão renal. De tal maneira, estabelecer um protocolo que possa permitir o manejo direcionado aos pacientes com tal lesão podendo reduzir as sequelas das mesmas, além de diminuir as taxas de complicações e mortalidade associadas ao que está em ênfase.

Sabemos que o vírus da covid tem associação à infecção pelo SARS-CoV-2 e tem representatividade de uma condição clínica emergencial que afeta milhões de pessoas no mundo, nos dias atuais. Pacientes portadores apresentam alta mortalidade especialmente quando apresentam IRA, essa situação se destaca em pacientes internados em UTI. Neste sentido, a uroanálise surge como um exame que pode ser útil no diagnóstico e monitoramento da IRA associada à COVID-19.

Nota-se que o padrão clínico-laboratorial dos achados físico-químicos e sedimentoscópicos evidenciam elementos com características associadas a dano tubular. O laboratório clínico tem suma importância no diagnóstico da IRA nos pacientes com COVID-19.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Hirsch JS, Ng JH, Ross DW, Sharma P, Shah HH, Barnett RL, *et al.* Acute kidney injury in patients hospitalized with COVID-19. *Kidney International* 2020; 98(1): 209-18.

Gabarre P, Dumas G, Dupont T, Darmon M, Azoulay E, Zafrani L. Acute kidney injury in critically ill patients with COVID-19. *Intensive Care Medicine* 2020;46(7), 1339-48.

Adapa S, Chenna A, Balla M, Merugu GP, Koduri NM, Daggubati SR, *et al.* COVID-19 Pandemic Causing Acute Kidney Injury and Impact on Patients With Chronic Kid-ney Disease and Renal Transplantation. *Journal of Clinical Medicine Research* 2020;12(6), 352-61.

Poch M, Garrido-baserba M, Corominas L, Perelló-mor-agues A, Monclús H. Acute kidney injury is associated with severe infection and fatality in patients with COVID-19: A systematic review and meta-analysis of 40 studies and 24,527 patients. *Pharmacological Research* 2020; 161: 105107.

Fanelli V, Fiorentino M, Cantaluppi V, Gesualdo L, Stal-lone G, Ronco C, *et al.* Acute kidney injury in SARS- CoV-2 infected patients. *Critical Care* 2020;24(1), 20-2.

Farouk SS, Fiaccadori E, Cravedi P, Campbell KN. COVID-19 and the kidney: what we think we know so far and what we don't. *Journal of Nephrology* 2020; 33(6):1213-8. doi: 10.1007/s40620-020-00789-y.

Staico MF, Zaffanello M, Di Pietro G, Fanos V, Marcia-lis, MA. The kidney in

COVID-19: protagonist or fig- urant? Panminerva Medica 2020;doi: 10.23736/S0031-0808.20.03965-8.

Moitinho MS, Belasco AGS, Barbosa DA, Fonseca CD. Acute Kidney Injury by SARS-CoV-2 virus in patients with COVID-19: an integrative review. Rev Bras Enferm 2020;73(Suppl 2):e20200354.

Soleimani M. Acute kidney injury in sars-cov-2 infection: Direct effect of virus on kidney proximal tubule cells. In- ternational Journal of Molecular Sciences 2020;21(9).

Joseph A, Zafrani L, Mabrouki A, Azoulay E, Darmon M. Acute kidney injury in patients with SARS-CoV-2 infec tion. Annals of Intensive Care 2020;10(1).



---

## **A INFLUÊNCIA DA GESTÃO ESPORTIVA NO DESEMPENHO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: uma análise sistemática**

Diana Chaves Alexandre<sup>13</sup>  
Aracele Maria de Souza<sup>14</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem por finalidade aumentar o contexto de conhecimento sobre a influência da gestão esportiva no desempenho do profissional de educação física sobre a luz e ótica da análise sistemática. O objetivo geral deste trabalho é analisar a relação entre gestão esportiva e o desempenho dos profissionais de educação física, identificando práticas e estratégias de gestão que podem potencializar sua atuação nesse aspecto. As metodologias utilizadas foram: pesquisa bibliográfica, análise de dados, revista e material disponível on-line acerca da temática em tela. O questionamento que norteou este trabalho foi o reconhecimento da possibilidade de conhecer um pouco mais de como a gestão esportiva impacta diretamente o trabalho do profissional de Educação Física? Esta pesquisa buscou notabilizar sobre a gestão esportiva e a influência direta com o profissional de educação física, é importante destacar que para um profissional de educação física trabalhe como gestor esportivo, é indispensável que este tenha especialização nesse campo de estudo, ainda mais, ter treinamento específico com finalidade de executar com eficiência sua função, proporcionando sua inserção no mercado com maior facilidade, sendo importante retratar esse tema pois são poucos os artigos existentes com a finalidade de falar mais sobre a gestão esportiva e sua influência no desenvolvimento dos profissionais da área.

**Palavras-chave:** Gestão Esportiva. Educação Física. Profissional. Influência.

### **ABSTRACT**

This article aims to increase the context of knowledge about the influence of sports management on the performance of physical education professionals in the light and perspective of systematic analysis. The general objective of this work is to analyze the relationship between sports management and the performance of physical education professionals, identifying management practices and strategies that can enhance their performance in this aspect. The methodologies used were: bibliographical research, data analysis, magazine and material available online about the topic at hand. The question that guided this work was the recognition of the possibility of knowing a little more about how sports management directly impacts the work of Physical Education professionals? This research sought to highlight sports management and the direct influence on the physical education professional. It is important to highlight that for a physical education

---

<sup>13</sup> Pós-graduada em Gestão de Esporte pela Faculdade Famart. E-mail: dianachaves.4321@gmail.com

<sup>14</sup> Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Mestre e Doutora em Ciências.

professional to work as a sports manager, it is essential that they have specialization in this field of study, even more so, have specific training in order to efficiently perform their role, providing their insertion into the market more easily, and it is important to portray this topic as there are few existing articles with the purpose of talking more about sports management and its influence on the development of professionals in the field.

**Keywords:** Sports Management. Physical education. Professional. Influence.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral do presente trabalho é analisar a relação entre Gestão Esportiva e o desempenho dos profissionais de Educação Física, identificando práticas e estratégias de gestão que podem potencializar sua atuação. Para a realização desta revisão sistemática, a metodologia envolve a busca e análise crítica de artigos científicos, livros e outras fontes relevantes sobre o tema seguindo as diretrizes PRISMA- *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (Mohreret al. 2009; Liberati et al. 2009), onde foi feita uma pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico, utilizando os critérios de inclusão e exclusão. Nos critérios de inclusão: Foram inclusos estudos publicados nos anos de 2.000 até hoje, em português, sendo aplicados estudos que focam na gestão esportiva e sua relação com profissionais de Educação Física, utilizando as bases de dados a serem consultadas que incluíram Scielo, PubMed e Web of Science. Salvo quando houver necessidade de recorrer aos clássicos, atemporais, que permitiram a elaboração das discussões dos resultados coerentes com o tema da pesquisa. Quanto ao processo de exclusão: foram excluídos os artigos das quais não contemplavam a temática investigada. A análise dos dados foi feita através de uma abordagem qualitativa, sintetizando as informações encontradas. Aqui cabe uma pergunta: Como a gestão esportiva impacta diretamente o trabalho do profissional de Educação Física?

Este trabalho justifica-se pelo fato de que a Gestão Esportiva é um campo que tem ganhado destaque pela sua capacidade de influenciar positivamente o desempenho dos profissionais de Educação Física. Mas, no entanto, a extensão e a natureza dessa influência ainda não são claramente compreendidas.

Para a realização da presente pesquisa realizou-se uma breve levantamento de informações através da leitura de sites relacionados ao assunto e revisões bibliográficas na área da Gestão, Administração e Educação Física, levando em consideração as pesquisas e

estudos de Bastos (2011), Nascimento (2014) e Rocha (2011), e dentre outros autores que melhor se encaixam no tema da pesquisa feita.

Através desse trabalho, existe uma procura por cooperar com o espaço acadêmico para outros pesquisadores que desejarem abordar o tema, pois é um tema amplo e ainda pouco abordado de maneira adequada, e que necessita de maiores discussões e pesquisas. Também servirá como apoio e como auxílio a outros profissionais e aos profissionais de Educação Física na sua atuação diante desse tema analisando a influência da Gestão Esportiva no desempenho do profissional de Educação Física procurando compreender como estes reagem com esse tema em suas profissões, sejam eles profissionais autônomos, donos de empreendimentos ou assessores de empresas.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

É importante ressaltar que com o crescimento da procura de uma vida mais viva e sadia, de certa forma também cresceu a demanda de oferecimento de lugares desportivos com nível de qualidade alta, que predisponham de atividades físicas diversas para os sócios partilhados do lugar.

Então, nesse ponto de vista reconhece que a supervisão de lugares, empresas, equipes e eventos, é uma existência que é possível implementar no cotidiano e na ocupação trabalhista do profissional de Educação Física, sendo importante estes profissionais terem uma boa base de conhecimento e experiência. Dessa maneira, sendo possível ver e analisar a influência da mudança do desenvolvimento do profissional de Educação Física através da gestão esportiva. Mais adiante, para estes também é possível licenciar na prática da docência em instituições escolares, academias ou também como personal trainer (treinador pessoal), como o curso de Educação Física possibilita ao profissional ocupar-se como supervisor de ambientes proporcionadores de atividades físicas.

O presente capítulo apresenta a fundamentação teórica que sustentou a realização desta dissertação, expondo algumas das contribuições da literatura sobre os temas em questão.

### **2.1 Gestão Esportiva – Breve Histórico pelo Brasil e mundo**

Segundo alguns autores, esse tema é de extrema importância a ser tratado, estudado e ser desempenhado. Faz-se necessário a atuação direta do profissional de Educação Física nesta área, atingindo diretamente a sua carreira profissional. Para o autor Rocha e Basto (2011), Gestão do Esporte ou Administração Esportiva pode ser estabelecida como referindo-se ao gerenciamento eficiente e produtivo de pessoas, instrumentos e lugares, com a predisposição de que as finalidades da sistematização esportivas sejam acendidas. Estes mesmos estudiosos, concordam com o termo atualmente utilizado “Gestão do Esporte”, sendo o mais preciso a ser utilizado, pois a designação Administração Esportiva destina-se apenas à expressão histórica da área no Brasil.

Segundo o que diz o autor Ferraz et al. (2010) apud Zouain e Pimenta (2003), a originária teoria do meio que ocasionou o surgimento da Gestão Esportiva apresenta-se no contexto histórico como sendo no local da Grécia antiga, tal local onde o rei Herodes, de modo honorífico conduziu inúmeros jogos ou disputas de gladiadores, com o objetivo de distração e diversão ao povo.

Sobre o nascimento da Gestão Esportiva, é importante pontuar o que traz Brito (2014), onde ele faz um reconhecimento preciso:

“[...] A Gestão do desporto não nasceu de forma espontânea e é o resultado de um processo de evolução ao longo de vários anos, nos quais são recentes as primeiras sínteses reflexivas sobre tema e a sociedade globalizada em que vivemos, cada vez mais comercializados pela indústria onde há um processo de desenvolvimento do desporto e em consequência a gestão das suas práticas (BRITO, 2014, apud SARMENTO; PIRES, 2001, p. 106).”

Diante de várias buscas e pesquisas, foi analisado através delas que a Gestão Esportiva vem avançando cada vez mais, situação que antigamente era menos visada. E hoje, com esse avanço, vem ampliando a inserção dos profissionais de Educação Física no mercado de trabalho através do meio informal. Nesse seguimento para o autor Rocha e Basto (2011), em seu trabalho publicado com título de “*Gestão do Esporte: definindo a área*” para a Revista Brasileira de Educação Física do Esporte de São Paulo, examinam que na aquela mesma época não existia cursos acadêmicos de pós-graduação ou mestrado e doutorado pertencentes à Gestão de espaços esportivos. O que dizem eles é que, em poucas Universidades públicas e privadas tinham apenas linhas de pesquisas em cursos de mestrado em Educação Física concentrado na Gestão. Agora com relação aos cursos de

graduação, em 2009 a Universidade Federal do Paraná oferecia só um curso de graduação (bacharelado) em Gestão desportiva e do lazer.

É percebido que a evolução dos estudos e pesquisas da Gestão do Esporte acontecem de maneira variável no nosso globo. Diferente do Brasil, a Europa e os Estados Unidos localizam-se muito mais evoluídos nesta área de conhecimento, havendo há anos projetos de qualificação aos profissionais de Educação Física, que é designada desde a sua graduação a seu doutorado em Gestão Esportiva. E muito mais que isso, ainda fazem congressos anuais, programas científicos e publicações em periódicos de nível alto acadêmico (PIRES; SARMENTO, 2001).

Para os autores Rocha e Bastos (2011, p. 100) alegam em seus estudos que “No Brasil, ainda nos encontramos em uma etapa bastante inicial em assuntos de formação acadêmica e pesquisas científicas na área de gestão do esporte”. Pires e Sarmento (2001) afirmam esse cenário ao concordarem que a Gestão do Esporte desenvolveu de modo lentamente com o passar do tempo, apenas iniciando a ao avantajar-se no plano científico-acadêmico há pouco tempo. Para estes pesquisadores, podemos destacar que a sistematização desportiva no globo necessita de uma reestruturação com o intuito de readquirirem e não anularem no estancamento. Caso essas transformações surjam, outras expectativas de intervenção profissional aparecerão para tornarem-se desfrutadas pelos profissionais de Educação Física dedicados no espaço da Gestão Esportiva.

## **2.2 Evolução dos Conhecimentos de Gestão Esportiva necessárias para os profissionais de Educação Física**

Atualmente, vemos muitos profissionais trabalhando no meio informal, seja ele como personal trainer (treinador pessoal), treinador de algum esporte ou modalidade, ou até mesmo professor de espaços esportivos diversos. Sendo estes profissionais, autônomos, credenciados ou apenas contratados. De certa forma, ainda existe uma carência de profissionais qualificados nesses espaços esportivos, muitas das vezes vemos um profissional para uma alta demanda, sendo que desse modo existe vaga para outro ocupar, mas, que infelizmente ainda não há profissionais que buscam sempre qualificação e experiência nesse espaço. É importante pontuar, que vivemos em um mundo que sempre

estar se modificando e nós enquanto profissionais devemos nos atentar e acompanhar esse processo de desenvolvimento de nível mundial (QUINAUD et al., 2019 p. 1117).

A formação de conhecimentos de em Educação Física ocorre, conforme apresentam os autores Farias, Shigunov e Nascimento (2001), em cursos de graduação e pós-graduação em instituições escolares de ensino superior, como por exemplo: universidades e faculdades. A capacitação primária, ou seja, a formação em nível de graduação, acontece em cursos da qual a competência pode ser o bacharelado ou a licenciatura.

De acordo com a referência sobre a capacitação dos gestores do esporte para o comando e administração de preparações esportivas, como pontuado anteriormente, nos Estados Unidos os serviços nessa área tiveram início na década de 50. O país onde foi constituído o primeiro curso efetivo de Administração Esportiva no final da década de 60. Desde então, os cursos de pós-graduação em Gestão do Esporte vagarosamente iniciaram a amplificar para a Europa, Oceania, Ásia e Brasil, visando hoje com especializações, mestrados e doutorados, “[...] aumentando embora pouco, a alimentação científica sobre o tema” (GOMES et al., 2014, p. 109).

O autor Quinaud et al. (2019) fala nos seus estudos que a desvalorização da Gestão do Esporte se inicia na faculdade, na graduação, pois são mínimas as instituições de ensino que ofertam alguma disciplina nessa área. Ele ainda continua, diz que o campo da Gestão Esportiva caminha na tentativa de se fixar lentamente, procurando reconhecê-la e introdução no espaço acadêmico-científico. Desse modo, o estudo da Gestão Esportiva, existe ressentimento sobre as lacunas na planificação curricular dos cursos de Educação Física, “[...] e talvez, mesmo de forma prematura, tem aumentado gradativamente o seu poder nos currículos” (QUINAUD et al., 2019 p. 1117).

Hoje, um dos obstáculos para a área da Gestão Esportiva é a originação de cursos com sustentações curriculares que retenha aprendizados específicos sobre gestão e as diversas concepções do esporte, levando em conta os aspectos científicos da área e as carências do mercado de trabalho, dessa forma, para oportunizar a capacitação de profissionais com a descrição compatível para ocupar cargos de gestão nas divergentes organizações esportivas surgidas (MAZZEI *et al.*, 2013; FREITAS, 2015).

As programações de desenvolvimento em Gestão Esportiva em exclusivo no Brasil começam a manifestar-se a partir da década de 1970, como decorrência da busca por

profissionais que contemplasse as carências do mercado nacional (BASTOS, 2003). Até mesmo após os progressos verificados no decorrer dos últimos anos, os cursos de capacitação em Gestão Esportiva no país colidem dos programas fornecidos nos Estados Unidos e uns países da Europa, essencialmente em ligação às proposições curriculares (CAPINUSSÚ, 2005; NOLASCO *et al.*, 2005; MAZZEI *et al.*, 2013). As programações nacionais, como cursos de bacharelado e tecnológico, têm em seu foque curriculares divergentes, sendo o primário direcionado para o ensino de disciplinas sobre fundamentos da gestão e o secundário votado aos aspectos culturais e de caracterização do esporte (MAZZEI *et al.*, 2013).

A capacitação em gestão esportiva fomentou a publicação de estudos científicos no Brasil, que se estruturaram com o passar dos anos com a implantação de grupos de pesquisa e o alinhavo de suas linhas de pesquisa (BASTOS, 2003; ROCHA; BASTOS, 2011). Neste sentido, constata-se que as universidades brasileiras transitaram a partir da década de 1980 a entusiasmar e florescer estudos científicos para amparar ações interligadas entre o setor acadêmico e a prática. ao mesmo tempo que no cenário internacional universidades conduzem suas pesquisas para as áreas de gestão e liderança e *marketing* do esporte, e no Brasil as pesquisas e estudos salientam nos aspectos de gestão e liderança e têm como um dos pontos primordiais os objetivos distinguir o tipo dos gestores esportivos e sublinhar a magnitude da sua capacitação, para abrilhanta as organizações esportivas (ROCHA; BASTOS, 2011; BASTOS, 2003).

Os cursos de competência de bacharelado implementam profissionais voltados ao mercado de trabalho e seus divergentes espaços de atuação (academias de ginástica, clubes, centros esportivos, etc.). Já os cursos de licenciatura, no que lhe respeita, implementam professores com descrição compatível destinados para prática no ambiente escolar, na docência da disciplina de Educação Física em instituições regulares de ensino (FARIAS; SHIGUNOV; NASCIMENTO, 2001). Dessa maneira, é possível compreender que cursos de bacharelado implementam profissionais de Educação Física e as licenciaturas implementam professores de Educação Física.

### **3 CONCLUSÃO**

O real propósito desse estudo foi retratar uma resumida exposição descritiva sobre o tema entre Gestão Esportiva e o desempenho dos profissionais de Educação Física

e seus conhecimentos básicos necessários para a sua atuação no mercado, distinguindo através da busca na literatura práticas e estratégias de Gestão que podem intensificar sua atuação, procurando melhor alcançar como esses profissionais podem se preparar e se desenvolver enquanto coordenadores e gestores nesse espaço que hoje é bastante comum e mais aberto para a facilidade de emprego e a inserção dos graduados de Educação Física no mercado de trabalho através da atuação informal. Buscando também retratar conhecimentos básicos e a influência direta do profissional de Educação Física nesse âmbito informal.

É importante destacar que para um profissional de Educação Física trabalhar como Gestor Esportivo, é indispensável que este tenha especialização nesse campo de estudo, ainda mais ter treinamento específico a fim de executar com eficiência sua função. Entretanto, foi verificado que os cursos de formação em Gestão do Esporte continuam sendo pouco ofertados e divulgados no Brasil, mantendo esse um dos porquês para que a área permaneça ainda insuficientemente conhecida – e reconhecida no espaço acadêmico, científico e profissional.

Nesse trabalho também foi apresentado um breve diminuto histórico do desenvolvimento da Gestão do Esporte ao redor do globo, sobrepondo sua apresentação no Brasil, mais ainda, após a exibição e análise de informações mais atuais do cenário desta área no mercado de trabalho de hoje, considerando uns avançamentos no espaço do esporte que foram estimulados pela ampliação da demanda no país e no mundo após o avanço sobre o conhecimento sobre esta área.

Concluiu-se que hoje há a existência de poucos estudos que tratam diretamente sobre a Gestão de equipes de trabalho por profissionais de Educação Física no espaço esportivos. A Gestão é extensamente retratada apenas no ambiente corporativo, por profissionais da área de negócios. De tal maneira, procurou-se também incrementos no setor de gerenciamento de organizações esportivas e sua influência direta com desenvolvimento dos profissionais de Educação Física.

Em seguida, a partir dos estudos obtidos através das leituras, foi observado que a oferta de disciplinas em Gestão do Esporte nas graduações em Educação Física e nos cursos de Pós-Graduação em Universidades Federais e Estaduais, observou-se que as apresentações de capacitação dos profissionais de Educação Física carecem de mais devoção e visibilidade para essa área em seus currículos. Há poucas instituições que



dispõem com a disciplina de Gestão Esportiva na sua grade curricular das graduações de Educação Física, e os cursos de mestrado nesta área são mínimos.

Nesse seguimento, sugere-se que as universidades tenham um pouco mais de cautela para este âmbito de estudo e propiciem capital apropriado nas formações acadêmicas dos profissionais de educação física para que com isso a gestão 13 do esporte se fortifique e alcance seu espaço no setor científico. Importante ter em consideração que os gestores esportivos são possuidores de uma grande habilidade para os fins de auxílio para impulsionar a economia do mercado esportivo por meio da excelente liderança na gestão, sendo aí apresentado com clareza a influência da gestão esportiva no desempenho do profissional de educação física.

Com tudo isso, podemos concluir que o profissional de Educação Física tem ligação direta com a Gestão de Esporte, e que sua influência é indispensável nesse âmbito, ou seja, faz-se necessário ter um profissional qualificado nos espaços que promovem esses tipos de serviços e que deve-se obter mais meios de capacitação disponíveis para estes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, J.; SARMENTO, J.; MULATINHO, C. Competências, perfil e formação do gestor esportivo de academia de ginástica: uma revisão. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva - RIGD**, América do Norte, 4, jun. 2014. Disponível em:

<http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestoesportiva&page=article&op=view&path%5B%5D=995&path%5B%5D=959>. Acesso em: 11 Mar. 2024.

FERRAZ, Thais Melo et al. Gestão esportiva: competências e qualificações do profissional de Educação Física. **Revista Digital**. Buenos Aires, Nº 147, Agosto de 2010. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd147/gestao-esportivacompetencias-e-qualificacoes.htm>. Acesso em: 11 de Mar. 2024.

FREITAS, Daiane Miranda *et al* Liderança dos presidentes das federações olímpicas brasileiras: Análise da autopercepção das competências em função da formação acadêmica. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 15, n. 1, p. 79-98, 2015.

PIRES, Gustavo Manoel Vaz da Silva; SARMENTO, José Pedro. Conceito de gestão do desporto. Novos desafios, diferentes soluções. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 1, n. 1, p. 88–103, 2001.

ROCHA, Cláudio Miranda; BASTOS, Flávia da Cunha. Gestão do esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte** [online]. 2011, v. 25, n. spe, p.

91-103. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092011000500010> . Acesso em: 11 Mar. 2024.

TEIXEIRA QUINAUD, Ricardo; OLIVEIRA FARIAS, Gelcemar; VIEIRA NASCIMENTO, Juarez. Formação profissional do gestor esportivo para o mercado de trabalho: a (in) formação dos cursos de bacharelado em Educação Física do Brasil. Movimento - **Revista de Educação Física da UFRGS**, vol. 24, núm. 4, 2019, p. 1111-1124. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança - Universidade 15 Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115360468004>. Acesso em: 11 Mar. 2024.

LIBERATI, Alessandro *et al* The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Studies That Evaluate Health Care Interventions: **Explanation and Elaboration**. PLoS Med, v. 6, n. 7, jul. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000100E>. Acesso em: 11 Mar. 2024.

MAZZEI, L. C.; AMAYA, K.; BASTOS, F. C. Programas acadêmicos de graduação em gestão do esporte no Brasil. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2013.

MAZZEI, L. C.; BASTOS, Flávia da Cunha. **Gestão do Esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo, SP: Ícone, 2012.

MAZZEI, L. C.; OLIVEIRA, N. S.; ROCCO JUNIOR, A. J.; BASTOS, F. C. Uma análise da produção acadêmica brasileira em marketing esportivo enquanto área multidisciplinar. **Revista Brasileira de Marketing, São Paulo**, v.12, n.4, p. 183-200, 2013.

MELLO, J.A.C; SILVA, S.A.P.S. **Competências do gestor de academias esportivas**. Motriz, Rio Claro, v.19, n; 1, p.74-83, 2013.

---

## **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: uma análise bibliográfica sobre o fazer reflexivo no trabalho docente**

Ana Carolina Lopes Pereira<sup>15</sup>  
Lucas Eustáquio de Paiva Silva<sup>16</sup>

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo compreender a contribuição da formação continuada dos professores para o desenvolvimento do trabalho docente e as experiências dos professores e conseqüentemente dos estudantes. Os estudos sobre a formação docente mostram suas contribuições com as experiências dos professores e dos estudantes que interagem com eles, tornando-se um tema relevante de inúmeras pesquisas no intuito de compreender como ela se torna promotora de um trabalho de qualidade. Para isso, foi utilizada como estratégia metodológica uma pesquisa bibliográfica para dialogar com o objetivo da pesquisa e levantar as informações dessa produção acadêmica. O texto enfatiza a necessidade da elaboração de políticas educacionais direcionadas para uma maior qualificação docente tendo em vista melhorias no processo de ensino-aprendizagem. A partir dos resultados, observou-se que a reflexão do professor sobre sua própria aprendizagem e do seu ensinar favorece as experiências escolares que contemplam o pensamento crítico do professor, analisando e complementando seu conhecimento da ação docente na educação básica.

**Palavras-chave:** Formação Continuada; Fazer Reflexivo; Desenvolvimento Profissional Docente.

### **ABSTRACT**

The present study aims to understand the contribution of continuing teacher training to the development of teaching work and the experiences of teachers and, consequently, students. Studies on teacher training show their contributions to the experiences of teachers and the students who interact with them, becoming a relevant topic for countless research studies in order to understand how it becomes a promoter of quality work. For this, a bibliographical research was used as a methodological strategy to dialogue with the objective of the research and collect information from this academic production. The text emphasizes the need to develop educational policies aimed at greater teacher qualifications with a view to improving the teaching-learning process. From the results, it was observed that the teacher's reflection on their own learning and teaching favors school experiences that include the teacher's critical thinking, analyzing and complementing their knowledge of teaching action in basic education.

**Keywords:** Continuing Training; Do Reflective; Teacher Professional Development.

---

<sup>15</sup> Pós-graduada em Gestão Escolar Integrada com Ênfase em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar pela Faculdade Famart. E-mail: alopespereira01@gmail.com

<sup>16</sup> Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itáúna-MG. Graduado em História. Mestre e doutor em Educação.

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo compreender a contribuição da formação continuada dos professores para o desenvolvimento do trabalho docente. Trata-se de um trabalho com abordagem qualitativa e foi utilizada a pesquisa bibliográfica para dialogar com o objetivo desta pesquisa, possibilitando uma compreensão mais aprofundada sobre como a formação pode promover aprendizagens, desenvolvimento, interações e bem-estar docente.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a formação docente deve ser planejada e organizada de modo a contemplar as necessidades dos(as) professores(as) e dos estudantes, reconhecendo assim a importância de estratégias de continuidade de modo a atender às necessidades e especificidades dos professores, favorecendo interações e descobertas, contribuindo para o desenvolvimento e a aprendizagem.

Considerando essa ideia, este trabalho pretende responder a seguinte questão: qual a contribuição da formação continuada de professores para seu fazer reflexivo no trabalho docente?

Diante do desejo de desenvolver um estudo sobre a importância da reflexão no trabalho docente, entende-se que a formação é um espaço socialmente construído pelos professores, potencializando suas ações a partir da percepção da conduta de uma prática não intencional para uma prática articulada intencional. Portanto, faz-se necessário que o(a) professor(a), ao perceber seu próprio interesse por alguma área específica, incentive-se a explorá-la, pois, contribuirá para que explore mais os espaços da escola e as oportunidades de desenvolvimento que ela oferece.

O presente trabalho caminha sob a perspectiva educativa de que a formação do professor está em constante movimento, com vistas a perceber que a continuidade desta deve ser planejada de modo a favorecer o melhor aproveitamento das discussões, ampliando as experiências de aprendizagem e de interação com o meio e com seus pares, devendo assim, integrar o trabalho pedagógico e contribuir para o processo de ensino-aprendizagem na escola.

Deste modo, espera-se que a pesquisa produza informações que colaborem para repensar sobre a formação docente, garantindo a continuidade e estratégias em função das especificidades da formação.

## 2 DESENVOLVIMENTO

No contexto proposto por este estudo, observa-se que os professores não são apenas educadores, mas também indivíduos em formação contínua. Portanto, faz-se necessário estudar as possíveis conexões entre a formação docente – formação inicial e continuada – e seus valores (SIQUEIRA; FREITAS, 2022). Assim,

Sabemos que em sua formação inicial, o professor não se detém de todos os saberes necessários para que atenda todas as necessidades de uma sala de aula, pois esta muda de acordo com cada realidade, e com isso, é necessário que o/a professor/a permaneça estudando, realizando uma formação continuada a fim de (re)aprender, ou (re)significar suas práticas diárias, buscando aprimorar seus conhecimentos e suas práticas (RODRIGUES, LIMA e VIANA, 2017, p.30).

Destaca-se então, a importância de os professores permanecerem em formação continuada para que aprimorem as práticas pedagógicas, tornando-as mais prazerosas para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Isso significa considerar a necessidade de articulação entre teoria e prática, para compreender o desenvolvimento profissional vivenciado em sala de aula como facilitador da aprendizagem profissional.

Do ponto de vista de Rodrigues, Lima e Viana (2017, p.31) é necessário que os professores reconheçam e internalizem a importância e a dimensão do seu papel na vida dos estudantes, para que haja uma maior motivação na realização das atividades que lhe competem. Assim, vale ressaltar que,

A escola é um lugar privilegiado para a promoção do conhecimento, uma vez que educação requer busca de conhecimento e desenvolvimento de habilidades. Aos educadores, é preciso assumir o papel de formadores da própria prática, refletindo sobre os conflitos que aparecem no seu desenvolvimento. Procurando soluções numa ação-reflexão constante, com a prática pedagógica sempre atrelada à reflexão teórica (COSTA, 2013, p.25).

Refletir sobre esses conflitos do cotidiano escolar é uma tarefa fundamental, pois oferece uma formação complementar que favorece a autonomia pedagógica e a capacidade de desenvolver uma prática que visa formar cidadãos que possam intervir criticamente na realidade e irem transformando-a aos poucos. Sendo assim,

Discutir a formação de professores(a) implica revisar a compreensão de prática pedagógica. Significa refletir sobre a necessidade de articulação entre teoria e prática, compreendendo a trajetória profissional, vivenciada no contexto da sala de aula, como possibilitadora de aprendizagens sobre a profissão. Representa entender que a experiência docente configura-se como importante elemento no processo de desenvolvimento pessoal e profissional do(a) professor(a) (BRITO, 2005, p.46).

Em consonância a isso, Siqueira e Freitas (2022, p. 8), afirmam que a formação “parece ser um caminho para engajar os professores no processo de construção dos valores dos alunos”. Esse estímulo à qualificação docente deve ser articulado entre a teoria e a prática no intuito de valorizar a experiência crítico-reflexiva para promover melhor experiência tanto para o professor, quanto para os estudantes. É importante destacar que

Mesmo os professores sendo capazes, instruídos e dedicados, muitas vezes, em seu ambiente de trabalho, se sentem impossibilitados em despertar a curiosidade de seus alunos e fazer com que mantenham atenção em suas aulas, ter o controle sobre a turma, tornar as aulas mais interessantes, com propostas inovadoras. Contudo, essas situações descritas podem causar, ao docente, muito desânimo e/ou a falta de estímulos necessários para planejar devidos conteúdos escolares e, dessa forma, muitos se sentem desmotivados a continuar no desenvolvimento de seu ofício (RODRIGUES, LIMA e VIANA, 2017, p.29)

Contribuindo com as reflexões nessa área, Costa (2013, p. 18-19) enfatiza que:

A formação continuada no âmbito escolar não irá sozinha resolver os problemas da educação atual, mas será relevante para desenvolver um ensino com mais qualidade, além de contar com professores envolvidos em um trabalho voltado para uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, é importante construir um currículo que imprima uma identidade à escola e aos que dela participam, constituindo-se num conjunto de ações que cooperem para a formação humana em suas múltiplas concepções constitutiva. Posto isso, vê-se a necessidade de aproveitar o espaço/tempo da coordenação para refletir um currículo voltado para a formação humana.

Explica, ainda, que cada professor estabelece maneiras próprias de ser e de ensinar, entrelaçando o pessoal e o profissional. Nessa concepção, o processo de formação de professores pode se concretizar a partir da articulação precisa se concretizar a partir da articulação de diferentes conhecimentos. Assim,

O professor tem um papel fundamental tanto no planejamento do currículo quanto na sua execução. As decisões curriculares fazem a mediação da organização do trabalho pedagógico. Portanto, os professores poderiam ter o domínio das competências e habilidades que possibilitassem construir um currículo comprometido com a formação do cidadão. Os cursos de formação, por sua vez, devem capacitar os educadores para que eles entendam o currículo nas suas dimensões técnicas, políticas, estéticas e éticas. Por isso, todos devem buscar continuamente um aperfeiçoamento (COSTA, 2013, p.20-21).

A participação coletiva nesse espaço de reflexão é sinal de busca por uma prática pedagógica mais significativa, uma vez que busca priorizar a qualidade do ensino-aprendizagem. Sendo assim,

Os saberes docentes avultam como saberes produzidos no cotidiano da sala de aula, no dia-a-dia da trajetória profissional. Resultam, segundo essa análise, das reflexões críticas sobre a prática, das trocas entre pares, bem como dos estudos realizados a partir das produções teórico-científicas na área. Neste sentido, entendemos ser necessária a ressignificação dos saberes da formação (na perspectiva de articular saberes especializados, situações concretas de ensino, prática reflexiva e saberes da experiência), explicitando que a prática deve ser tomada como referência na formação docente, considerando as situações que essa prática encerra para além da dimensão instrumental (BRITO, 2005, p.47)

Nessa perspectiva, compreendemos a relevância da escola em relação a seus atores. Desse modo, o ambiente escolar e toda a sua equipe devem ser preparados para proporcionar e atender todas as condições apresentadas, preparando os estudantes enquanto cidadãos de uma maneira geral.

Portanto, o professor que faz a ligação entre a teoria e a prática, num processo reflexivo, estará não somente melhorando a sua prática, mas também buscando respostas para os problemas educacionais como um todo. Nesse sentido, o espaço/tempo da coordenação pedagógica tem um papel relevante, pois colabora para que os professores reflitam sobre a sua prática com vistas a ampliarem competências e habilidades para desenvolverem uma mediação competente entre os educandos e os conteúdos curriculares (COSTA, 2013, p.21).

O trabalho coletivo de toda a equipe pedagógica constrói um ambiente educacional mais propício ao desenvolvimento de novos saberes, bem como contribui de maneira mais efetiva para que o trabalho docente seja cada vez mais vantajoso ao processo de ensino-aprendizagem tanto dos estudantes quanto dele próprio, considerando sua constante formação. Desse modo, observa-se que:

Uma vertente importante nas discussões sobre práticas e saberes docentes relaciona-se às discussões acerca da atitude reflexiva na e sobre a prática. A reflexão possibilita ao(a) professor(a) compreensão e análise racional de sua ação docente na perspectiva de melhor sistematizá-la e operacionalizá-la. Permite, ainda, que o(a) docente desenvolva, a partir de uma postura crítica e da percepção da natureza da ação pedagógica, saberes relativos ao seu ofício, considerando que sua prática, por seu caráter situado, histórico e social, extrapola a mera aplicação de técnicas e de transmissão de conteúdos (BRITO, 2005, p.48).

A formação continuada de um professor demanda de uma reflexão na prática e sobre a prática, mobilizando os vários saberes existentes, sejam eles internos ou externos à

escola. É importante considerar a singularidade da ação pedagógica, pois esta permeia-se por diferentes saberes, conflitos e demais fatores que interferem no cotidiano docente.

Desta forma, a formação continuada contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva. A partir dessa perspectiva, a formação continuada conquista espaço privilegiado por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências destas mudanças (Wengzynski; Tozetto, 2012, p. 3).

Todo esse processo de formação, no intuito de favorecer a busca de uma identidade docente que os professores constroem de maneira individual e também coletiva, por meio de suas experiências colabora para a construção de novas metodologias e planejamentos ou até mesmo replanejamentos das ações propostas para que consigam almejar melhores resultados com os estudantes e objetivos propostos.

### **3 CONCLUSÃO**

Objetivando compreender a contribuição da formação continuada dos professores para o desenvolvimento do trabalho docente e as experiências dos estudantes, apontou-se a pesquisa bibliográfica como principal estratégia para análise sistemática desta pesquisa, ao qual contribuiu para uma melhor discussão sobre a formação continuada de professores, que deve passar pela reflexão e sobre o envolvimento desta no processo de desenvolvimento e aprendizagem do professor que se apresenta como maior responsável por sua reflexão na prática e para a prática.

Os professores possuem especificidades que precisam ser reconhecidas, tornando evidente a importância de respeitar suas singularidades. Assim sendo, é indispensável que haja um trabalho mais apurado em relação a descoberta e a identificação das potencialidades dessas vivências que é crucial para o trabalho desses professores, constituindo-se um ato complexo e desafiador, por considerar vários aspectos de suas ações, no entanto, torna-se mais significativa ao vivenciar este processo, pois se beneficiam no âmbito de seus trabalhos, possibilitando assim um espaço de socialização, construção de identidade, ampliação do conhecimento e participação mais ativa.



A formação continuada torna-se nesse contexto, uma ferramenta de busca pela identidade do professor, na perspectiva da ampliação da formação pedagógica e a aquisição de novas competências.

Muitos podem ser os aspectos formativos de um professor e é muito importante salientar que a formação continuada é um processo que possibilita uma melhor compreensão das fragilidades apresentadas o trabalho docente. Esse exercício permite novas oportunidades de aprimoramento das metodologias utilizadas em sala de aula e possibilita novas aprendizagens e momentos de troca de experiências na escola.

Torna-se visível que as reflexões a respeito da formação continuada de professores colaboram para a elaboração de estratégias de enfrentamento das dificuldades cotidianas e buscam promover, de maneira colaborativa, melhores momentos de formação, maior valorização do trabalho docente e cooperar com novas possibilidades de realização de atividades, contribuindo para o processo ensino-aprendizagem.

A formação continuada de professores é indispensável para que eles possam reconhecer e internalizar a importância de seu exercício docente e é nesse contexto que esses professores buscam sua identidade profissional e reconstruem seus saberes iniciais, articulando-os com as vivências cotidianas na escola.

Contudo, foi possível compreender por meio deste estudo que a formação continuada de professores e seu fazer reflexivo no trabalho docente se configura como um meio de valorização do desenvolvimento profissional e também pessoal do professor, de modo a favorecer às instituições escolares e aos seus sujeitos a consolidação de novos saberes e experiências.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Antonia Edna, (2005). **SOBRE A FORMAÇÃO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA: O SABER, O SABER-SER E O SABER-FAZER NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.** *Linguagens, Educação E Sociedade*, (12), 45-52. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingeducusoc/article/view/1571>

COSTA, Carme-Lúcia Rodrigues de Araújo. **Contribuições da Formação Continuada Realizada no Espaço/Tempo da Coordenação Pedagógica.** Monografia - Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica. Brasília (DF), mai. 2013.

RODRIGUES, Polyana Marques Lima; LIMA, Willams dos Santos Rodrigues; VIANA, Maria Aparecida Pereira. **A Importância da Formação Continuada de Professores da Educação Básica: A Arte de Ensinar e o Fazer Cotidiano.** ISSN 2525-4227, v.03, n. 01, set. 2017. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/semad/saberes-docentes-em-acao/>

VELOSO, Caio. SOBRINHO, José Augusto de Carvalho Mendes. **Contribuições da formação continuada: Na ótica do professor de Ciências Naturais.** Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 309-321, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>

WENGZYNSKI, D. C; TOZETTO, S. S. **A formação continuada face as suas contribuições para a docência.** In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2107/513>.

## OS DESAFIOS DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL EM MEIO A ERA DA TECNOLOGIA: uma revisão da literatura

Bernardo Luiz Gonçalves Soares<sup>17</sup>

Mailson Santos de Queiroz<sup>18</sup>

### RESUMO

Este estudo aborda o desafio enfrentado pelas bibliotecas públicas no Brasil em sua necessidade de reinvenção na era da tecnologia, através de uma revisão bibliográfica elaborou-se uma fundamentação histórica rica e uma significativa contribuição para a democratização do conhecimento, pois as bibliotecas são compelidas a adaptar-se ao novo cenário digital e às demandas sociais e econômicas. A pesquisa revela que, apesar dos desafios da digitalização e pela mudança nos hábitos de leitura da população, esses espaços mantêm seu papel essencial na construção do saber e na promoção da cultura. Sua trajetória histórica e sua evolução refletem as transformações sociais e políticas do país, destacando-se como espaços de acesso democrático ao conhecimento e de fomento à educação continuada. A análise enfatiza a dupla natureza dos impactos da tecnologia sobre as bibliotecas, enquanto representa um desafio à manutenção da relevância destas instituições, também oferece uma oportunidade de renovação e ampliação de seu escopo de atuação. Estratégias como a digitalização de acervos, a oferta de plataformas de empréstimos de e-books e audiolivros, e a implementação de programas de alfabetização digital surgem como medidas cruciais para que as bibliotecas públicas se adaptem ao contexto atual. Assim, conclui-se que é evidente e urgente que as bibliotecas públicas se reinventem, não apenas adotando tecnologias digitais, mas também reforçando seu papel comunitário e educativo por meio de estratégias inovadoras e de um compromisso renovado com sua missão social, essas instituições têm o potencial de permanecer como pilares fundamentais na promoção do conhecimento, cultura e cidadania.

**Palavras-chaves:** Bibliotecas públicas; Era da tecnologia; Acesso à informação.

### ABSTRACT

This study addresses the challenge faced by public libraries in Brazil in their need to reinvent themselves in the age of technology. Through a bibliographical review, a rich historical foundation and a significant contribution to the democratization of knowledge were developed, as libraries are compelled to adapt to the new digital scenario and to social and economic demands. The research reveals that, despite the challenges of digitization and the population's changing reading habits, these spaces maintain their essential role in building knowledge and promoting culture. Their historical trajectory and evolution reflect the country's social and political transformations, standing out as spaces for democratic access to knowledge and the promotion of continuing education. The analysis emphasizes

<sup>17</sup> Pós-graduado em Biblioteconomia pela Faculdade Famart. E-mail: gbernardoluiz@gmail.com

<sup>18</sup> Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Licenciado em Química. Pós-graduando em Tecnologias Educacionais e Mestre em Engenharia de Materiais.

the dual nature of technology's impact on libraries: while it represents a challenge to maintaining the relevance of these institutions, it also offers an opportunity to renew and expand their scope of action. Strategies such as digitizing collections, offering e-book and audiobook lending platforms, and implementing digital literacy programs emerge as crucial measures for public libraries to adapt to the current context. In conclusion, it is clear and urgent that public libraries reinvent themselves, not only by adopting digital technologies, but also by reinforcing their community and educational role. Through innovative strategies and a renewed commitment to their social mission, these institutions have the potential to remain fundamental pillars in the promotion of knowledge, culture and citizenship.

**Keywords:** Public libraries; Age of technology; Access to information.

## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas no Brasil enfrentam um complexo desafio contemporâneo, a necessidade de se reinventar na era da tecnologia. Momento esse que se caracteriza por inúmeras facetas que vão desde a adaptação ao universo digital até o embate com as questões sociais e econômicas pertinentes a essa temática (Vaz, 2020). Historicamente, as bibliotecas se fundamentam como instituições marcantes para a democratização do conhecimento e a promoção da cultura desde a era colonial do Brasil. Essas instituições funcionam não apenas como um método de armazenar livros, mas sim como centros de aprendizado, conectividade e integração comunitária (Bernardino, Suaiden e Cuevas-Cerveró, 2013).

Entretanto, o presente estudo visa contribuir com a compreensão mais profunda desse cenário, tendo como objetivo geral analisar como as bibliotecas públicas brasileiras estão lidando com os desafios da era da tecnologia. O problema a ser solucionado aqui parte da seguinte dúvida: como as bibliotecas podem se reinventar e se manter relevantes em um contexto dominado pela tecnologia?

Entretanto, o presente estudo se fundamentará a partir de uma pesquisa de caráter qualitativo por revisão bibliográfica, uma vez que se baseia em uma análise da literatura existente sobre o tema. Além disso, a pesquisa se justifica pela escolha desse tema visto a importância de entender e discutir os impactos da tecnologia sobre as bibliotecas públicas, visando propor soluções e alternativas para garantir a continuidade e relevância desses espaços no contexto atual (Sousa, 2018).

No contexto da discussão sobre acesso à tecnologia e as barreiras enfrentadas pelas bibliotecas públicas no Brasil, é fundamental considerar a urgência em capacitar os

profissionais atuantes nesses espaços (Suaiden, 2018). A pressão sobre as bibliotecas é, portanto, de acordo com Oliveira (2023), ampliada pela necessidade de adaptação dos colaboradores ao cenário digital, para que consigam desempenhar eficazmente o novo papel demandado.

Baseado nesses desafios e, claro, nas possibilidades de expansão do conceito de bibliotecas públicas no Brasil através do uso estratégico da tecnologia, o presente estudo foi realizado por uma pesquisa de caráter qualitativo, a revisão bibliográfica que visa, como principal objetivo, trazer reflexões sobre como os desafios encontrados pela era da tecnologia podem ser contornados em prol da permanência desses centros do saber. Assim, espera-se contribuir através de uma revisão da literatura com documentos científicos capazes de embasar a questão e trazer luz a problemática aqui levantada.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Trajetória histórica das bibliotecas públicas no Brasil**

A trajetória histórica das bibliotecas públicas no Brasil é recoberta de avanços e desafios, refletindo em grande parte as vertentes políticas, sociais e culturais do próprio país (Suaiden, 2018). O ponto de partida das bibliotecas públicas brasileiras pode ser situado no período colonial, quando os livros chegaram ao país através dos jesuítas, com a predominância de obras religiosas e restritas, a fim de manter o absolutismo do império e da Igreja Católica (Lima, 2023).

A primeira biblioteca de caráter público no Brasil foi a Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia, inaugurada em 1582 e que tem seu acervo online atualmente, sendo considerada a biblioteca mais antiga do país (Laux, 2018). Além dessa biblioteca, há relatos de que os nobres portugueses instauraram em 1808 uma biblioteca chamada Biblioteca Real, a qual coincidiu com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, fator que também propiciou um aumento do interesse pelas letras e pela leitura na sociedade brasileira. (Sousa, 2018).

Durante o século XIX, diversas iniciativas privadas e sociedades literárias contribuíram para a disseminação de bibliotecas no Brasil visto o forte movimento do romantismo neste século, mesmo que essas iniciativas ainda fossem limitadas a membros ou à elite literária (Oliveira, 2023). Apenas com a Proclamação da República, em 1889, é

que o tema da educação pública e, por extensão, das bibliotecas públicas ganhou destaque na pauta do governo, além de que anterior a existência e fomento das universidades, as bibliotecas e cafés eram locais no qual a construção do saber e discussões científicas tomavam forma e força (Juvêncio, 2021).

O conceito, de fato, de biblioteca pública como é conhecida hoje que consiste em um espaço democrático de acesso ao conhecimento e à informação sobre temas diversos, que se consolidou de fato no Brasil somente no início do século XX, com iniciativas que refletiam os ideais republicanas e positivistas de difusão da instrução como ferramenta de progresso social e moral, em que esses espaços configuraram um local de animação cultural promovendo o saber e a diversidade através dos diversos estudos, movimento esse fomentado na França primordialmente (Rasteli e Caldas, 2019).

Entretanto, somente na década de 1930, com a criação do Serviço de Bibliotecas Públicas do Departamento de Cultura de São Paulo em 1935 sob a liderança de Mário de Andrade, que tinha como intuito principal oferecer Bibliotecas Circulantes com fins de incentivo à leitura e desenvolvimento cultural (Lins, 2021). Esta época marca um ponto de reflexão importante sobre a trajetória da educação e a construção do conhecimento na sociedade, uma vez que Mário de Andrade não só buscou expandir o número de bibliotecas, mas também inovou ao integrar as artes e a cultura popular no perfil de atuação destes espaços (Amorim e Rufinoni, 2018).

Além disso, a criação desse serviço influenciou significativamente a formação de profissionais bibliotecários e a democratização do acesso ao conhecimento por meio de bibliotecas públicas em todo o país (Petelin, 2019). O movimento influenciou a criação de políticas públicas externas para a promoção da leitura, educação e cultura, e estimulou a valorização das bibliotecas como espaços fundamentais para a construção cultural e educacional dos indivíduos (Silva, Achilles e Sabbag, 2022).

Ao longo dos anos, as bibliotecas públicas brasileiras enfrentaram altos e baixos, muitas vezes refletindo as mudanças no panorama político do país, um desses se caracteriza pelo período de Ditadura Militar que ocorreu entre 1964 a 1985, por exemplo, muitas bibliotecas, assim como outros meios de informações que a sociedade dispunha foram submetidos à censura e controle de conteúdo, o que ocasionou a liberdade na aquisição do conhecimento através de materiais que o governo considerava subversivos pelo regime (Bilhar et al., 2020).

O papel das bibliotecas como locais de livre acesso ao conhecimento e à diversidade de pensamento foi comprometido, porém, após o período da ditadura, as bibliotecas públicas tiveram que se reconstruir como espaços de livre acesso ao conhecimento, promovendo a diversidade cultural e o respeito à liberdade intelectual, uma vez que essa denúncia do papel das bibliotecas teve um grande impacto na promoção da democracia, na disseminação da informação e no fortalecimento da liberdade de expressão e na emancipação do ser no seu desenvolvimento cultural (Igreja *et al.*, 2018).

Segundo as concepções de Souza (2020), a contemporaneidade surge como um advento da democracia e o reconhecimento da educação e da cultura como direitos essenciais, através das discussões sociais sobre as políticas voltadas para as bibliotecas públicas que ganham novo destaque em meio à diversas quebras de paradigmas sociais e culturais.

Corroborando com esse momento, a Constituição de 1988 e leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 impulsionaram a visão das bibliotecas como espaços de formação continuada, no entanto, também houve o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), lançado em 2006, é outro exemplo de tentativa de reafirmação deste papel, no qual representou um estímulo importante para a melhoria de suas estruturas físicas, ampliação de acervos, capacitação de profissionais e promoção de programas culturais e atividades de mediação da leitura (Santos, 2019).

A biblioteca pública, desde sua conceituação até sua manifestação atual, estabeleceu-se como uma entidade social, pilar do fomento à educação e à cultura. Estruturando-se, ao longo de sua história e adaptando-se às mudanças sociais e aos desafios impostos, persistindo como um espaço de saber fundamental e, mais que nunca, necessário à construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Moreira e Silva, 2021).

## **2.2 Importância das bibliotecas públicas na trajetória da construção do saber**

Com o nascer de sua importância, as bibliotecas públicas emergiram como templos do aprendizado, disponibilizando ao público uma vasta gama de recursos informativos e literários, essenciais para a educação formal e informal, essas, eram, e ainda são, locais onde qualquer pessoa, independentemente de sua classe social ou formação

acadêmica, pode acessar livremente o conhecimento acumulado pela humanidade (Moyses, Mont'alvão e Zattar, 2019).

Na Grécia Antiga, as bibliotecas eram geralmente associadas a instituições educacionais, como escolas de filosofia, e uma das mais célebre delas foi a Biblioteca de Alexandria, no Egito helenístico, que se tornou um centro de erudição e reuniu uma das maiores coleções de escritos antigos, sendo esses patrimônios históricos capazes de desvendar a trajetória da humanidade e dessas grandes civilizações (Terra, 2018).

Os antigos egípcios também valorizavam a preservação do conhecimento, mantendo registros escritos em bibliotecas, em templos e centros de aprendizado, no qual os rolos de papiro contendo registros de literatura, religião, ciência e medicina, eram armazenados nesses locais com grande cuidado e esmero (Medeiros, 2019). Segundo Casson e Antunes (2018) relatam em sua obra, a Biblioteca de Alexandria, embora tenha adquirido fama em um momento posterior na história, reflete a rica tradição egípcia de guardião do conhecimento, além de representar os primeiros registros de padronização alfabética de títulos.

Durante o período romano, esses centros do conhecimento tornaram-se mais acessíveis ao público em geral, pois em Roma, bibliotecas particulares e públicas proporcionavam oportunidades para os cidadãos romanos estudarem e se entreterem, conferindo um caráter emancipador de conhecimento, e também construindo muitos monumentos dedicados à educação e à cultura, como por exemplo, a Biblioteca de Celso em Éfeso, demonstram o papel proeminente das bibliotecas durante essa era (Medeiros, 2019).

Esses grandes marcos históricos representados pelas bibliotecas na antiguidade, influenciaram a trajetória dessas instituições em todo o mundo e, conseqüentemente o surgimento de universidades no Brasil, servindo de modelo para a organização do conhecimento científico e literário e como fundação para os acervos acadêmicos (Vieira, 2024). As bibliotecas universitárias, fiéis ao espírito das bibliotecas públicas, se estabeleceram como centros de pesquisa e aprendizado, fornecendo recursos indispensáveis para estudantes, professores e pesquisadores (Vanz, Santin e Pavão, 2018).

Embora, as bibliotecas públicas não estejam relacionadas diretamente com os grandes marcos históricos da trajetória da educação no Brasil, o acesso à educação e o incentivo ao letramento da sociedade tem caminhos atrelados com a promulgação da Lei



de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, e a mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada e homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro de 2017, esses dois momentos da educação brasileira representam avanços importantes na organização e regulamentação do sistema educacional no país, e de certo modo, está ligado à importância das bibliotecas públicas (Santos e Reis, 2018).

Esses pontos de encontro e construção social e cultura, se fazem como presença fundamental nas escolas e universidades, pois são esses espaços de promoção da leitura, pesquisa e estudo individual, além de estimularem a curiosidade intelectual e o pensamento crítico, em que se configura a presença física de um local em que se pode deixar o imaginário fluir e construir teias de conhecimento em uma instituição de ensino afirma o compromisso com uma educação abrangente e aprofundada (Santa Anna, 2018).

No entanto, a essencialidade dessas instituições é sublinhada pela sua contribuição para a democratização do acesso ao conhecimento, cumprindo um papel social de igualizador de oportunidades, que oportunizam a quebra de paradigmas pessoais e sociais, a partir do momento em que oferecem um ambiente propício ao aprendizado, com recursos que vão desde livros até o acesso a informações digitais, elas reforçam a autonomia do indivíduo na sua busca pelo saber (Freire, 2022).

Esta relevância histórica perdura na contemporaneidade, conotando às bibliotecas públicas não somente como santuários de livros, mas também como locais de encontros, de intercâmbio cultural e de celebração das letras onde amantes da literatura podem socializar e trocar experiências e perspectivas culturais, mesmo em uma era de transformações rápidas e profundas, as bibliotecas públicas permanecem como um bastião na jornada educacional, moldando mentes e influenciando trajetórias, enquanto se adaptam às novas demandas e tecnologias para seguir cumprindo sua missão primordial (Suaiden, 2018).

### **2.3 Os impactos da tecnologia para a permanência e viabilidade das bibliotecas públicas no Brasil**

É certo dizer que o avanço da tecnologia modificou profundamente os métodos de acesso e consumo de informações e cultura, impondo uma questão crucial sobre o futuro das bibliotecas públicas no contexto brasileiro. Nestas, o papel de promover o acesso livre e sem custos ao conhecimento é de grande relevância desde sua fundação até

os dias atuais, para assim concretizar os direitos culturais (Alves, 2020). Com a tecnologia como recurso chave da sociedade contemporânea em meio a era da informação, as bibliotecas no Brasil enfrentam a necessidade urgente de se reinventar para assegurar sua relevância e operacionalidade.

No entanto, o impacto da tecnologia como recurso diário surte efeito em vários fatores, como por exemplo, o uso de smartphones revolucionou o comportamento humano quanto à leitura, pois os livros físicos, que outrora se acumulavam nas bibliotecas públicas, competem agora com a praticidade dos textos digitais no alcance das mãos que seguram celulares, no qual conteúdos literários são consumidos em plataformas diversas, desde redes sociais a aplicativos específicos para leitura online (Ribeiro, 2020).

A chegada do *Kindle* e outros *e-readers*, oferecendo conveniência e portabilidade, alterou ainda mais o cenário, pois estes dispositivos possibilitam o armazenamento de centenas de títulos, tornando a leitura uma experiência pessoal, silenciosa e solitária, em contraste com o ato social que poderia ser propiciado pela biblioteca (Martins *et al.*, 2018). A leitura online, com a sua gama quase ilimitada de opções acessíveis com poucos cliques, redefiniu os parâmetros da experiência de leitura, outrora mediada pelas prateleiras e catálogos das bibliotecas públicas (Gruszynski e Castedo, 2018).

Os impactos da tecnologia, por conseguinte, funcionam tanto como desafio quanto como vetor de inovação para as bibliotecas públicas no Brasil, uma vez que à medida em que a tecnologia avança, esses locais precisam oferecer tanto o charme tradicional da leitura de livros físicos quanto a integração com as novas ferramentas digitais (Ribeiro e Ferreira, 2018).

Contudo, esses fatores tecnológicos influenciam diretamente o uso das bibliotecas públicas, que por sua vez precisam se reestruturar para manter sua relevância, porém, para muitos, as bibliotecas precisam oferecer mais do que livros; elas devem se transformar em centros de encontro e interação, oferecendo um ambiente acolhedor e recursos que vão além do material impresso (Silva, Achiles e Sabbag, 2022).

Portanto, a sobrevivência das bibliotecas públicas e o cumprimento de suas metas, nesse sentido, irão depender de sua capacidade de acompanhar as mudanças no comportamento dos leitores e de oferecer experiências que complementam e enriquecem a

imersão tecnológica predominante para que esses espaços continuem sendo valorizados, independente de a facilidade do acesso tecnológico às obras literárias (Lessa, 2020).

## **2.4 Estratégias de articulação e manutenção da relevância das bibliotecas públicas na era da informação tecnológica**

Em uma época em que a onipresença tecnológica é capaz de abalar as fundações de instituições tradicionais, as bibliotecas públicas enfrentam o desafio de se redefinirem para preservar sua relevância e viabilidade na sociedade contemporânea, pois os smartphones e dispositivos eletrônicos oferecem conveniência e acesso praticamente ilimitado à informação, mas as bibliotecas públicas têm um valor inestimável que transcende a simples disposição de conteúdo podendo ser reconhecidas como centros de expansão de consciências e construção social (Ferraz e Dumont, 2018).

Todavia, é de grande fundamentalidade que esses institutos se mantenham viáveis para a sociedade, pois atuam como um equalizador social proporcionando acesso equitativo à informação para todas as camadas da população, independentemente da condição socioeconômica ou outros fatores superficiais para a aquisição do conhecimento (Barbosa, 2022). São espaços de fomento à educação e ao pensamento crítico, com o objetivo de oferecer um local seguro para o desenvolvimento intelectual e social e preservar uma variedade de recursos que não estão disponíveis na esfera virtual em essência (Vaz, 2020).

Entretanto, para que esses locais se mantenham relevantes é preciso que sejam adotadas estratégias que aproximem a cultura de frequentar a biblioteca e ler livros físicos dos recursos digitais, trazendo uma nova perspectiva desses locais (Souza *et al.*, 2020). Uma dessas estratégias é a digitalização do acervo para que se disponibilize online e garanta que o patrimônio literário e cultural possa ser acessado de qualquer lugar, a qualquer hora, porém, se utilizando de recursos capazes de chamar o público a frequentar pessoalmente as instituições (Jesus e Cunha, 2019).

Além disso, a criação de plataformas de empréstimos de e-books e audiolivros é outra iniciativa que alia tecnologia e acessibilidade, atendendo às expectativas de praticidade do público moderno, conferindo a modernização dos serviços oferecidos pelas bibliotecas e fazendo com que ocupem novos espaços em meio a era da informação (Reis e Backes, 2019).

O desenvolvimento de programas de alfabetização digital confere outra tática essencial, promovendo cursos e workshops que promovam as habilidades possíveis para navegar no cenário informativo atual, assim se transmuta em uma biblioteca que educa sua comunidade para discernir fontes confiáveis na internet desempenha uma função crítica na era da desinformação (Rocha *et al.*, 2019).

Uma vez que essas instituições se diversifiquem com o objetivo de romper fronteiras e encontrar o seu espaço de direito na era digital, é possível que se viabilize mais ainda a importância desses locais e como podem ser proveitosos à sociedade na construção do saber desde a pequena infância até a velhice, pois essas podem se transformar em centros culturais, organizando eventos que incentivam a leitura e a aprendizagem através de clubes de livro, palestras, saraus literários e encontros com autores (Ferreira e Siebra, 2023). Essas atividades instigam não apenas o lazer intelectual, mas também fortalecem os laços comunitários e abrem espaço para discutir

### **3 CONCLUSÃO**

É possível concluir através do presente estudo aqui realizado, após uma minuciosa revisão bibliográfica, que foi identificado inicialmente que as bibliotecas públicas, através de suas raízes profundas na história cultural e educacional do Brasil, estão em um momento crucial de redefinição de identidade e funcionalidade. O contexto atual, caracterizado pela onipresença da tecnologia, impõe a necessidade dessas instituições se readequarem às novas dinâmicas de acesso e consumo de informação.

Dessa forma, a revisão realizada aponta para uma dualidade enfrentada pelas bibliotecas, por um lado, a expansão digital oferece oportunidades inéditas para ampliação do acesso ao conhecimento, através da digitalização de acervos e implementação de recursos tecnológicos que facilitam a disseminação da informação e a atuação do bibliotecário. Porém, por outro lado, essa mesma modificação exige uma reformulação estrutural e conceitual das bibliotecas, desafiadas a manter sua relevância sobre a perspectiva de um espaço físico em uma era no qual o acesso digital à informação é vasto e as pessoas preferem acessar conteúdos do conforto de suas casas, sem precisar se deslocar a esses locais.

Uma constatação pertinente é que, apesar das adversidades, as bibliotecas públicas possuem um potencial substancial para reafirmar seu valor na sociedade, ou seja,

pode-se alcançar maior abrangência se abraçarem as tecnologias digitais, não só como mecanismos de modernização de seus acervos, mas também como ferramentas para fomentar novas formas de interação com seus usuários, através da incorporação de espaços de inclusão digital, oferecendo acesso a computadores e à internet, representa apenas o início das transformações necessárias.

Dessa forma, as bibliotecas podem ampliar sua missão educativa e cultural, transformando-se em centros de aprendizagem contínua e de promoção de atividades que incentivem não apenas a leitura, mas também a capacitação digital da população, especialmente em camadas sociais mais vulneráveis. A formação profissional dos bibliotecários e colaboradores é, nesse sentido, fundamental para que possam mediar com competência as relações entre os usuários e as novas tecnologias, e para que promovam a literacia digital como um caminho para a inclusão e o empoderamento social.

Portanto, a adaptação é essencial, para que os objetivos sejam atingidos, este estudo sugere que, para além da adaptação tecnológica, as bibliotecas públicas devem reforçar seu papel como espaços de encontro, diálogo e construção comunitária. Investir em estratégias que incentivem a visitação, como por exemplo, a organização de eventos culturais e educativos, pode ser um diferencial importante na valorização destes espaços. Assim, as bibliotecas públicas, munidas de sua história e potencial transformador, estão diante da possibilidade de se reinventarem para continuar sendo pilares vitais na promoção do conhecimento, cultura e cidadania, construindo táticas inovadoras para um compromisso renovado com sua missão social, essas instituições podem florescer nesta nova era, reafirmando-se como essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, informada e crítica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Mariana de Souza. Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e política. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-29, 2020.

AMORIM, Laís Silva; RUFINONI, Manoela Rossinetti. Biblioteca Mário de Andrade: um patrimônio para a cidade. **Revista Restauro**, v. 2, n. 4, 2018.

BARBOSA, George Estevam de Aquino. **Avaliação de disseminação e divulgação de informações em websites de bibliotecas públicas estaduais da região Nordeste do**

**Brasil.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BARILON, Adriana Azenha; CALDAS, Rosângela Formentini; FERRAZOLI, Giulia de Sousa. Políticas culturais para bibliotecas públicas do estado de São Paulo: análise dos investimentos culturais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2018.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José; CUEVAS-CERVERÓ, Aurora. A biblioteca pública e sua função educativa na sociedade da informação. **RACIn, João Pessoa**, v. 1, n. 2, p. 5-20, 2013.

BILHAR, Ana Carla et al. O passado é uma "roupa que não nos serve mais": as percepções de bibliotecários e agentes que atuaram em bibliotecas públicas no período da ditadura militar. 2020.

CASSON, Lionel; ANTUNES, Cristina. **Bibliotecas no mundo antigo**. Vestígio, 2018.

FERRAZ, Marina Nogueira; DUMONT, Ligia Maria Moreira. Dimensões essenciais das bibliotecas públicas. **Ciência da Informação em Revista**, 2018.

FERREIRA, Fernanda Bernardo; SIEBRA, Sandra de Albuquerque. A responsabilidade social dos bibliotecários em bibliotecas públicas dimensões e ações. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, p. e021022, 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. Cortez editora, 2022.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; CASTEDO, Raquel da Silva. A materialidade do livro na contemporaneidade: imbricamentos entre imediação e hipermediação. **Interin**, v. 23, n. 1, p. 238-255, 2018.

IGREJA, Paula Ribeiro da et al. A censura nas bibliotecas durante o regime militar. 2018.

JESUS, Deise Lourenço de; CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca do futuro: um olhar no passado. **Informação & Informação**, v. 24, n. 1, p. 1-30, 2019.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. A biblioteca, o nacional e a modernidade na belle époque carioca. 2021.

LAUX, Ana Paula. **TOP 10 | Dez bibliotecas mais importantes da antiguidade**. 2018. Disponível em: [https://literaturapolicial.com/2016/02/23/10-bibliotecas-mais-importantes-da-antiguidade/#google\\_vignette](https://literaturapolicial.com/2016/02/23/10-bibliotecas-mais-importantes-da-antiguidade/#google_vignette). Acesso em: 05 fev. 2024.

LESSA, Bruna. A biblioteca pública como um espaço híbrido e multiterritorial. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 25, n. 3, p. 555-570, 2020.

LIMA, Rayssa. **Bibliotecas No Brasil Colônia**. 2023. Disponível em: <https://suaescolatemhistoria.com.br/?p=1932>. Acesso em: 03 fev. 2024.

LINS, Ivana Borges. A biblioteca pública como equipamento cultural do Estado: relações entre a cultura e as políticas públicas. **BIBLOS-Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, 2021.

LOPES, Francisca Rodrigues; MENEZES, Liliane Rodrigues de Almeida; MOURA, Elizângela Silva de Souza. ALFABETIZAR NA ERA DIGITAL: um apelo à realidade. **Revista Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, 2019.

MARTINS, Mateus et al. Adoção de tecnologia para fins de leitura: Um estudo da aceitação de e-books. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 15, p. 568-588, 2018.

MEDEIROS, Ana Lígia. As bibliotecas na Antiguidade. **Memória e Informação**, v. 3, n. 2, p. 69-85, 2019.

MOREIRA, Mychelle Cristhiny Lima; SILVA, Ilaydiany Cristina. Proposta de implantação do projeto de Biblioteca Humana em bibliotecas públicas. **BiblioCanto**, v. 7, n. 1, p. 19-36, 2021.

MOYSES, Manoela Ferraz; MONT'ALVÃO, Cláudia Renata; ZATTAR, Marianna. A biblioteca pública como ambiente de aprendizagem: casos de makerspaces, learning commons e co-working. **Revista conhecimento em ação**, v. 4, n. 2, p. 4-22, 2019.

NOBRE, Tássia Aguiar. Intersecções possíveis e imprescindíveis entre a biblioteconomia e a tecnologia blockchain: que lugar para o bibliotecário em meio às tecnologias emergentes?. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2022.

OLINTO, Gilda. Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. 2010.

OLIVEIRA, Maiane Costa de. As representações femininas na literatura do século XIX. 2023.

PETELIN, Aline Barbosa. **Ações de mediação de leitura e formação do profissional bibliotecário: estudo nas bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados e na rede municipal de bibliotecas da cidade de São Paulo**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Mediação cultural e bibliotecas: perspectivas conceituais na Ciência da Informação no Brasil. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 24, n. 54, p. 1-13, 2019.

REIS, Juliani Menezes dos; BACKES, Luciana. Bibliotecas digitais e e-books: um breve panorama mundial sobre os acervos gratuitos. **Biblos: revista do Departamento de Biblioteconomia e História. Rio Grande. Vol. 33, n. 2 (jul./dez. 2019), p. 46-59, 2019.**

RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos Organizadora; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves Organizador. Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade. 2018.

RIBEIRO, Ana Elisa. Sem modo avião: jovens e leitura de livros, hoje. **Comunicação & Educação**, v. 25, n. 1, p. 93-108, 2020.

ROCHA, Eduardo Santos et al. Análise das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil. 2019.

SANTA ANNA, Jorge. A biblioteca universitária e sua intervenção no contexto social: fomentando práticas multifuncionais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, p. 449-469, 2018.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investigación bibliotecológica**, v. 32, n. 75, p. 223-259, 2018.

SANTOS, Émina. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

SILVA, Renata Oliveira da; ACHILLES, Daniele; SABBAG, Deise Maria Antonio. Biblioteca pública e o lugar de si e do outro: lugar antropológico ou não-lugar?. **Palavra clave**, v. 11, n. 2, p. 158-158, 2022.

SOUSA, Moizeis Sobreira de. Dos livros de devoção ao romance: a numerosa e escolhida biblioteca da Princesa do Brasil, D. Maria Francisca Benedita (1746-1829). **História (São Paulo)**, v. 36, 2018.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Biblioteca de sementes: uma proposta que alia sustentabilidade e disseminação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 25, p. 1-20, 2020.

SOUZA, Thiago Lima et al. Bibliotecas sem paredes. **RevIU. Revista Informação & Universidade**, v. 2, p. 1-10, 2020.

SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública na reconstrução da verdade. **Ciência da Informação**, v. 47, n. 2, 2018.

SUAIDEN, Emir-José. A biblioteca pública e as competências do século XXI. **Profissional da Informação**, v. 27, não. 17h. 1136-1144, 2018.



TERRA, Marcos Vinícius Santos de Carvalho. Bibliotecas no mundo antigo: um percurso histórico. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 6, n. 2, p. 62-64, 2018.

VANZ, Samile Andrea de Souza; SANTIN, Dirce Maria; PAVÃO, Caterina Marta Groposo. A bibliometria e as novas atribuições profissionais nas bibliotecas universitárias. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 9, n. 1, p. 4-24, 2018.

VAZ, Francisco. A função social da biblioteca pública na era da informação. 2020.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Interciência, 2024.

---

## **ARTETERAPIA E O AUTOCONTROLE DAS EMOÇÕES: um estudo bibliográfico sobre a ajuda da arteterapia no paciente com depressão.**

Glaucan Tomaz Possati<sup>19</sup>  
Daniela Moreno de Camargo<sup>20</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise da arteterapia e sua influência na vida das pessoas, e como ela melhora o autocontrole emocional. O tipo de pesquisa utilizado foi o descritivo, e o método dedutivo, pois através de pesquisas realizadas, tentarei confirmar minha hipótese. Diante dessa análise, vou explicar como a arteterapia, que trabalha especificamente com as emoções do paciente, auxilia no processo de renovação emocional que ajuda pacientes com depressão a terem uma melhora de seu quadro clínico. Neste artigo será explicado brevemente o que é a depressão, e citarei um dos possíveis causadores ou intermediadores para esse quadro clínico. E será mostrado o quanto as expressões artísticas, como a arteterapia, proporcionam ao indivíduo o autoconhecimento com seus sentimentos profundos, e como isso se mostra uma ferramenta promissora para tratamentos de diversos quadros clínicos, dentre eles os associados à depressão.

**Palavras-chave:** Arteterapia. Autocontrole. Emoções. Expressões artísticas. Depressão.

### **ABSTRACT**

This article aims to present an analysis of art therapy and its influence on people's lives, and how it improves emotional self-control. The type of research used was descriptive, and the deductive method, because through the research carried out, I will try to confirm my hypotheses. Given this analysis, I will explain how art therapy, which will work specifically with the patient's emotions, assists in the process of emotional renewal that helps patients with depression to improve their clinical condition. In this article, what depression is will be briefly explained, and I will mention one of the possible causes or intermediaries for this clinical condition. It will be shown how artistic expressions, such as art therapy, achieve self-knowledge with the individual with their deep feelings, and how this proves to be a promising tool for treating various clinical conditions, including those associated with depression.

**Keywords:** Art therapy. Self-control. Emotions. Artistic expressions. Depression.

---

<sup>19</sup> Pós-graduado em Arteterapia pela Faculdade Famart. E-mail: glaucanpossati@gmail.com

<sup>20</sup> Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itáúna-MG.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como objetivo explicar a influência da arteterapia como um possível tratamento para doenças emocionais, entre elas a depressão. Nos dias atuais sabemos que a tristeza afeta praticamente todas as pessoas em algum momento da vida, não importando a sua idade ou classe social. A depressão é um transtorno psicológico comum, ou seja, é o nível emocional de tristeza dos seres humanos em um nível elevado (profundo), e que necessita de atenção e tratamento. Este nível tem 3 escalas: leve, moderado e grave. E o grande risco está na evolução dessa depressão, do nível moderado para o grave, que se não for dada a devida atenção, cuidado e preocupação com o paciente, é o nível em que a maioria dos pacientes tendem a cometer suicídio e assim deixarem este plano.

Essa doença inicia com o indivíduo se aborrecendo de certas coisas que antes não o aborreciam, gera desmotivação ao realizar atividades, cria sentimento de frustração, angústia, tristeza, o torna mais emotivo ou mais agressivo com coisas fúteis. Esse quadro vai evoluindo tornando o indivíduo recluso socialmente. Nesses momentos podem surgir automutilações, desejos suicidas e outros pensamentos e delírios que fogem da conduta de uma pessoa saudável. E são nestes momentos que podem ocorrer as tentativas de suicídio, ou até mesmo a conclusão deste ato.

Para não evoluir ao estágio mais preocupante, ou para regredir dele, muitos pacientes tentam diversas soluções e práticas, e a mais comentada hoje é a terapia com um psicólogo. Porém, nem todos tem acesso a um psicólogo, por diversos fatores, desde financeiro até o pensamento opositivo a ter que ser ouvido por outra pessoa, e mesmo para aqueles que possuem um convênio de saúde, atualmente têm encontrado dificuldades em agendar uma consulta, já que a lista de pessoas em tratamento e na busca dele é grande, o que acaba gerando filas de espera enormes, e também a falta de profissionais para dar conta dessa demanda. E esta demanda aumentou muito após a pandemia da Covid-19.

Apesar do número enorme de suicídios nos últimos anos, o tema é muito evitado de se falar em público, e talvez esse seja o erro da sociedade em ocultar dados e relatos da possível grande doença do século XXI. A arteterapia, tem como finalidade auxiliar na melhora do estado depressivo, trabalhando com as emoções e com o autoconhecimento do indivíduo.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi a bibliográfica por meio de artigos científicos, consultados em banco de dados digitais, sendo eles, google acadêmico, scielo e pubmed. Este trabalho visa explicar a importância do uso da arteterapia, como parte do tratamento de depressão.

A arteterapia é um método baseado no uso de várias formas de expressão artística com finalidade terapêutica. Ela tem se mostrado eficaz no tratamento de transtornos mentais, incluindo ansiedade e depressão. Algumas razões pelas quais a arteterapia é relevante no meio acadêmico são: abordagem holística, melhora a expressão criativa, ajuda na redução do estresse, estimula o autoconhecimento e desenvolve a integração social.

**Abordagem Holística:** A arteterapia considera o ser humano como um todo, integrando aspectos emocionais, cognitivos e físicos. Ela oferece uma abordagem holística para o tratamento, o que é fundamental na área da saúde mental.

**Expressão Criativa:** Através da arte, os pacientes podem expressar emoções e pensamentos que muitas vezes são difíceis de verbalizar. Isso permite uma compreensão mais profunda do EU interior e ajuda a aliviar a ansiedade e a depressão.

**Redução do Estresse:** O processo criativo envolvido na arteterapia ajuda a reduzir o estresse e promove o relaxamento. Isso é especialmente importante para pessoas que sofrem de ansiedade.

**Estimula o Autoconhecimento:** A arteterapia incentiva a exploração do EU interior e a descoberta de novas possibilidades, e até mesmo novos gostos e sensações. Isso pode levar a um maior senso de autoconhecimento.

**Integração Social:** Participar de sessões de arteterapia em grupo também promove a integração social, o que é benéfico para a saúde mental.

E qual seria o impacto da Arteterapia na redução dos sintomas de ansiedade e depressão em pacientes adultos?

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Visto tudo isso, chegou o momento de falar um pouco mais sobre a Arteterapia, que é uma disciplina híbrida, que trabalha o lado artístico em conjunto com o psicológico.

A Arteterapia ainda é muito pouco utilizada pois é uma disciplina profissional nova, e muitos ainda não a conhecem, e se formos analisar o grande potencial que ela

possui para trabalhar com o lado emocional das pessoas em variadas áreas, deveria ser mais comentada e conhecida.

A arteterapia pode ser trabalhada com diferentes aspectos da arte, seja através de pinturas, das mais diversificadas maneiras que imaginamos (a óleo, pintura pastel, pintura com objetos recicláveis, com carvão, com caneta, aquarela, entre outros), seja através do teatro, e também através da arte plástica.

A sociedade atual está cada vez mais doente devido à ansiedade, tristeza, frustração e depressão, tudo isso relacionado ao sentido emocional do ser humano, e as pessoas não estão sabendo lidar com as emoções em seu cotidiano, existem vários motivos que pode levar a esses transtornos, mas citarei um o qual considero uma possibilidade pouco falada e que influencia potencialmente em aumentar tanto esses problemas psicológicos da atualidade.

Se formos levar em conta todos os avanços que temos em nossa sociedade, desde a época industrial até hoje, vemos que muito se evoluiu e o ser humano hoje tem muito auxílio de máquinas, e junto desse auxílio hoje temos a internet, que está presente em todo o mundo e todos tem acesso.

Pulando para o ponto específico do tema, existem inúmeros aplicativos (as famosas redes sociais), que aproximam uma pessoa comum de uma celebridade (digital influencers, youtubers, atores, cantores, jogadores de futebol, presidentes, entre outras figuras públicas e famosas).

As redes sociais mais usadas hoje em dia são: Instagram, TikTok, Kwai, Youtube e X (antigo twitter).

Dentro dessas redes sociais, essas celebridades costumam postar toda sua rotina diária, e são bem discrepantes com a realidade cotidiana delas, se formos levar em conta o poder aquisitivo dessas pessoas, comparado a uma pessoa com uma renda entre 1 a 4 salários-mínimos. E é exatamente neste ponto que acredito que a maioria das pessoas não está preparada emocionalmente.

Antigamente víamos propagandas com muita frequência em jornais, revistas e na maior parte na televisão, e isso nos gerava a vontade em conhecer, e ou consumir aquilo. Porém, o acesso à televisão não era algo contínuo, era algo que normalmente fazíamos em horários específicos, como o “antes do trabalho”, ou “antes de irmos pra escola”, e quando voltávamos do trabalho ou da escola, e também aos finais de semana,

mas não era algo visto frequentemente. Assim, era gerado a vontade de consumir as coisas, porém em menor escala se formos comparar ao hoje.

As redes sociais nos fazem querer consumir mais do que o que a própria televisão faz. Hoje temos o celular praticamente a todo momento, temos acesso à informação de praticamente tudo e podemos acompanhar muitas celebridades de perto usando as redes sociais.

As redes sociais bombardeiam a nossa mente a cada segundo, e os códigos fontes dessas redes sociais, faz com que nos seja mostrado aquilo que gostamos e o que falamos próximos ao celular, (sim, ele nos ouve e monitora-nos), e a cada momento esse algoritmo vai se atualizando conforme vamos assistindo e fazendo buscas com o celular, e isso tudo está fazendo mal as pessoas e elas não estão percebendo.

Essa proximidade é muito boa se formos levar em conta de que podemos acompanhar alguém que gostamos e que antes era inacessível, porém, também é prejudicial, e é nesse ponto que eu quero explicar o possível problema da ansiedade e depressão.

Vermos muito uma pessoa, é sinal de que já estamos apegados a ela de alguma forma, isto nos faz querer estar próximo a ela, nos faz querer imitar hábitos dela, e em algumas pessoas gera até o desejo em se tornar aquela pessoa, ou seja, pegar aquela pessoa e moldar o perfil dela a si mesmo, vivendo da mesma forma, seja usando seus mesmos produtos, frequentando lugares iguais a ela, e se vestindo e se comportando da mesma forma.

Acontece muitas vezes que as redes sociais para aquela celebridade são sua fonte de renda e ela está apenas fazendo uma propaganda naquele momento, porém, como o marketing hoje em dia é muito mais agressivo e inteligente do que antigamente, faz parecer que a pessoa usa um produto normalmente no cotidiano dela, porque ela gosta, porque aquilo a faz bem, porque aquilo a deixa com um determinado status dentro da sociedade em que ela vive, entre outros fatores que a celebridade usa para vender o seu produto.

E cada dia aquela celebridade apresenta um novo produto, e entra cada vez mais na mente daquele seu seguidor, e agora voltando a falar sobre o nível financeiro, muitas vezes, obter aquele produto ou levar uma vida parecida com aquela celebridade sai caro. Tão caro, que estamos tendo a tendência de achar que tudo é possível, que aquela

vida de luxo que estamos vendo nas redes sociais é possível para nós, e não estou dizendo que não seja, porém geramos uma expectativa de que isso é fácil e rápido, ou seja, por estarmos vendo essas vidas digitais, começamos a nivelar a nossa vida à daquela pessoa, e colocamos na cabeça de que ela conseguiu e que vamos conseguir também, que aquilo é possível, e a um curto prazo se fizermos ou deixarmos de fazer certas coisas. Infelizmente isso tudo gera muita expectativa e muita frustração nas pessoas, pois aquela condição não é algo fácil, não são coisas que vem rápido. E essa vontade e esse desejo aumentam a cada vez que assistimos aquela celebridade, e nos prejudica emocionalmente e nos frustra a cada vez que percebemos que aquilo não é tão fácil, ou que não está dando certo.

Infelizmente não existe um treinamento para lidar com as redes sociais, isso é algo que deve ser entendido, e limitado por cada um, pois cada um sabe sua realidade e o que pode ser, fazer ou comprar. Outro ponto que vejo que deveríamos controlar, são os acessos precoce ou totalmente liberados dessas redes sociais aos nossos pequenos, pois o censo para lidar com essas propagandas também não está formado, e muitas vezes o desejo de uma criança ou jovem é tão grande que o não conseguir é tão frustrante que gera uma ansiedade e até uma depressão, mais rápida e as vezes mais profunda, que não sabemos lidar, e talvez isso justifique os altos números de suicídios que estamos tendo nas últimas décadas, e que só aumentam.

De acordo com um estudo da Fiocruz, as taxas de suicídio no Brasil, de 2011 para 2022 aumentaram em 6% entre os jovens, e as automutilações com faixas etárias de 10 a 24 anos, aumentaram em 29% no mesmo período.

Além das crianças muitas pessoas adultas também tem ficado doentes, devido a essas frustrações, e muitos acreditam que essas vidas alheias são possíveis, as pessoas estão perdendo o censo entre diferenciar o mundo digital do mundo real, pois existem muitas celebridades, principalmente os famosos digital influencers, que ostentam uma vida de luxo que não existe, uma vida que eles também pensam existir, mas que não existe, fazendo seus vídeos apenas para receberem os famosos likes e curtidas, e terem seus milhões de visualizações, mas que no “por trás das câmeras”, a realidade é um carro alugado, uma casa alugada, um acordo de propaganda apenas, um cenário totalmente criados por efeitos visuais e chroma keys, um estúdio alugado, e as vezes simplesmente aquela pessoa influenciadora entrou em uma dívida financeira para tentar criar e viver algo

que ela não é e não saberá como pagar depois, porém, para quem está assistindo é uma pessoa famosa e de muito sucesso.

E por esse fator encontramos uma sociedade tão doente e tão ansiosa que nem paciência para uma conversa, ou para ver um filme longo têm hoje.

“A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma. O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou 13 que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está apenas submisso a si mesmo” (HAN, 2015, p.30).

Até para ouvir áudios de conversas elas preferem acelerar a velocidade, tudo para ser mais rápido, para economizar tempo. Os vídeos mais assistidos hoje são os famosos shorts, clipes ou vídeos exibidos em vertical, onde você fica atualizado sobre assuntos apenas assistindo segundos sobre uma informação.

E com essas frustrações começam os sentimentos estranhos que muitos não sabem, ou sabem, mas não querem acreditar que possa ser e acabam começando a entrar nesses estados de descontrole emocional, de tristezas que não sabem da onde ou o porquê de terem.

E para descobrir essa sua tristeza e angustia estão procurando muito os profissionais de psicologia e psiquiatria. O que está muito alto ultimamente, e devido a alta demanda, e por não ser possível dar um tratamento e acompanhamento igual era feito antes, estão na maioria das vezes indicando para as famosas terapias.

Para muitos a terapia realmente funciona, mas já ouvi tantas pessoas falando que não funcionou com elas, que chego a questionar as pessoas buscam esse tratamento, se realmente elas estão querendo se cuidar ou apenas buscam a terapia para conversar com o profissional da saúde por motivo de carência.

Não quero criticar as pessoas que fazem terapias, e nem irrelevar o profissional de saúde, mas questiono se realmente todos que fazem terapia, realmente precisam dela, pois acredito que é extremamente necessário hoje em dia, sabermos nos auto cuidar, buscarmos mais esse lado de controle emocional por nós mesmos, e não apenas depender de um profissional para cuidarmos de nós.

Vejo que perdemos muito a nossa essência criativa com o passar dos anos, o conhecimento medicinal que os antepassados tinham não é tão visto como antes, não



buscamos muito por arte, por música, por natureza. Estamos presos em um sistema que nos deixa limitados ao acordar cedo, ir trabalhar, voltarmos para casa, fazer nossas tarefas de casa, termos nosso lazer de algumas horas assistindo a um filme ou série e ir dormir para o dia seguinte repetir o mesmo padrão. E me corrija se eu estiver enganado, mas já deve fazer anos que você não sabe o que é desenhar e colorir correto?

E esse é o problema, pois estando preso nesse sistema, nós não teremos crescimento e nem mudança, e ao juntar essa mesmice com as frustrações que temos cotidianamente, e que são aumentadas com a ajuda das redes sociais, bingo, descobrimos o gerador das nossas tristezas.

### **3 CONCLUSÃO**

Portanto, para concluir, devemos nos preocupar mais conosco, e sempre que acessarmos as redes sociais, devemos tentar discernir melhor a informação, e sempre que ver algo muito diferente do nosso convívio e conhecimento, pararmos para analisar, e colocar uma dúvida naquilo, e nos perguntarmos: será que aquilo realmente é real, se aquilo é realmente possível. Pois fazendo isso, já trabalharemos nosso consciente para saber lidar com assuntos que possivelmente não existem ou talvez estejam sendo apenas expostos de uma maneira que esteja alavancando apenas a vida daquele influente, e não é a minha realidade atual.

Dessa forma, possivelmente evitaremos cair na ilusão e na influência da internet e assim evitando uma possível tristeza e depressão.

Também deveríamos nos preocupar mais com o nosso Eu interior, e tentarmos ter uma vida mais equilibrada em questões físicas e também emocionais, e para equilibrá-las deveríamos sair mais para locais de natureza aberta, nos conectarmos mais com os ambientes naturais, tentarmos ter mais controle da nossa energia interna, trabalharmos nossas expressões e criatividade, voltarmos a fazer algo que não fazemos mais, ou fazermos algo novo que nos faça bem.

Esse é o ponto que as pessoas deveriam resgatar, pois estamos deixando de criar coisas, de conhecer lugares novos, de respirar ar puro na natureza. Estamos deixando de viver as nossas próprias vidas.

Destarte, a minha sugestão seria a inclusão da prática de Arteterapia como uma matéria mais concreta nas escolas, uma vez que ela tem muito a nos ajudar, principalmente

no combate de ansiedade e depressão, pois nos auxilia a trabalharmos com nossas expressões e sentimentos, e nos permite criar de tudo pois todos têm algum talento.

A arteterapia é uma disciplina que pode auxiliar e preparar a criança para o mundo, e que poderá criar um hábito mental de que esse indivíduo pode criar e se expressar sozinho, a qualquer momento, e que dias tristes existem e que podemos lidar com eles.

De acordo com os próprios criadores da arteterapia, ela auxilia no desenvolvimento da criatividade e na conexão com o mundo ao seu redor.

Segundo Carl Jung, podemos facilitar o surgimento de elementos inconscientes com os quais podemos descobrir e encontrar respostas para nossos conflitos.

Carl Gustav Jung (1875-1961) foi um renomado psiquiatra e psicanalista suíço, famoso por estabelecer a psicologia analítica. Jung foi muito importante para a arteterapia, pois através das teorias dele que foram construídos muitos dos princípios da arteterapia, e por isso chamamos ela de Arteterapia Junguiana.

Recentemente pudemos acompanhar um caso bem severo de depressão que afetou o popular ator Jim Carrey (Newmarket, 17 de janeiro de 1962), como o próprio ator já declarou em público, é uma sensação de tristeza que vai e volta. Ele descobriu que a pintura vem ajudando nessa luta contra a doença, e inclusive fez um documentário falando sobre isso, o documentário se chama: Jim Carrey: I Needed Color (Jim Carrey: Eu Precisava de Cor) onde ele mostra como a pintura o ajudou a ver cores novamente em sua vida.

A arteterapia e a teoria junguiana compartilham muitas semelhanças, que envolvem interpretações de sonhos, atividades de expressão artística, dinâmicas de relacionamento e ambas se baseiam em histórias arquetípicas, imagens e padrões que vem da mitologia, de contos de fadas e do próprio mundo das artes.

E em relação ao tratamento contra a depressão, a arteterapia nos auxilia a expressar nossas emoções de forma saudável e segura, desenvolve formas de enfrentamento a esses quesitos neurológicos, melhora nossa autoestima e autoimagem, e também pode auxiliar na construção de novos relacionamentos e aumento de nossos círculos sociais, nos fazendo conectar com outras pessoas.

Portanto espero que esse estudo possa auxiliar no entendimento sobre a arteterapia e o quanto ela pode auxiliar uma pessoa, principalmente aquelas com algum distúrbio emocional.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- CHUAQUI, Cecilia, EL ARTE COMO TERAPIA. Disponível em: <https://psicologiyarteterapia.blogspot.com>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- COSTERUS, Marco. Blog Pessoal sobre Pintura. Disponível em: <https://www.costerus.com.br/blog/dicas/3-beneficios-da-pintura-para-a-saude-mental/>. Acesso em: 08 maio 2024.
- INSTITUTO FREEDOM. ARTETERAPIA E DEPRESSÃO. Disponível em: <https://institutofreedom.com.br/blog/arteterapia-e-depressao/>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- MARTINIE, Josy Mariane Thaler et al. Arteterapia: Recurso Terapêutico Ocupacional na Terceira Idade. Revista Miltitemas, vol.25, mar.2002.
- MONICA, Hospital Santa. Matéria referente a luta sobre a depressão. Disponível em: <https://hospitalsantamonica.com.br/jim-carrey-admite-estar-na-luta-contradepressao>. Acesso em: 08 maio 2024.
- MOSQUERA, Juan José Mouriño. Psicologia da Arte. Porto Alegre: Editora Sulina, 101, 1973.
- PAIN, S. Os fundamentos da Arteterapia. Editora Vozes, Petrópolis – RJ, v.1, n.1, 3-240, 2009.
- PAIN, S e Jarreau, G. Teoria e técnica da Arte-Terapia. Editora Artes Médicas. Porto Alegre – RS.v.1, n.1, 3-261, 1996.
- PHILIPPINI, A. Transdisciplinaridade e Arteterapia. In G. Ormezzano (org.), Questões de Arteterapia (pp. 33-39). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 2005.
- REVISTA MEU RETIRO. O QUE É A ARTETERAPIA JUNGUIANA. Disponível em: <https://revista.meuretiro.com.br/voce-sabia/arteterapia-junguiana>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- SEBASTIÃO, Mariana. Estudo aponta que taxas de suicídio e autolesões aumentam no Brasil. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/02/estudo-aponta-que-taxas-de-suicidio-e-autolesoes-aumentam-no-brasil>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- SILVA. Esther Giovanna S. Trabalho de Conclusão Científica, Uberaba-MG, 2022.
- VALLADARES, Anna C. Revista Científica de Arteterapia Cores da Vida, Distrito Federal, v.24, n.2, pg. 3-49, ano 13, julho – Dezembro de 2017.